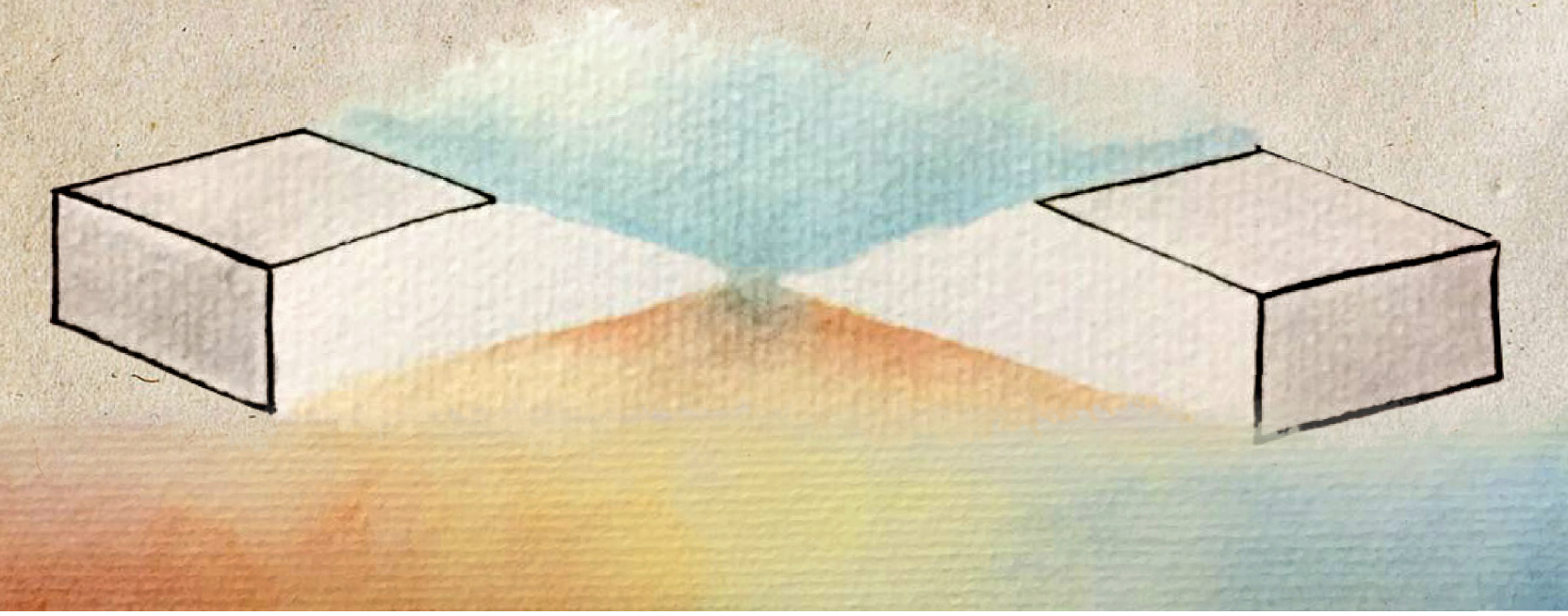
[RE]IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE A PARTIR DA MEMÓRIA E PAISAGEM:

DESENHO DE PATROCÍNIO PAULISTA

Beatriz Alves Goulart Rocha



BEATRIZ ALVES GOULART ROCHA

[RE]IDENTIFICAÇÃO DA CIDADE A PARTIR DA MEMÓRIA E PAISAGEM:
Desenho de Patrocínio Paulista

Trabalho apresentado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia para a Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Orientadores: Profa. Dra. Claudia dos Reis e Cunha

Prof. Guilherme Silva Graciano

Uberlândia

2017

Venho de muito longe e trago as sete dores
No fundo do meu peito, em fundas cicatrizes;
Não tive fé, nem paz, nem jamais tive amores
Fui o mais infeliz entre os mais infelizes.

Como encontro mudado o berço de verdores,
Dos meus sonhos de infância em meus dias felizes!
Este rio, este campo, estas casas, as flores,
As montanhas e o céu já tem outros matizes.

Gleba que me criaste, a jornada me aterra!
Tem espinhos e cardo a estrada que palmilho!
Abre-me o teu regaço, estes meus olhos cerra!

Venho tão pobre... vê como estou maltrapilho!
Ah! Não mais te conheço a ti que és minha terra
Não me conheces mais a mim que sou teu filho!
[*Minha Terra*, Jorge Falleiros][1]

[1] Jorge Falleiros foi um poeta, nascido em Patrocínio Paulista no ano de 1898. Logo em seguida, mudou-se com seus pais para a cidade de Ituverava. Formou-se no Colégio de Batatais e esteve por um período em um Seminário. Ao voltar para a sua cidade natal, e observar as mudanças que ocorreram, escreveu os versos acima. Morreu em 1924, aos 26 anos, na cidade de São José dos Campos, vítima de uma grave doença. Apesar de seu falecimento precoce, deixou muitas obras de herança, das quais os cidadãos patrocinenses muito se orgulham. Inclusive foi homenageado com o nome da única Escola Estadual da cidade (Escola Estadual Jorge Faleiros). Nota-se que o poema escolhido, além de considerar o seu autor, leva em conta também o tema, e a relação que as pessoas possuem com a cidade e suas mudanças.

SUMÁRIO

1 - Introdução 1
2 - Preservação da Memória a partir do patrimônio material. 3
3 - A política de preservação nas escalas nacional, estadual e municipal 7
4 - A identidade como um processo: o passado, o presente e suas relações para o futuro 15
5 - Fatores fundamentais para a valorização do Patrimônio "não excepcional":
a relação do ambiente construído com a população e a paisagem natural 17
6 - O patrimônio em cidades de pequeno porte: o exemplo de Patrocínio Paulista 22
7 - Identidade para a cidade: um novo desenho 29
8 - Novo desenho: análises e propostas 43
8.1 - Estudo de cores. 43
8.2 - Estudo de comunicação visual: anúncios indicativos 52
8.3 - Estudo sobre equipamentos de iluminação e fiação elétrica. 66
8.4 - Estudo da adequação do desenho aos diferentes usos. 71
8.5 - Estudo de calçadas 74
8. 6 - Estudo do mobiliário urbano 77
9 - Um novo desenho: síntese de propostas 81
10 - Além do desenho, a gestão 84
11 - Desenvolvimento urbano: integração entre planejamento urbano e políticas de preservação 87
12 - Proposta de uma Zona Especial para o caso de Patrocínio Paulista 93
12.1 - Zona Especial 94
12.2- ZEUP- Zona Especial de Unidade da Paisagem 94
12.3 - Descrição perimétrica da Zona Especial de Unidade da Paisagem - ZEUP 95
12.4 -Diretrizes de intervenção para a Zona Especial de Unidade da Paisagem - ZEUP 95
12.5 – ZPP – Zona de Proteção Prioritária 98
12.6 – Descrição perimétrica da Zona de Proteção Prioritária- ZPP 98
12.7 – Diretrizes de intervenção para a Zona de Proteção Prioritária- ZPP 98
13- As praças como elementos estruturadores dos centros locais:
passado, presente e futuro pautados no desenho urbano 101
14 - Praça Central de Patrocínio Paulista: as mudanças com o tempo e para o tempo 107
15 - Considerações finais 124
16- Referências Bibliográficas e Fontes de Consulta: 126
17- Anexo 1: Memorial de Projeto da Biblioteca Municipal Ruy Barbosa 130
18 - Anexo 2: Questionário/ Pesquisa de Satisfação Praça Atual 137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Residência dos Conrados antes da demolição. 11
Figura 2: "Casa do Barão" nos anos 2000 12
Figura 3: "Casa do Barão" após a reforma citada no texto 12
Figura 4: "Casa do Barão" estado atual 12
Figura 5: Jardim da Luz (Praça Central) em 1914 19
Figura 6: Vista da Praça Central e seu entorno. 19
Figura 7: Eixo Visual do entorno da praça (Relação Gabarito e Paisagem). 20
Figura 8: Eixo Visual do entorno da praça (Relação Gabarito e Paisagem). 20
Figura 9: Eixo Visual do entorno da praça (Relação Gabarito e Paisagem). 20
Figura 10: Eixo Visual do entorno da praça (Relação Gabarito e Paisagem). 20
Figura 11: Praça Central com mobiliário diferente e destaque para os coretos 21
Figura 12: Cine Flórida. 21
Figura 13: Mapa de Localização do Município no Estado de São Paulo 24
Figura 14: Esquema de Localização do Município (Cidades de Referência) 24
Figura 15: Mapa de Municípios Limítrofes ao de Patrocínio Paulista 25
Figura 16: Mapa da cidade até os anos 50 (Com construções) 26
Figura 17: Mapa da Evolução Urbana 27
Figura 18: Descaracterização das edificações por adaptações para o comércio (Comercial São Francisco). 28
Figura 19: Descaracterização das edificações por adaptações para o comércio (Pastelaria Rodrigues). 28
Figura 20: Descaracterização das edificações por adaptações para o comércio (Perfumaria BMG) 28
Figura 21 Croqui do entorno estudado (Ruas adjacentes aos quarteirões da Praça Central e Matriz 31
Figura 22: Estado atual da residência com vedação de pau-a pique. 33
Figura 23: Detalhe do pau-a pique à mostra 33
Figura 24: Janela de vidro plano e transparente 33
Figura 25: Tipologia tradicional. 34
Figura 26: Ornamentação das janelas (Poucas). 34
Figura 27: Ornamentação simples das janelas. 34
Figura 28: Platibanda com desenhos geométricos 35
Figura 29: Platibandas, vitrôs e desenhos geométricos 35
Figura 30: Comparação entre tipologias de edifícios. 35
Figura 31: Colégio Jesus, Maria e José, Déc. 40 (Demolido e Atual Salão Santo Agostinho) 36
Figura 32: Salão Santo Agostinho, Déc. 50 36
Figura 33: Salão Santo Agostinho, Déc 50 36
Figura 34: Atual Centro Catequético, Déc.40 36
Figura 35: Centro Catequético, Déc. 90 36
Figura 36: Centro Catequético, Anos 2000 36
Figura 37: Casa Paroquial, Déc. 50 (Demolida e reconstruída) 36
Figura 38: Casa Paroquial, Déc. 40 (Construída e Demolida) 36
Figura 39: Residência Firmino Rocha, 1933 (Atual Hotel Barra Grande) 36
Figura 40: Residência Firmino Rocha, Déc. 50 (Atual Hotel Barra Grande) 36
Figura 41: Hotel Barra Grande, 1994 36
Figura 42: Farmácia Falleiros (Atual Santander) 36
Figura 43: Cooperativa de Crédito Agrícola, 1976 (Atual Santander) 36
Figura 44: Banco Banespa, Déc. 80 (Atual Santander) 36
Figura 45: Antiga Residência Major Álvaro, 1950 37
Figura 46: Antiga Residência Major Álvaro, 1957 37
Figura 47: Antiga Residência Major Álvaro, Déc. 90 37
Figura 48: Residência Demolida, 1950 (Atual Banco do Brasil) 37
Figura 49: Caixa Econômica Estadual em construção, Déc. 70 (Atual Banco do Brasil) 37
Figura 50: Caixa Econômica Estadual, Déc. 80 (Atual Banco do Brasil) 37
Figura 51: Residência Raquel Andrande no ano de construção, 1950 37
Figura 52: Residência Raquel Andrade, 1950 37
Figura 53: Residência Raquel Andrade, 1998 37
Figura 54: Residência Izar de Andrade, 1950 37
Figura 55: Residência Izar de Andrade, Déc. 90 37
Figura 56: Residência e Padaria Supimpa, Déc. 50 37
Figura 57: Residência e Padaria Supimpa, Déc. 50 38
Figura 58: Residência do "Barão", 1915 38
Figura 59: Residência do "Barão", 1950 38
Figura 60: Residência do "Barão", Déc. 90 38
Figura 61: Residência do "Barão", Anos 2000 38
Figura 62: Residência Firmino Rocha, 1915 38
Figura 63: Residência Firmino Rocha, 1952 38
Figura 64: Residência Firmino Rocha, Déc. 20 38
Figura 65: Registro da Inauguração do Jardim da Luz em 1915, Atual Praça Principal 38
Figura 66: Correios, 1977 38
Figura 67: Construção do Banco Cruzeiro do Sul (Atual Drogaria Farma Terra) 38
Figura 68: Banco Mogiano Comércio Indústria (Atual Drogaria Farma Terra) 38
Figura 69: Banco Mogiano Comércio Indústria (Atual Drogafria Farma Terra) 38
Figura 70: Residência Família Falleiros, Déc. 40 39
Figura 71: Residência Família Falleiros, Déc. 70 39
Figura 72: Residência Família Falleiros, Déc. 90 39
Figura 73: Residência Família Andrade, Déc. 40 39
Figura 74: Residência e Bar Família Andrade, Déc. 50 39
Figura 75: Residência e Bar Família Andrade, 1976 39
Figura 76: Residência Família Andrade e Sorveteria, Déc. 90 39
Figura 77: Bar e Sorveteria de Mário Ferrari, Déc. 40 39
Figura 78: Bar e Sorveteria de Mário Ferrari, Déc. 50 39
Figura 79: Bar e Sorveteria de Mário Ferrari, Déc. 50 39
Figura 80: Açougue Leal Carnes, Déc. 90 39
Figura 81: Residência de J. C. Lopes, Déc. 90 39

Figura 82: Colégio Jesus, Maria e José, Déc. 40 (Demolido e Atual Salão Santo Agostinho) 39
Figura 83: Salão Santo Agostinho, Déc. 50 39
Figura 84: Salão Santo Agostinho, Déc. 50 39
Figura 85: Construção do Banco Cruzeiro do Sul (Atual Drogaria Farma Terra) 40
Figura 86: Banco Mogiano Comércio Indústria (Atual Drogaria Farma Terra) 40
Figura 87: Banco Mogiano Comércio Indústria (Atual Drogaria Farma Terra) 40
Figura 88: Residência Demolida (Atual Restaurante Shalom) 40
Figura 89: Residência Demolida (Atual Restaurante Shalom) 40
Figura 90: Farmácia Ideal (Atual Restaurante Shalom) 40
Figura 91: Restaurante Shalom 40
Figura 92: Residência Família Lopes, 1956 40
Figura 93: Residência Família Lopes, 1957 40
Figura 94: Residência Família Lopes, Déc. 80 40
Figura 95: Atual Consultório Odontológico e Sorveteria Perfetto 40
Figura 96: Caixa Econômica Estadual, 1956 (Atual Pastelaria Rodrigues) 40
Figura 97: Caixa Econômica Estadual, 1976 (Atual Pastelaria Rodrigues) 40
Figura 98: Caixa Econômica Estadual, 1976 (Atual Pastelaria Rodrigues) 40
Figura 99: Caixa Econômica Estadual, 1977 (Atual Pastelaria Rodrigues) 40
Figura 100: Residência Família Moreira, 1962 41
Figura 101: Residência Família Moreira, 1972 41
Figura 102: Residência Família Moreira, Déc. 90 41
Figura 103: Comercial São Francisco, Anos 2000 (Antiga Residência Família Moreira) 41
Figura 104: Sorveteria Central (Atual Perfumaria BMG) 41
Figura 105: Residência Demolida (Atual Lojas Xavier) 41
Figura 106: Cine Flórida, Déc. 60 (Atual Lojas Xavier) 41
Figura 107: Pastelaria do Vovô, Déc. 90 (Atual Lojas Xaxier) 41
Figura 108: Bar Snooker Paulista, 1957 (Atual Farmácia Droga Farma) 41
Figura 109: Bar Snooker Paulista, 1957 (Atual Farmácia Droga Farma) 41
Figura 110: Residência Demolida, Déc. 70 (Atual Droga Farma) 41
Figura 111: Casa Sapucaiense, 1957 (Atual Pastelaria do Vovô) 41
Figura 112: Casa Sapucaiense, 1957 (Atual Pastelaria do Vovô) 41
Figura 113: Casa Sapucaiense, Déc. 70 (Atual Pastelaria do Vovô) 41
Figura 114: Residência Família Falleiros, Déc. 40 41
Figura 115: Residência Família Falleiros, Déc. 70 41
Figura 116: Residência Família Falleiros, Déc. 90 41
Figura 117: Divisão de usos por cores 43
Figura 118: Detalhes arquitetônicos apagados 43
Figura 119: Detalhes desvalorizados 43
Figura 120: Detalhes imperceptíveis no conjunto 43
Figura 121: Atual cor da Igreja 44
Figura 122: Pintura Pêssego na Igreja 44
Figura 123: Cores voltadas para o bege 44
Figura 124: Centro Catequético 44
Figura 125: Uso do bege 44
Figura 126: Fachada Restaurada pelo Projeto Cara Limpa e Executada pela Construtora Biapó 46
Figura 127: Fachada Restaurada pelo Projeto Cara Limpa e Executada pela Construtora Biapó 46
Figura 128: Fachada Restaurada pelo Projeto Cara Limpa e Executada pela Construtora Biapó 46
Figura 129: Croqui de Paleta de Cores para estudo (Tons terrosos/amarelados/beges+ Azul) 47
Figura 130: Croqui de Paleta de Cores para estudo (Tons terrosos/alaranjados+ Azul esverdeado) 47
Figura 131: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges) 48
Figura 132: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul) 48
Figura 133: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/alaranjados) 49
Figura 134: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/alaranjados+ Azul esverdeado) 49
Figura 135: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul) 50
Figura 136: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges) ou (Tons terrosos/amarelados/beges até branco) 50
Figura 137: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul) e Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges) ou (Tons terrosos/amarelados/beges até branco) 50
Figura 138: Anúncio alterando a verticalidade do edifício 54
Figura 139: Anúncio em sobreposição à abertura 54
Figura 140: Anúncio em sobreposição à sacada 54
Figura 141: Toldos fixos, sem manutenção 54
Figura 142: Anúncio indicativo com placa paralela 55
Figura 143: Placas perpendiculares apenas com logo ou nome 55
Figura 144: Anúncio indicativo com placa perpendicular 55
Figura 145: Primeiro anúncio da construção em relevo 55
Figura 146: Croquis de anúncios perpendiculares 57
Figura 147: Croquis de anúncios paralelos 57
Figura 148: Croqui de Toldo com anúncio 58
Figura 149: Croqui com medidas das testadas comerciais da Rua Coronel A. Jacinto 59
Figura 150: Croqui com medidas das testadas comerciais da Rua Cônego Peregrino 59
Figura 151: Croqui com medidas das testadas comerciais da Rua Coronel José Cândido 59
Figura 152: Croqui com medidas das testadas comerciais da Rua Major Goulart 59
Figura 153: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com menos de 10 metros (Apenas um comércio) 60
Figura 154: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com menos de 10 metros (Mais de um comércio) 61
Figura 155: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas de 10 a 15 metros (Apenas um comércio) 62
Figura 156: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas de 10 a 15 metros (Mais de um comércio) 63
Figura 157: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com mais de 15 metros (Apenas um comércio) 64
Figura 158: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com mais de 15 metros (Mais de um comércio) 65
Figura 159: Modelo de poste atual e fiação aérea 66

Figura 160: Fotografia noturna na área de estudo 67
Figura 161: Fotografia noturna na área de estudo 67
Figura 162: Poste de Luz simples 68
Figura 163: Poste de poste de luz triplo 68
Figura 164: Croqui de propostas para o modelo de poste de iluminação. 69
Figura 165: Croqui de proposta para o modelo de poste de iluminação 70
Figura 166: Aberturas totalmente modificadas. 71
Figura 167: Aberturas originais 71
Figura 168: Aberturas desalinhadas com as originais. 72
Figura 169: Aberturas antes da modificação 72
Figura 170: Desencontro de novos vãos com sobrevergas 72
Figura 171: Grades nas aberturas desconsiderando as originais 72
Figura 172: Croqui de adequação dos vãos para novos usos e das grades de proteção 73
Figura 173: Modelo de ladrilho mais utilizado. 74
Figura 174: Calçada sem manutenção 74
Figura 175: Calçada com cores de acordo com o comércio 74
Figura 176: Valeta para drenagem de água nas calçadas 75
Figura 177: Valeta para drenagem de água nas calçadas 75
Figura 178: Ladrilho para calçada/ 25 Quadros 75
Figura 179: Croqui de medidas para as rampas de acessibilidade 76
Figura 180: Permeabilidade visual do Banco Catalano 77
Figura 181: Banco Catalano 77
Figura 182: Modelo de banco utilizado atualmente 78
Figura 183: Croqui da Proposta de Modelo a ser adotada. 78
Figura 184: Modelo de lixeira utilizado atualmente 78
Figura 185: Modelo de lixeira utilizado atualmente 78
Figura 186: Croqui da Proposta de Modelo de lixeira a ser adotada. 79
Figura 187: Croqui da Proposta de Floreira 79
Figura 188: Croqui da Proposta de Floreira. 79
Figura 189: Modelo de balizador utilizado atualmente 80
Figura 190: Modelo de balizador utilizado atualmente 80
Figura 191: Proposta 80
Figura 192: Croqui da Proposta de Bicicletário 80
Figura 193: Croqui com estudo de cores, aberturas, alinhamentos dos vãos, adaptações de grades de proteção, fiação elétrica embutida, anúncios, postes e floreiras. 82
Figura 194: Edificação degradada, mas vista como importante para a cidade, passível de restauração. 84
Figura 195: ZEPEC-AUE, Bairro Pacaembu, 2004 88
Figura 196: Sobreposição de ZEPECs, AIU, PEIU e Operações Urbanas. 89
Figura 197: Parte Alta e Pátio Ferroviário, 2013 91
Figura 198: ZEIPP: zoneamento. 91
Figura 199: Exemplo de construção antiga preservada. 96
Figura 200: Exemplo de construção antiga preservada. 96
Figura 201: Localização da ZEUP em Patrocínio Paulista 97
Figura 202: Perímetro da ZEUP e da ZPP 97
Figura 203: “Casa do Gigot” 100
Figura 204: “Casa do Barão” 100
Figura 205: Percurso com distância em KM entre as Capelas/Igrejas que fazem parte do Caminho da Fé 104
Figura 206: Registro da Inauguração do Jardim da Luz em 1915, atual Praça Central Cel. Estevão Marcolino 108
Figura 207: Jardim Cel. Antônio Batista da Luz, atual Praça Central Cel. Estevão Marcolino. 109
Figura 208: Jardim da Luz, déc. de 20 109
Figura 209: Pessoas posando em cima da antiga fonte 109
Figura 210: Paisagismo da antiga Praça Central 110
Figura 211: Banda da cidade posando em frente ao jardim ornamentado 110
Figura 212: Praça com desenho em cruz em sua primeira fase 111
Figura 213: Praça com desenho em cruz e vegetação alterada. 111
Figura 214: Cinema na Praça Central de Patrocínio Paulista, 2017. 112
Figura 215: Atual estado da fonte, sem funcionamento 113
Figura 216: Vista da Praça (voltada para si mesma) pela sacada da Igreja 113
Figura 217: Bloqueio de relação visual da praça com o entorno, ocasionado pela conformidade da vegetação atual. 113
Figura 218: Bloqueio de relação visual da praça com o entorno, ocasionado pela conformidade da vegetação atual 113
Figura 219: Planta de Siuação_Atual 115
Figura 220: Planta de Situação_Proposta 116
Figura 221: Planta Baixa_Proposta 117
Figura 222: Planta Ampliada 1 118
Figura 223: Planta Ampliada 2 119
Figura 224: Corte A-A 120
Figura 225: Detalhe 1 120
Figura 226: Detalhe 2 120
Figura 227: Corte B-B 120
Figura 228: Perspectiva 1 121
Figura 229: Perspeciva 2 122
Figura 230: Perspectiva 3 123

1 - INTRODUÇÃO

A ação de identidade é encontrada de maneira denotativa pelo verbo identificar, que tem como alguns dos seus significados: "conformar-se, ajustar-se: identificar-se com o ambiente."[2] O sentido de identificação relaciona-se claramente ao de reconhecimento, que pode ser "conhecer novamente alguma coisa", ou mesmo "distingui-la".

Tratando-se do espaço, seja ele natural ou construído, para garantir seu reconhecimento, é necessário que se tenha unidade, ou seja, uniformidade e homogeneidade em suas características. Essas, além da paisagem que se observa, dependem do observador e agente no espaço, tanto pelas suas ações contemporâneas quanto pela sua memória.

Se o agente não percebe suas ações na paisagem ou mesmo não consegue valorizá-la, o sentido de identificar-se com o ambiente se perde aos poucos, a tal ponto que a memória também se perde e passa a ser somente um relato.

Diferentemente da memória falada, é possível tê-la como documento, expresso nesse caso como um desenho. A cidade é desenhada pela arquitetura que conta a sua história, tanto pela sua origem, sua economia, seu gosto estético, pelo processo político, religioso, ou simplesmente pela falta de tudo isso. Quando há uma desvalorização desse desenho em busca de outras questões que não sejam a identidade, rabiscando-o ou apagando-o, a unidade se perde e passa a ser mais um desenho irreconhecível.

Dessa forma, assim como na poesia do patrocinense Jorge Falleiros, a terra na qual foi criado e o poeta não se reconhecem. É claro que esse é um processo em que as descaracterizações se acumulam a longo prazo. Muito disso ocorreu na cidade analisada, Patrocínio Paulista, pelo desenho simples, de arquitetura menor e tradicional, pouco valorizado por sua falta de excepcionalidade, assim como em muitas outras cidades brasileiras, mas que é capaz de identificar a forma em que ela se originou, e, consequentemente, sua memória.

O objetivo desse trabalho é trazer a memória como documento, a partir da memória falada dos moradores e de suas recordações fotográficas, como uma interpretação. A metodologia utilizada para isso, pela falta de arquivos públicos, passou a ser visitar e contar com a colaboração da população que reside há mais tempo no entorno da Praça Principal (recorte de estudo), mas também de parentes dessas pessoas, que

[2] NETO, Pasquale Cipro. *Dicionário da Língua Portuguesa comentado pelo Professor Pasquale*. Barueri, SP: Gold Editora, 2009.

poderiam contar muito sobre como era a dinâmica do local, e ter registros, mesmo que em álbuns de família, geralmente focados em mostrar as pessoas, mas que trouxessem alguns elementos arquitetônicos como plano de fundo.

A partir dessa compilação de instrumentos de desenho, o trabalho tem como intuito abordar maneiras de retratar a história a partir do que foi contado pelos próprios agentes, de forma que a memória seja retratada também na arquitetura, a partir de propostas projetuais, de unidade e de entorno, pautadas em um ambiente do presente que considera o passado. Dessa maneira, não busca voltar ao original, nem mesmo garantir uma rigidez ao local que exige mudanças de acordo com as necessidades da população, mas, sim, garantir que a sociedade conheça de novo o seu espaço e se identifique com ele.

Vinculado à essa busca por um desenho atento às atividades contemporâneas em congruência com a valorização da memória, com a finalidade de garantir a unidade da paisagem que reafirme a identidade dos moradores com a cidade, parte-se na segunda fase do trabalho, para uma discussão mais abrangente do papel do próprio arquiteto em relação à estrutura da cidade, como atuante no desenvolvimento e no desenho urbano, a partir da proposição de diretrizes para a gestão do local e de análises projetuais coerentes.

2 - PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA A PARTIR DO PATRIMÔNIO MATERIAL.

A preservação do patrimônio, bem como seus métodos, continua sendo amplamente abordada desde que se entende a necessidade de preservar os monumentos – os quais eram construídos justamente como forma de estratificar a memória de algum fato histórico- mas que depois acabaram sendo deixados de lado, pela percepção de que a antiguidade já havia passado, como no caso dos exemplares da Roma antiga. [3]

A noção de importância de preservação desses monumentos se dá apenas quando há um distanciamento no tempo, em que na Renascença começam a serem valorizados esteticamente, e com isso, gera-se também uma consciência histórica, prosperando a noção de monumento histórico.

Nota-se, porém, que apesar da noção teórica, as destruições e modificações desses elementos eram frequentes, na busca de um aperfeiçoamento estético de acordo com os preceitos do período e pela tão almejada modernidade, como ainda ocorre até hoje.

O desenvolvimento disciplinar de arqueologia e história no século XVIII faz com que as noções de monumento histórico sejam reafirmadas. Com isso, antiquários e estudiosos sobre a preservação do patrimônio, passam a se unir para a criação de campanhas com a finalidade de não destruição de monumentos históricos, independentemente de serem ações particulares ou do Estado, assim como ocorria na Grã-Bretanha e na França, respectivamente.

Essa necessidade de preservação tem seu entendimento ampliado pelas transformações na Europa durante o século XVIII[4] , pelo despontar do Iluminismo, bem como pela Revolução Francesa - com suas destruições ideológicas na busca de apagar da memória os feitos da monarquia- e principalmente pela Revolução Industrial, que afetou grande parte dos países nesse período.

Com a produção estandardizada, passa-se a perceber a concepção anônima e vulnerável, simultaneamente à construção moderna que se desenvolve industrialmente. Pela tomada de consciência de artistas e estudiosos do período, passa-se a perceber a arquitetura tradicional, bem como o seu modo de produção manual, como afirmação da permanência do sagrado.

Por volta de 1820, segundo Choay, o monumento histórico adquire a conotação de insubstituível, tendo

---

[3] CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp/ Estação Liberdade, 2001, pp. 19 e ss.

[4] KÜHL, Beatriz Mugayar. "Viollet-le-Duc e o verbete Restauração", citado em: CUNHA, Claudia dos Reis. *O Patrimônio Cultural da cidade de Sorocaba*, 2005. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, são Paulo, 2005. p.31

seus danos irreparáveis:

> "O mundo acabado do passado perdeu a continuidade e homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire com uso uma nova determinação temporal."[5]

Essa questão é abordada de forma diferente nos países citados acima, tanto por quem era responsável pela preservação quanto pelas ideias predominantes em cada região.[6] Na França, o interesse maior nos edifícios antigos acontecia pela valorização do nacional e histórico, o que gerava uma "musealização" dos mesmos.

Já na Inglaterra, a memória interage com o presente, e não deve ficar intacta no passado. Os monumentos históricos são vistos como parte de um cotidiano, não apenas pelos seus ornamentos ou por demonstrarem o "saber fazer" ultrapassado.

Desde então, a incorporação de uma "arquitetura menor"[7] nas colocações sobre preservação começa a modificar as ideologias e ações, e se ampliam ainda mais no século XX.

Ainda no século XIX, ao se iniciarem as discussões sobre Patrimônio histórico urbanístico, apontava-se a necessidade de salvaguardar a arquitetura doméstica contemporânea dos monumentos declarados excepcionais. Isto porém, era justificado pela tentativa de se atribuir uma continuidade dos conjuntos urbanos, como uma moldura.

Como sempre acontece com a evolução de ideologias, a partir de debates e ampliação de conceitos, tanto a questão de valorização da arquitetura "não excepcional", e de paisagens urbanas, além de diversas formas de patrimônio foram, cada vez mais, sendo vistos de formas diferentes, pela importância para o passado, o presente e o futuro da sociedade.

---

[5] CHOAY, *op. cit.* Pp..136

[6] Para maiores detalhes sobre as tendências ideológicas e seus respectivos autores em cada país, ver: CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio.* São Paulo: Ed. Unesp/ Estação Liberdade, 2001.

[7] Trata-se de uma arquitetura, não de menor escala, mas principalmente da presente em conjuntos urbanos desconsiderados e negligenciados, antes subordinados aos monumentos arquitetônicos, e quando comparados esteticamente, ou por fatos históricos altamente memoráveis, a arquitetura "menos excepcional" acaba por ser desvalorizada. Para dar forças ao seu conceito vinculam-se à ela os princípios em que foi construída, seus materiais, as técnicas e mão de obra disponíveis, as tradições locais, a relação com a sociedade, seu modo de vida, a época em que se consolidou, dentre outros fatores que prezem por uma memória, mesmo que não seja universal.

Com a mudança da escala de preservação, do edifício para os fragmentos urbanos, que se configuram em bairros, conjunto de quarteirões ou mesmo quadras isoladas, obtém-se núcleos que desempenham a função de uma nova entidade espacial, abraçando a identidade de determinada população e sua respectiva história. [8]

Sendo assim, chega até hoje com a diferenciação do valor que se dá à arquitetura doméstica, não mais vista apenas como moldura para determinado monumento, mas sim como portadora de memória de uma época, uma cidade, seus antepassados e atuais moradores. Não só o caráter estético passou a ser levado em conta para essa ampliação dos bens vistos como fundamentais para a relação com a sociedade, mas assim como a expansão do campo cronológico no qual são inscritos.

É importante, portanto, valorizar os elementos culturais, não apenas de séculos atrás, mas também de algumas décadas, que são capazes de revelar algo para as pessoas, e que estão no perigo de sua descaracterização. Esse é o caso da maioria das cidades novas brasileiras, e que apesar de seus relativos poucos anos, guardam características de suas origens.

Em todos esses aspectos, leva-se em consideração a relação que os bens possuem com a sociedade, de forma histórica ou afetiva, e fatores apontados para a valorização de arquiteturas "não excepcionais", e que será abordado posteriormente.

Essa valorização, síntese do patrimônio edificado pode ser justificada, conforme os diferentes valores, muito abordados por teóricos contemporâneos e que embasam a declaração de significância do bem e podem compreender história, estética, afeto, dentre outros. [9]

Deve-se ressaltar, porém, que a Integração desse patrimônio na vida contemporânea, quando relacionado apenas como um atrativo de fonte de renda, bem como nos casos de "museificação", de modernização, de animação cultural e meramente turística, pode-se gerar uma falsa identidade, ao oferecer os bens ao estrangeiro, e afastando-os das populações locais.

Muitas vezes, nessa busca pela criação de uma imagem local, a "indústria patrimonial" propicia ilusões e enganos, de forma a abordar reconstituições e imitações do que viria a ser o original, e faz com que o

---

[8] CHOAY, *op. cit.* Pp..136

[9] Ver mais sobre a definição de valores em: MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, "O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas." In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG,2009/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação Weber Sutti – Brasília, DF: IPHAN, 2012.

público realmente interessado na história e no valor afetivo seja enganado, como aborda CHOAY.

> Essa indústria responde adequadamente à demanda de distração da sociedade de lazer e confere, além disso, o status social e a distinção associados ao consumo dos bens patrimoniais. Mas onde fica o acesso aos valores intelectuais e estéticos que há no patrimônio histórico, cuja gênese e desenvolvimento tivemos a ocasião de descrever?[10]

Por isso, desenvolvem-se cada vez mais os conceitos de conservação estratégica, em que a defesa se dá pela própria escala de intervenção, com diretrizes de controle, interferências pedagógicas e educacionais, além de políticas urbanas. É necessário que o valor econômico seja revisado, para que não se torne o principal motivo de preservação.

Na busca por medidas efetivas, os estudos sobre a defesa e garantia da memória devem ser alimentados, considerando-se os fatores que regem a sociedade contemporânea, de forma que o anseio pela identidade da população em relação ao meio que habita, não interfira em suas necessidades cotidianas, mas sim que as auxiliem no processo de pertencimento local.

[10] CHOAY, *op. cit.* Pp. 228

3 - A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO NAS ESCALAS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

A noção de oficialização da proteção do patrimônio com a criação de um órgão nacional, bem como a manutenção de seu método preservacionista durante décadas, é fundamental para a compreensão de como a sociedade passou a ver as medidas de salvaguarda dos bens, e como ainda resiste aos exemplares ligados ao passado menos esplêndido. Sabe-se que sua origem se deu em um cenário, cujos vários fatores influenciaram seu ideário e suas práticas, tais como os intelectuais responsáveis, o momento político, o movimento arquitetônico, a busca por uma identidade, entre outros.

Apesar da importância da preservação ser discutida desde a década de 1920, muitos eram os entraves encontrados para que ela pudesse se realizar oficialmente. Dentre as principais dificuldades pode-se citar o descaso da população, a falta de interessados políticos - visto que dentre os aspectos culturais e educacionais, este era o menos visado - o direito da propriedade privada - pela pouca compreensão do que as ações poderiam gerar, além da legislação do período.

> Todos os projetos de lei que estavam sendo desenvolvidos ou entravam como pauta nas discussões na Câmara de 1920, esbarraram na questão do pleno exercício ao direito de propriedade, garantido pela Constituição de 1891 e alterado apenas com a promulgação do novo texto constitucional em 1934. [11]

Em 1937, a partir do Decreto-Lei nº25, cria-se o SPHAN[12] (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no regime Varguista e autoritário do Estado Novo. Mesmo sem compactuarem ideologicamente com questões políticas, os intelectuais modernistas encontraram no governo o ensejo de busca pela identidade cultural, no qual puderam consolidar suas ideologias. Apesar disso, segundo Rubino, o SPHAN nunca foi apenas um reflexo do golpe de Estado, mas pôde apoiar-se, assim como em outros grupos e setores, à sua disposição de estabelecimento de nova ordem social e política. [13]

[11] CUNHA, *op. cit.*, pp.55.

[12] Em 1946 o antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN -, transformou-se em Diretoria, a partir da sigla DPHAN. Em 1970 passou a ser denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN -, e em 1979, tornou-se Secretaria novamente, com a sigla SPHAN. A partir de 1981, ainda com a mesma sigla, a instituição tornou-se Subsecretaria, e, em 1990, transformou-se em Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – IBPC -. Em 1994 volta a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, assim como designado atualmente.

[13] RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Campinas/SP, 1991, pp.196. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Para Fonseca, o Estado não visava apenas a salvaguarda patrimonial, mas principalmente garantir uma coesão social para seu projeto de nação, a partir da conjunção de intelectuais de áreas e pensamentos diversos. [14]

Esse grupo de intelectuais, composto por personagens como Lúcio Costa, Gilberto Freire, Mário de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, dentre outros, não discorria sobre uma imortalização, muito menos de que se vivesse com as características do passado, mas principalmente foram os responsáveis pelas propostas de renovação das artes, inclusive a arquitetura.

> A temática do patrimônio surge, portanto, no Brasil, assentada em dois pressupostos do modernismo, enquanto expressão da modernidade: o caráter ao mesmo tempo universal e particular das expressões artísticas, e a autonomia da esfera cultural em relação às outras esferas da vida social.[15]

Nessa busca por uma identidade nacional, os conceitos modernistas influenciaram muito sobre qual passado deveria se preservar, como se todo o território nacional, com suas diferentes características pudesse ser representado apenas por algum tipo específico de cultura.

Adotando o passado como base para o futuro, principalmente se tratando da arquitetura moderna, buscava-se uma "linha de desenvolvimento", a partir de uma arquitetura classificada "genuinamente brasileira", sem estrangeirismos ou imitações.

Abordando a arquitetura moderna nacional como continuação da colonial, a proteção de arquiteturas como a Barroca, e principalmente, como no próprio texto do decreto-lei nº25 aponta, as de caráter excepcional, foram priorizadas, deixando de lado exemplares de outras origens, sociais e artísticas.

Além disso, a busca pela afirmação da natureza específica da arquitetura, fez com que na prática de "restauração" fossem tomadas medidas que podem ter afetado negativamente:

> As descobertas feitas através de pesquisas de campo realizadas, se de um lado enriqueceram grandiosamente um campo ainda inexplorado, de outro constituíram verdadeiros cânones aos quais os monumentos deveriam se adequar inquestionavelmente, daí recorrendo a "restaurações" bastante radicais [...][16]

Por mais que o conceito dentro do próprio órgão tenha se transformado, com ações que passam a abran-

[14] FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo.* Rio de Janeiro: UFRJ, p. 136-137
[15] FONSECA, *op. cit.*, pp.92.
[16] CUNHA, *op. cit.*, pp.60.

ger uma maior quantidade de monumentos que não sigam o padrão do caráter excepcional, não sejam genuinamente concebidos em uma cultura estritamente brasileira – pela noção de diversidade -, e que não se limitem a exemplares de classes econômicas elevadas, a mentalidade da população ainda segue tendenciosa em salvar apenas um passado com muita importância estética ou que seja marco de história, sem se lembrar da memória que uma obra pode carregar.

Muitas transformações ocorreram no órgão desde o início, mas seu ideário original ainda afeta contemporaneamente. Essa primeira fase é marcada por muitas dificuldades, mas com o carisma do diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, muitos acordos são feitos, e por conta de suas conquistas, passa a ser chamada de "fase heroica". [17]

A importância dada para a arquitetura, para as ações de tombamento- vistas por muito tempo como principal forma de salvaguarda- e para as técnicas era notavelmente maior do que para as tradições locais, o que acabava gerando um distanciamento das demandas da sociedade, e, consequente, isolamento político-social.

Os problemas da instituição se agravam quando Rodrigo se aposenta do seu cargo de diretor em 1968 e Renato Soeiro toma posse. Com a associação constante na época dos conceitos de modernização e desenvolvimento, ocasionados pela industrialização e urbanização do período, prolifera-se uma convivência conflituosa com as atividades preservacionistas, fato que acontecia em vários países da América.

Essa questão já havia gerado importante discussão no ano anterior, em que a partir de uma reunião em Quito no Equador, passou-se a prever a preservação e uso de monumentos e sítios com valores históricos e artísticos de forma a favorecer o crescimento econômico-social, ampliando e fortalecendo o turismo, como consta nas Normas de Quito de 1937.

Como os recursos do IPHAN não eram suficientes para atender todas as necessidades do país, desencadeou-se uma descentralização, em que a criação de órgãos locais, baseados nos princípios de turismo cultural como favorecimento econômico, passou a proteger de forma mais específica seus monumentos locais, e o órgão nacional foi considerado como referência técnica e de conceitos.

Dessa forma em 1968, surge entre outros, o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico) do Estado de São Paulo. Ressalta-se que os princípios adotados para

[17] É importante notar que nessa fase, as discussões feitas sobre o patrimônio imaterial, e mais abrangente no país, como o folclore abordado por Mário de Andrade em seu anteprojeto, ainda não faziam parte das questões práticas de proteção.

as práticas de preservação são os mesmos, na busca de documentar o passado regional por uma história de colonização, a partir de registros de bandeirantes, de cafeicultores, etc.

Além disso, mesmo que em menor escala, carrega consigo os problemas enfrentados pelo órgão de abrangência nacional, e que segundo Rodrigues[18], sua estrutura é pouco ágil, reflexo das próprias administrações públicas, em que a mudança a cada dois anos do colegiado, pode gerar atuações contraditórias, e sem um conceito fixo. Mais ainda, ressalta-se que a participação direta da sociedade limita-se às solicitações de tombamento.

A autora mostra também que uma das falhas do órgão é que ao tentar proteger, não oferece aos proprietários medidas que recompensem a ação, e faz com que passem a vê-la como uma punição, o que acarreta destruições propositais.

Apesar dos problemas aponta-se que, mesmo discretamente, o movimento de tentar abarcar de forma mais ampla a diversidade do patrimônio já pode ser notado, e é isso o que se espera atingir nas pequenas cidades, não de maneira a impulsionar um turismo, mas para que os próprios moradores passem a valorizá-las.

> A consideração dos excluídos, das singularidades e dos silêncios na atual escrita da História é um fator que, juntamente com a percepção do patrimônio como fator cultural, tende a modificar este quadro, pois desvenda o existir não apenas de um patrimônio, mas de patrimônios, cada um dos quais referenciados em memórias específicas ou locais cujo valor tem que ser aferido por critérios múltiplos.[19]

Essa valorização por parte dos moradores acontece de forma mais concreta quando as políticas de preservação não estão tão distantes de seu alcance, o que pode ser gerado quando há a presença de um órgão municipal de defesa e conservação do patrimônio que funcione e mantenha uma dinâmica de reuniões e ações. Isto porque, por mais que nacionalmente, ou mesmo na escala estadual, um bem não seja tão representativo, para a identidade e memória do seu município, ele pode ser, e dessa forma, se inclui a "arquitetura menor".

No caso de Patrocínio Paulista, em 2006 foi elaborado um Plano Diretor que ainda é o modelo para a cidade. Quando se refere ao patrimônio cultural, a abordagem é sucinta e superficial, deixando de apontar

[18] RODRIGUES, Marly. "De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, n.24, 1996, pp. 197.
[19] RODRIGUES, *op. cit.*, p.198

balizadores para as ações sobre construções antigas, e se resume apenas em não-demolição (fato que não é respeitado). O Artigo que dá maior enfoque é o 125, bem como seu parágrafo único que estabelece:

> Artigo 125: Para a defesa dos aspectos paisagísticos da cidade, dos seus panoramas e para preservação das construções e dos monumentos típicos, históricos e tradicionais, serão postas em prática as medidas estabelecidas pelo parágrafo do presente artigo.
>
> Parágrafo Único: A Prefeitura, em colaboração com os elementos referidos neste artigo, ou, independentemente dele, deverá pôr em prática todas as providências ao seu alcance no sentido de preservar e defender as construções de caráter típico, histórico, artístico ou tradicional desapropriando-as quando forem de propriedade particular no caso de se tornar necessária para evitar sua destruição, demolição ou transformação, solicitando, para isso, dos poderes competentes, os recursos que se tomarem necessários. [20]

Essa superficialidade fez com que em 2009, a Diretora Adjunta de Cultura, Surlene Maria Devós Faleiros, acompanhada por cidadãos ligados à história da cidade se mobilizassem por conta dos descasos com que as casas antigas da cidade estavam enfrentando.

Figura 1: Residência dos Conrados antes da demolição.

Fonte: Memorial de Projeto da Biblioteca Municipal Ruy Barbosa, Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, p.04, 1997.

Segundo alguns relatos[21], há na cidade um caso de tombamento referente a uma antiga casa da família Conrado (Figura1), um quarteirão abaixo da praça principal, que tem como data de construção o ano de 1923. Segundo o próprio prefeito no período, José Milton Faleiros, o tombamento aconteceu em seu mandato, mas não pôde-se reconhecer exatamente quais eram os motivos da solicitação, o decreto referente a ele, nem ao menos a data exata.

Na busca de documentos que o tratassem de maneira mais específica, não foi possível ter acesso a dados referentes ao tombamento, apenas a um documento de desapropriação do imóvel, a partir do Decreto Número 1.203 de 19 de dezembro de 1989, visando a utilização do edifício para a instalação de uma Casa de Cultura.[22]

[20] PATROCÍNIO PAULISTA. *Plano Diretor do Município de Patrocínio Paulista*. Lei Municipal nº 2.132/06 , de 07 de Dezembro de 2006. Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, p. 37.
[21] Entrevistas feitas no mês de maio com a antiga Secretária da Cultura Surlene Maria Devós Faleiros e com o Ex Prefeito José Milton Faleiros.
[22] Este Decreto está contido no Manual de Projeto para a Biblioteca Municipal Ruy Barbosa, datado de 1997 e que se

Apesar de ser tratada como tombada, a construção foi demolida na década de 90, com a justificativa de que sua estrutura estaria comprometida. Esse não cumprimento da preservação determinada, fez com que todas as destruições causadas de diversas formas nos edifícios fossem cada vez mais vistas como reais ameaças, sem algo realmente capaz de proteger um bem.

O receio dos ataques às construções, não apenas com a demolição, mas também com a descaracterização, chamou atenção para uma das casas da cidade, conhecida como "do Barão" e que se localiza na praça principal. O edifício, que foi doação para o Lar de Idosos da cidade, passou a ser alugado após a morte do proprietário, principalmente para ocupações de caráter comercial.

A mudança recorrente de cores nas fachadas, bem como as adaptações para o uso tornou-se um incômodo (Figuras 2, 3 e 4). Foi então que em 2009, os integrantes da diretoria de cultura, a vizinha da residência Vera Lúcia Magrin e os professores de história e geografia respectivamente, Palmira Luiza Novato Faleiros e Giovani Paulo da Silva criaram o CONDEPHAA (Conselho de Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico) de Patrocínio Paulista.

A partir da Lei Municipal nº 2318/09 de 16 de Junho de 2009, alterou-se o Artigo 7º da Lei Municipal nº 2307/09, em que se previa um órgão composto de 10 membros, com cinco representantes do Poder Público e cinco de entidades e instituições da sociedade civil do Município, que seriam renovados a cada 3 anos, com participação nas reuniões mensais.

Figuras 2, 3 e 4: "Casa do Barão" nos anos 2000, após a reforma citada no texto e estado atual, respectivamente

Fonte: (2) Acervo de Antônio Miguel do Nascimento, anos 2000. (3) Google Maps, 2015 e (4) Elaborada pela autora,2017.

Dentre outros assuntos abordados, estava a solicitação do tombamento da residência citada acima.

encontra em anexo.

Apesar de uma notificação ter sido enviada à Instituição Assistencial Frederico Ozanan (Lar de Idosos), a resposta não foi favorável ao tombamento por razões financeiras, mas a Instituição se comprometeu que as mudanças necessárias estariam restritas às pinturas internas e externas.

As mudanças, porém, descaracterizaram muito seu interior, mas principalmente a fachada. Segundo relatos dos integrantes do órgão, as reformas foram feitas em horários de difícil percepção, como troca de pisos, instalação de portas de vidro na área do alpendre, pinturas em cores de alto contraste, dentre outros.

Essa foi uma das questões que abalou os ânimos de preservação arquitetônica do órgão. De um lado, o não cumprimento das medidas de tombamento de um edifício e de outro, a dificuldade em conciliar um acordo de preservação entre o Conselho e os proprietários, ao tomarem conhecimento do que aconteceria de fato com o imóvel.

Nota-se, a partir das atas das reuniões do Conselho, que a arquitetura foi ficando cada vez mais de lado nas discussões pela sua dificuldade de preservação. Passaram a ser colocadas em pauta as questões referentes a festas e eventos realizados, a criação de um novo almanaque histórico da cidade, dentre outras práticas. Além disso, percebe-se o desânimo por parte dos membros em relação à não evolução de trabalhos de preservação em função da frequente mudança de conselheiros, pelo não cumprimento do prazo de três anos.

Em 2013, com a mudança da gestão na prefeitura, grande parte dos membros do órgão também foi alterada. A diretoria de cultura passou a ser gerida por Luciana Martinelli Gonçalves Goberna Fernandez e Palmira Luiza Novato Faleiros foi nomeada presidente do Conselho, com lista de conselheiros nova e maior.

A partir das atas, é possível perceber que em relação à arquitetura, a mesma motivação ocorreu no início da gestão, com planos de inventariar os edifícios antigos para maior controle dos bens, bem como o material artístico e histórico. Algumas atas apontam também a afirmação da necessidade de realizarem tombamentos, não só de edifícios, mas de monumentos, de hinos, dentre outros aspectos culturais da cidade.

Foi discutida também a importância de criação de um Plano Municipal de Cultura, e com isso a criação do COMCULT (Conselho Municipal de Cultura), exatamente para que questões que não fossem sobre a defesa patrimonial pudessem ser abrangidas e deliberadas, em local mais apropriado, para que o CONDEPHAA pudesse estabelecer melhor suas ações.

Já em 2015, houve uma proposta para a elaboração do Arquivo Municipal, em que, a partir de bolsas oferecidas pelo governo, estudantes de história da UNESP de Franca organizassem os documentos que a pre-

feitura e toda a cidade já possuiam, de forma que a população tivesse acesso à sua história e identidade.

Apesar disso, os planos não tiveram continuidade. Os inventários, que foram divididos para as equipes de acordo com os temas, não foram elaborados. As bolsas não foram liberadas pelo governo, e com isso, a parceria com a UNESP acabou sendo desfeita, prejudicando a organização do Arquivo Municipal.

Em relação aos membros, muitos deles desanimaram e deixaram de comparecer às reuniões, que passaram a se realizar a cada dois meses, e, com isso, enfraqueceu cada vez mais as ações do Conselho em relação à proteção de bens arquitetônicos, e fez com que suas atividades se limitassem à produção de eventos, e questões mais acessíveis ao Conselho.

Com a mudança do governo durante os anos de 2016 e 2017, e que coincidiu com o ano de elaboração deste presente trabalho, muitas alterações físico-espaciais foram feitas, além das alterações de membros do Conselho. Muitos documentos encontravam-se desorganizados e de difícil acesso.

Até o mês de maio - e se não fosse pela busca das atas do CONDEPHAA para a elaboração deste trabalho - a atual gestão não saberia da existência deste Conselho, o que mostra que ele se encontra esquecido e sem continuidade.

Em relação ao arquivo e fontes documentais, as fotos e jornais antigos estão desaparecidos, pela falta de organização e de diálogo entre uma gestão e outra. Dessa forma, sabe-se que os documentos existem, mas sem possibilidade de acesso a eles, sendo que as lembranças e documentos pessoais foram utilizados como forma de recuperação de dados para este trabalho.

É difícil, portanto, fazer com que a história e a identidade de uma cidade pequena, com interesses pessoais divergentes, torne-se coesa e de fácil acesso ao público. Quando uma cidade com porte pequeno, sem muitas condições econômicas e sem características arquitetônicas exemplares, não possui formas de embasar a cautela e valorização de seu patrimônio - mesmo que não seja um órgão exclusivo para ela, mas que tenha diretrizes para isto - sua memória e identidade se perdem, na busca por um desenvolvimento que não está a seu alcance.

Esse é o caso de Patrocínio Paulista, em que não se encontra nenhum exemplar significativo, seja nacionalmente, seja para o Estado de São Paulo, e com o descaso para com suas características arquitetônicas e urbanísticas de origem perde a ligação entre construído e de quem o habita, passando apenas a viver o presente, sem se lembrar do passado e sem almejar um futuro promissor.

4 - A IDENTIDADE COMO UM PROCESSO: O PASSADO, O PRESENTE E SUAS RELAÇÕES PARA O FUTURO.

> Romper com o passado não significa abolir sua memória, nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outra, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico. (CHOAY, 2001, p. 113)

As discussões sobre preservação do patrimônio, e de modo mais abrangente, da preservação da memória vêm sendo ampliadas, de acordo com o que se percebe pela análise cronológica feita. Além disso, torna-se mais popular entre grupos distintos, não sendo limitada aos especialistas.

Entretanto, alguns entraves para que as discussões sejam postas em prática também aparecem como fortes representantes da urbanização atual, em que a especulação imobiliária, a mudança da dinâmica nos bairros, a poluição visual em busca de comércios atrativos, as dificuldades de divisões em heranças, e principalmente a mentalidade da própria população, impedem essas ações de valorização e preservação.

Quando CHOAY trata do rompimento do passado na citação acima, refere-se à abordagem feita sobre a destruição ideológica na Revolução Francesa, em que monumentos referentes à monarquia eram destruídos para apagar a memória daquele período. Apesar dessa especificidade no texto, essa abordagem pode ser trazida para as questões atuais, nos locais em que não há sequer alguma forma de preservação da memória.

Na busca pelo desenvolvimento das cidades, as construções antigas são expostas à desvalorização e muitas vezes são vistas como barreiras para a atração das pessoas, sendo que as mudanças irracionais sobre os locais mais antigos das cidades geram várias consequências, dentre elas as mais radicais, como esvaziamento dos centros ou degradação dos mesmos, perda de características de fachada, de funcionalidade, dentre outras.

Muito além de subutilizar essas áreas, a identidade daquela população, mesmo que sem se perceber no presente, se perde e tranforma a origem da cidade, com seus edifícios cheios de história, no último lugar reconhecido como o representante daquele local.

É claro que o patrimônio intangível, que abrange as tradições culturais, o saber fazer e os costumes de determinada população, é responsável pela preservação da memória local, mas para que ele possa ser praticado, necessita-se de que se tenha um espaço, e a arquitetura é representante disso.

Em sua abordagem, Ruskin também entende a importância da arquitetura para a memória, de forma que a mesma represente o único meio para preservar os laços com o passado: "Nós podemos viver sem, adorar nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos nos lembrar"[23].

Ao transcrever isso, é importante lembrar que Ruskin referia-se não somente à arquitetura monumental e reconhecida amplamente como patrimônio de perda irreparável, mas contemplava todo tipo de arquitetura que revelasse o passado no presente, integrando um cotidiano.

Essa questão de considerar apenas o valor excepcional de cada bem é um fator nacional desde que o principal órgão de preservação do patrimônio, o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) foi criado, e é bastante retratada no Decreto Lei nº25 de 1937, assim como descrito acima. [24]

Com isso, a mentalidade que se tem sobre a preservação e o tombamento pela maior parte da população brasileira é limitada, e deixa de lado fatores responsáveis por assegurar a identidade do local, mesmo que não tenham caráter estético ou histórico extraordinários.

Trabalhos como este aqui apresentado, fazem parte desses estudos sobre como a salvaguarda não depende necessariamente de proteção legal, mas sim do reconhecimento da população, bem como a valorização por parte da mesma, pautada por diretrizes de profissionais, e que pode gerar a recuperação da ambiência e do significado de pertencimento, muitas vezes mais importante do que o caráter excepcional de um único elemento.

[23] RUSKIN, citado em CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Ed. Unesp / Estação Liberdade, 2001, pp. 139.
[24] FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural ", p.65, In ABREU, Regina et. al. *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 316p.

5 - FATORES FUNDAMENTAIS PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO "NÃO EXCEPCIONAL": A RELAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO COM A POPULAÇÃO E A PAISAGEM NATURAL.

Ao estudar as relações de memória, tendo respaldo ou não de políticas institucionais, Chagas gera a discussão de dois conceitos que intitulam seu artigo: "Memória Política e Política de Memória"[25]. Muito dele pode ser levado em consideração em relação ao tema a ser abordado nesse trabalho, visto que, como já mencionado, busca-se uma valorização do patrimônio "não excepcional", como resgate de identidade e memórias locais.

Primeiramente, como memória política, o autor indica que um documento (palavra que provém do latim "doccere"), é tudo aquilo que ensina algo a alguém. Usa-se então, como exemplo o quadro "Compromisso Constitucional" de Aurélio Ferraz, que para ele é uma "Obra pintada para ser lida". Apesar desse exemplo, demonstra que tudo que pode transmitir a memória, independentemente de sua grandeza, documenta algo para várias gerações:

> Nesse sentido, parece claro que a transmissão de memória política, ao valer-se de documentos, no sentido mais amplo do vocabulário, tem também uma intenção pedagógica, um desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois, uma vontade de formar e produzir continuidades. Lançando mão de múltiplas fontes documentais, os grupos políticos e sociais recorrem ao passado pela via da memória, não tanto para remontá-lo, mas para recontá-lo, ou mesmo como indica Sento-Sé (1999, p.99), para afirmar".[26]

Tratando-se de documento e memória, a Política de Memória sugere acima de tudo a preservação, colocando em jogo os opostos: preservação contra destruição e memória contra o esquecimento. Como afirma, este é um caso de prática social, que pode ser feito por qualquer grupo que reconheça que esse documento seja útil de alguma forma a alguém.

> Trata-se na verdade, de prática social que pode ser encontrada nas famílias, nos grupos religiosos, nos grupos étnicos e profissionais, nos partidos políticos, nas instituições públicas e privadas e, de modo particular, nos museus. Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar de documento e memória. Nesse caso, pode-se também falar em política de memória. [27]

[25] CHAGAS, Mário. "Memória Política e Política de Memória", p.136 , In ABREU, Regina et. al. *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 316p.
[26] CHAGAS, *op. cit.*, pp.139.
[27] CHAGAS, *op. cit.*, pp.160

Importante notar que o próprio autor compara este conceito ao de "política de preservação", voltada para instituições que lidam com a memória e que constituem um respaldo para a função social.

Dessa forma, percebe-se que para a preservação e valorização de uma memória, esta não deve necessariamente ser protegida legalmente, com atos de tombamento e animação cultural. Como o próprio nome diz, é uma lembrança, algo que se refere por experiências, de caráter particular, e que pode representar a origem e o passado de um grupo, sem obrigatoriamente ter que ser reconhecida por pessoas externas a ele.

Ao se ter como documento de memória a arquitetura, as características predominantes do local e o motivo pela qual foi concebida, é de extrema importância que o portador dessa lembrança esteja apto a valorizá-la, e não deixar com que ela se perca com o tempo e com a busca incessante de um desenvolvimento desinteressado.

Considera-se, portanto, além do arquiteto e do estudioso sobre os assuntos ligados ao patrimônio, o portador da memória como o principal agente de preservação. Identificar suas necessidades e sua forma de se reconhecer no local é um dos primeiros passos para que se possa retomar a identidade. É necessário, portanto, permitir a participação da sociedade no processo de apropriação e construção de seu patrimônio.

É possível, ainda, ter como referência os estudos de Ecléa Bosi , nos quais considera-se a memória como intermédio cultural. Nesse caso, escutar as histórias das pessoas que residem a mais tempo nos locais, pode revelar uma experiência menos racional e mais afetiva da relação da população com a cidade. Há uma busca para além da história oficial dos documentos, e se recorre então para a história contada, que tem como testemunha o portador da memória.[28]

"Escutando muitos depoimentos, nós percebemos que os bairros não têm só uma fisionomia, como uma biografia. O bairro tem sua infância, juventude e velhice." (BOSI, p.147)

Dessa forma, um dos estudos a ser feito nesse trabalho parte da pesquisa direta com o portador e morador do local, como se demonstrará nas próximas abordagens.

> Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e manifestações físicas da paisagem.[29]

[28] BOSI, Ecléa. "Memória da cidade: Lembranças paulistanas", p. 145, In: *DPH, O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ Departamento de Patrimônio Histórico*. São Paulo: O Departamento, 1992. 235p.
[29] RIBEIRO, Rafael Winter. "Paisagem Cultural e Patrimônio." In: *Série Pesquisa e Documentação do IPHAN* – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007, p. 31.
[30] RIBEIRO, *op. cit.*, P.31.

Figura 5: Jardim da Luz (Praça Central) em 1914.

Fonte: Cedida por Marizilda Andrade.

Figura 6: Vista da Praça Central e seu entorno.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017. (Tirada da sacada da Igreja)

A atribuição de valores é uma prática recorrente na análise e preservação do patrimônio. Isso porque, baliza e justifica a salvaguarda dos bens, principalmente em uma declaração de significância. Alguns teóricos encontram em seus estudos várias denominações para eles, de acordo com as características mais importantes do bem, e que costumam compreender valor histórico, estético, afetivo, cognitivo, pragmático, dentre outros.

Tratando-se do Patrimônio "não excepcional" como referido, valores como o estético muitas vezes não cabem na atribuição. Além do mais, para se reconhecer um valor, deve-se entender qual a memória do local e os motivos de se preservar aquela identidade.

Para além da arquitetura, a relação com o entorno é de fundamental entendimento visual do espaço.

A cidade de Patrocínio Paulista possui como gabarito predominante de um a dois pavimentos, sendo que devido a sua limitada dimensão urbana, os eixos visuais são favorecidos pela paisagem natural que a cerca. Em algumas áreas como a central, a topografia reforça essa perspectiva, sendo que a pessoa que se encontra na praça ou no seu entorno, é capaz de estabelecer uma relação visual, criando uma ambientação.

Como citado por RIBEIRO [30], se a atribuição dos valores está ligada à "organização do espaço e as manifestações físicas da paisagem", a relação entre a arquitetura predominante das casas antigas no centro com os eixos visuais que alcançam o entorno de zona rural poderia ter sua valorização de ambiência. (Figuras 5 e 6)

Isto acontece porque, mesmo que a população não perceba de forma explícita aquele visual que abrange a praça, as edificações antigas no entorno e as árvores ao fundo fazem parte do cotidiano, e apropriando-se do termo, forma-se uma "paisagem cultural" local. (Figuras 7,8,9 e 10)

Figuras 7,8,9 e 10: Eixos Visuais do entorno da praça (Relação Gabarito e Paisagem).

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017.

Percebe-se que caso algum desses fatores sejam alterados, ou pelo gabarito, ou pela demolição dessas casas – algo que acontece com certa frequência-, pela diferença de pintura nas fachadas, entre outros, a população sente e há uma certa repercussão, mesmo que não gere atitudes práticas de defesa.

Memória da população e paisagem são duas coisas que não se desvinculam, e que apesar de se transformarem, ao passarem pelas gerações, criam uma identidade mesmo que intocável no presente. Isso explica o fato de que, mesmo com uma paisagem modificada, casas reconstruídas, mobiliários urbanos alterados, é possível conseguir uma noção de como a cidade era representada em suas origens, a partir da memória contada pela população.

A distância histórica, como é possível perceber desde as primeiras noções de preservação, é um dos principais fatores para a consciência de que o patrimônio deveria ser valorizado, mas que infelizmente quando acontece, a maior parte dos casos já se perdeu. É difícil valorizar no presente algo contemporâneo, ou pouco antigo, ainda mais quando não se tem um valor excepcional.

As pessoas que acompanham as várias mudanças das cidades, valorizam os elementos antigos apenas com o passar de vários anos, e na maioria dos casos, ou sente falta pela perda de algo que no presente passou a ser considerado um bom exemplo, ou simplesmente não consegue valorizar o que chegou até o presente por encontrar-se em estado de degradação, e ser visto como "velho".

A memória contada é responsável por transmitir às gerações o que era do passado e também o que ficou nele. No caso de Patrocínio Paulista, há muitos exemplos de gerações mais novas que não chegaram a conhecer fisicamente algumas construções ou mobiliários urbanos como os coretos na praça central (Figura 11), ou ainda pelo funcionamento de um prédio construído para ser o cinema de rua (Figura 12), e foi modificado, mas que, até hoje é conhecido por "cinema", mesmo que os jovens nunca o tenham frequentado com tal uso.

Figura 11: Praça Central com mobiliário diferente e destaque para os coretos.

Fonte: Cedida por Hubler Lopes, década de 50.

Figura 12: Cine Flórida.

Fonte: Cedida por Zélia Andrade,1963.

6 - O PATRIMÔNIO EM CIDADES DE PEQUENO PORTE: O EXEMPLO DE PATROCÍNIO PAULISTA

Como apresentado, a preservação do patrimônio ainda enfrenta muitos problemas para que se sustente, seja em escala nacional, estadual ou municipal. Isso ocorre de maneira mais intensa em cidades de pequeno porte e com pouco mais de um século de idade, desenvolvidas de maneira lenta e com uma economia baixa, estratificada em uma arquitetura mais simples e menos rebuscada. Geralmente não são atingidas pelos órgãos de preservação de escalas nacionais ou estaduais, e quando possuem algum órgão municipal, não são capazes de evitar a descaracterização de seus núcleos originais.

Esse é o caso de Patrocínio Paulista, situada no nordeste do Estado de São Paulo, e que faz divisa com municípios paulistas como Franca, Itirapuã, Altinópolis e Batatais, e com os mineiros Ibiraci, Capetinga e São Tomás de Aquino, e que conta com uma população estimada em 2016 de 14.223 habitantes, segundo o IBGE (Figuras 13, 14 e 15). Além disso, apesar de estudá-la especificamente por diversos fatores, muitos dos problemas que nela se encontram, assim como as propostas a serem feitas, podem servir de exemplo para a grande quantidade de cidades que também passam por essa situação no país. [31]

Ela é cortada pelos Rios Sapucaizinho e Santa Bárbara, em cuja margem a cidade foi fundada, e inicialmente habitada pelos índios caiapós, assim como em Franca, e posteriormente atraiu as atividades do garimpo. A primeira ocupação por parte dos garimpeiros aconteceu mais abaixo do rio, por volta de 1833, devido ao declínio dos garimpos em Minas Gerais. No local, pela quantidade significativa de pessoas, foi criada a Freguesia e Distrito de Santa Bárbara das Macaúbas.[32]

O descontentamento por parte dos fazendeiros da região agravou-se, muitas vezes justificado pela despreocupação para com o meio ambiente apresentada por essa atividade, mas também por ocuparem uma porção de suas terras. Com isso, um grupo de fazendeiros, a partir de uma petição ao Governo Provincial com documentos datados de 1855, conseguiu a extinção do arraial, com posterior queima dos ranchos como forma de impedimento de uma retomada do garimpo.

Com o recrutamento de voluntários para a Guerra do Paraguai em 1964, muitas pessoas foragidas retomam essas atividades, dessa vez um pouco mais acima em relação ao leito do rio, fato que fez com que

[31] Baseando-se nos indicadores sociais municipais do IBGE de 2000, no total de 5.561 municípios brasileiros, 5.336 são classificados como pequeno (500 a 100.000 habitantes). De forma mais específica, há um total de 4.074 municípios com até 20.000 habitantes, concluindo-se então a predominância de cidades pequenas no país. (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores Sociais Municipais, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indicadores_sociais_municipais/tabela1a.shtm>. Acesso em: 27 de abril de 2017)

[32] ALMANAQUE Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história, *op. cit.* p. 27.

muitas dessas áreas recebessem nomes como Humaitá, Paraguaia, dentre outros.

Como a sede principal para esse trabalho estava compreendida na Fazenda do Turvo e no local denominado Barro Preto - além do fato de que por essa fazenda passava uma estrada importante de acesso a outros municípios como Santa Rita de Cássia - foi nessa área que se começou a ter interesse para a fundação da nova Freguesia.[33]

Monsenhor Cândido Rosa, de grande influência na região, com Sr. Joaquim Carlos Monteiro, de modo a afirmar a religião católica, e pela necessidade de um centro para a população, realizam em 1869 uma subscrição pública para garantirem um terreno para a Freguesia. Dessa forma, uma porção de terra foi doada para a Paróquia de Nossa Senhora do Patrocínio para a construção da primeira capela.

As missas passaram a ser realizadas em um local coberto por palha, com uma imagem de Nossa Senhora do Patrocínio e um cruzeiro em frente. A primeira Igreja começa a ser erguida apenas em 1875, com a ajuda dos garimpeiros, mas em 1870, poder-se-ia notar algumas construções regulares, e, em 1973, a partir da Lei nº 17 de 30 de março, sancionada pelo presidente da província Dr. João Theodoro Xavier, foi considerada Freguesia.

Em 10 de março de 1885, Patrocínio do Sapucahy (nome também dado ao rio, em cujas margens estavam plantadas as árvores denominadas Sapucaias), foi teoricamente elevada à Vila pela Lei nº 23, assinada pelo presidente da província Dr. José Luiz de Almeida Couto, mas continuava a pertencer ao Termo Reunido de Franca e Santa Rita do Paraíso, atual Igarapava.

Apenas em Março de 1889, a partir do ato presidencial assinado pelo Dr. Pedro Vicente de Azevedo, obteve-se a ascensão do município à categoria de Termo, com a criação do Foro Civil e do Conselho dos jurados. A partir de então, pela Lei nº 80 de 25 de agosto de 1982, sancionada pelo governador estadual Dr. Bernardino de Campos, foi elevada à Comarca e Cidade.

Segundo registros históricos, em 1870 já havia indícios das primeiras construções regulares. Começaram a ser construídas na ponte que corta o Rio Sapucaí, onde se caracterizou como a primeira entrada na cidade, por uma via que acompanhava as margens do rio, até chegar ao entorno da Igreja.

No mesmo ano da construção da Igreja, ao seu lado também foi construída a antiga Casa Paroquial, posteriormente demolida, para hoje abrigar a nova construção. Nos primeiros anos de 1900 já havia sido edificada a denominada “Casa do Barão”, dentre outras em seu entorno.

[33] ALMANAQUE Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história, *op. cit.* p. 27.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

Figura 13
Base/Fonte: Elaborado por Raphael Lorenzeto de Abreu, Disponível em Wikimedia Commons, 2006.
Adaptado/Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017 - Sem Escala

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

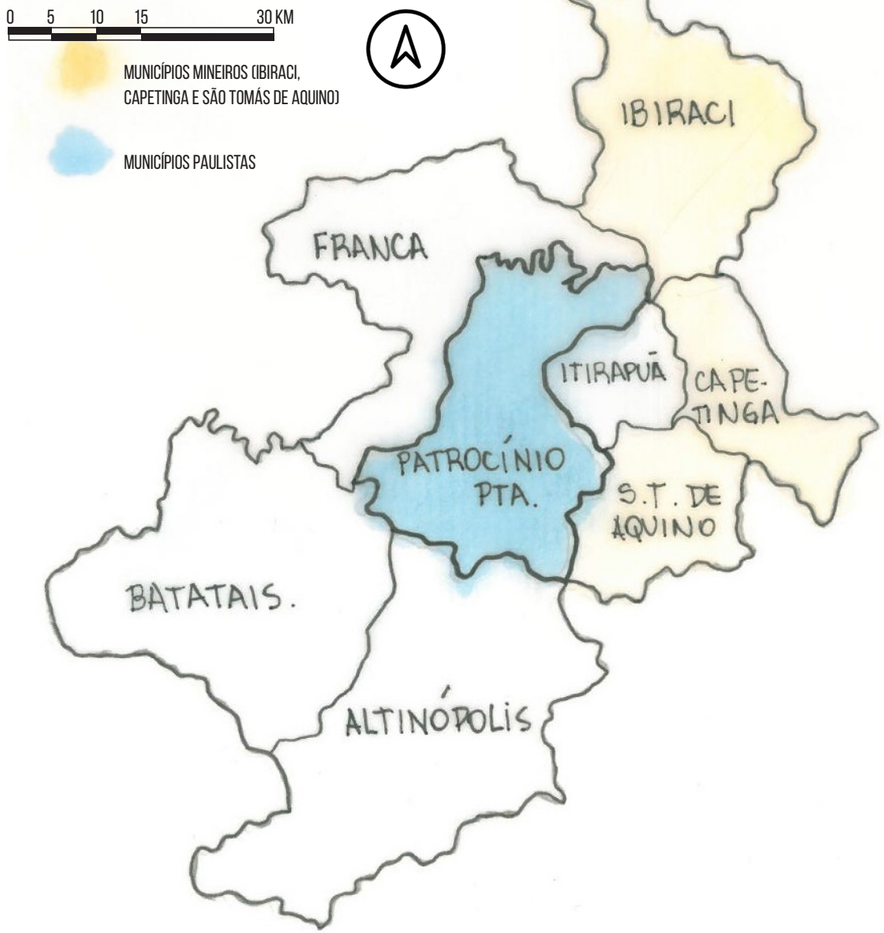
Figura 14
Base/Fonte: Elaborado por Guilherme Augusto Clemente, Disponível no Site da Prefeitura, 2006.
Adaptado/Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017 - Sem Escala

O esquema ao lado é importante por mostrar a localização do município de Patrocínio Paulista em relação às cidades mais próximas. Ao mesmo tempo, mostra a influência que sofre tanto de municípios paulistas quanto mineiros, por conta de sua divisa entre os dois Estados.

MAPA DE MUNICÍPIOS LIMÍTROFES AO DE PATROCÍNIO PAULISTA

Figura 15
Base/Fonte: Mapa de cidades limítrofes ao Município de Patrocínio Pta. Elaborado por César Cunha Ferreira, Disponível no Almanaque de 127 anos de Patrocínio Paulista, 2012.

Adaptado/Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017



Observa-se pelo esquema (Figura 16), feito a partir da análise de plantas semelhantes de 1921 e 1950, que o entorno da Praça já estava ocupado, bem como seus quarteirões adjacentes. Nota-se também a tipologia das construções, com fachadas no alinhamento das calçadas e miolos de quadras grandes, que formam amplos quintais.

Além disso, pode-se observar que as vias com traçado mais orgânico acompanham o desenho do rio, da entrada da cidade até chegar à parte central, em que uma malha ortogonal se forma a partir dos retângulos da Igreja e do antigo Jardim da Luz.

Afastadas da Igreja, as construções mais simples e voltadas para as margens dos rios, formaram o Bairro Tabatinga. Na formação da cidade, com a necessidade de mão-de-obra, houve um grande êxodo da zona rural, e de maneira desordenada, refletida até hoje, surgiu o Bairro Santa Cruz. Também de maneira espontânea, margeando as estradas onde se transportavam os produtos rurais para comercialização, como leite, formou-se o Bairro da Porteira.

A maioria das casas mais afastadas do entorno da praça foram demolidas e muito modificadas. Apesar de as que estão no recorte escolhido estarem passando por forte descaracterização, elas fazem parte de um conjunto, com uma média de idade aproximada, com características semelhantes, e representam a única forma de resgatar a identidade dessa cidade.

Patrocínio Paulista, bem como muitas outras cidades do interior de São Paulo, tem uma zona urbana pequena, com comércio pouco significativo e relação de dependência com os serviços de Franca, que fica apenas a 17 km de distância. Apesar de sempre estarem presentes os discursos de desenvolvimento, há pouca estrutura financeira e força de vontade para que ela progrida.

Dessa forma, o seu comércio e a apropriação do espaço acontecem de maneira improvisada, com o pouco que se tem. A área central, principalmente nas proximidades da praça principal, por um bom tempo foi fundamental para a área comércio, que atendia a dinâmica urbana e toda a população em seu entorno.

Porém, com o surgimento e melhor desenvolvimento de novos bairros, principalmente com maior movimento nas avenidas, como a Avenida dos Diamantes e a Avenida das Palmeiras (Indicadas no mapa de evolução urbana), as atrações se tornaram mais dispersas, poucos são os comércios totalmente essenciais na área central, e as pessoas que residem nas áreas mais novas passaram a ir com menos frequência ao Centro, mesmo com a pequena distância significativa que eles possuem. (Figura 17)

MAPA DE EVOLUÇÃO URBANA

Figura 17
Base/Fonte: Último Mapa dos Bairros de Patrocínio Paulista, Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, Sem Data.
Adaptado/Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017

0 50 100 200 500 M

Muitos dos comércios que se encontram atualmente no entorno da praça apropriaram-se das casas mais antigas, e que atualmente não são valorizadas pela população. Sem muita organização, com divisão de fachadas por cores para a demarcação de lojas, com a obstrução de detalhes arquitetônicos com placas publicitárias, e com a substituição das antigas aberturas por portas e vitrines de vidro, o que descaracterizou suas formas. (Figuras 18, 19 e 20)

Figuras 18, 19 e 20: Descaracterização das edificações por adaptações para o comércio.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017.

Essa descaracterização passa despercebida pelos mais jovens, visto que a maioria já conhece a região em um momento que esse processo já havia ocorrido, além de não agregarem valor aos elementos antigos, e verem na modernização a possibilidade de desenvolvimento. Já as pessoas mais velhas, ao se lembrarem da imagem que a cidade possuía no passado, destacam em seus relatos o apreço pelo antigo, e descontentamento com o visual atual, o que justifica essa busca pela identidade local e o interesse por este trabalho que se apresenta.

É importante ressaltar que a cidade muda conforme seus agentes, ou seja, quem participa ativamente de sua dinâmica, seja morando, trabalhando ou administrando-a. Principalmente com a faixa mais jovem citada acima, a falta de percepção e leitura da cidade como identidade da população acontece pela pouca informação e educação patrimonial.

Para que se preserve um espaço e sua memória, é fundamental que se tenha consciência do seu valor. Nesse caso, a educação patrimonial, feita a partir de oficinas, nas escolas e em eventos abertos e atrativos à toda cidade seria uma forma de fazer com que mais pessoas estejam dispostas a valorizar a sua história a partir da arquitetura que forma a cidade. Além do mais, ao apoiar-se na educação para a formação de consciência das ações sobre a cidade, o próprio Órgão de Defesa do Patrimônio Municipal se solidificaria e tornaria suas interferências mais efetivas.

7 - IDENTIDADE PARA A CIDADE: UM NOVO DESENHO.

> Como linguagem, a arquitetura é representação, é signo da relação de conhecimento que se processa entre o homem, o espaço e o tempo. Em relação ao espaço, esse conhecimento se dá sempre que o homem intervém transformando o espaço por meio do projeto ou do uso cotidiano. Em relação ao tempo, esse conhecimento se dá como decorrência da intervenção anterior capaz de assinalar as diferenças dos tempos e criando as dimensões da história que narra a mais rica experiência informacional que já foi dada ao homem viver. Redimensiona-se a definição inicial e entende-se a arquitetura como organização do espaço nos tempos históricos.[34]

A citação feita por Ferrara, traduz de maneira clara a abordagem desse trabalho, que tenta definir as relações de identidade do homem, favorecendo sua memória para com o espaço em que habita. O meio para que isso aconteça, ou seja, o seu signo é a própria arquitetura.

Como se pode perceber, uma cidade é um espaço que possui uma linguagem a partir de suas construções e principalmente como elas se retratam pelas suas características. Um ambiente com identidade e memória, geralmente possui um visual preservado, em que o presente se relaciona de maneira harmônica com o passado, e os habitantes se reconhecem no seu espaço, de maneira que homem (que constrói o ambiente) e ambiente construído identificam-se e são identificados reciprocamente.

Diferentemente do que ocorre em uma cidade em que a identidade se perdeu, o passado e o presente não se respeitam, mas se sobrepõem. Passa a ser cada vez mais difícil identificar uma característica concreta (traduzida pela arquitetura) que seja capaz de estabelecer o afeto entre o homem e o ambiente.

Sabe-se que os ideais, gostos estéticos, relações sociais e necessidades das populações mudam com o tempo e isso se reflete no local. Para compreender a maneira como a memória se faz presente em um espaço que, hoje, já almeja o desenvolvimento, é necessário se ter em mente que, assim como afirma FERRARA[35], memória e mudança são interdependentes, mas cada uma depende da relação que possui no espaço e tempo, e que se desenvolve em duas formas de interação: um espaço marcado pela memória, ou a memória como construtora do espaço.

No primeiro caso, há uma consciência de que o passado ficou para trás, contrastando-se com o presente, de forma que o espaço passa a ser suporte para a memória, que por sinal, apropria-se do tempo. Já no

[34] FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000. p.158.
[35] FERRARA, *op. cit.*, pp.146.

segundo, presente e passado se superpõem, e a memória constrói o espaço no tempo. Acima de tudo, para este trabalho, após estudos sobre os conceitos e maneiras de intervenção, levando-se em consideração a arquitetura e o urbanismo como formas de associar o passado e o presente, deve-se deixar claro que o intuito não é um congelamento ou um retorno ao antigo, que querendo ou não, é uma vertente de projeto, mas sim a organização do ambiente (que carrega consigo forte aspecto histórico e de origem da cidade, mas que se encontra desvalorizado), de forma a garantir uma unidade de entorno e maior valorização da própria população que nele convive.

Passando a ver a cidade a partir do seu signo - a arquitetura - encontra-se a forma como ele se expressa, isto é, o desenho. Deixando de lado os casos em que se tenta congelar o desenho antigo, mas passando a compreender a cidade como mudança e adaptação, observa-se nesse trabalho a metáfora de que a cidade é um compilado de lâminas ou camadas, em que se desenha, se sobrepõe, apaga, corrige, e se busca sempre o aperfeiçoamento de sua imagem.

Pode-se chamar então, o que se busca como consequência, um redesenho, ou um novo desenho para um espaço que atualmente mostra-se insuficiente para representação da imagem que se tem da cidade. É, portanto, o anseio de tornar o presente legível como identidade, conjunto e memória.

FERRARA[36], mesmo ao abordar outra comparação metafórica, relaciona com cicatrizes as descaracterizações e interferências que o espaço sofre, e interpreta de forma clara esta expectativa:

> O tratamento dessas cicatrizes cria a necessidade de ressignificação dos espaços, e a sua inteligibilidade é responsável por um dos aspectos mais estimulantes para o estudo da cidade como sistema de comunicação e de informação.[37]

Ressalta-se, portanto, que não cabe a denominação habitual sobre interferências como revitalização, restauração, dentre outros, mas sim, de um estudo sobre o desenho no qual se conforma a bagagem de um espaço. Além disso, a abordagem da arquitetura não se restringe a um edifício em si, em como ele pode formar um ambiente com sua volumetria e servir de exemplo como um elemento histórico. Busca-se tratar um conjunto, que representa de alguma forma, a partir de características comuns e da sua relação com a paisagem, uma referência para o local, assim como será tratada a tipologia predominante e o porquê de ser assim.

[36] FERRARA, *op. cit.*, pp.178.
[37] FERRARA, *op. cit.*, pp.178.

FERRARA[38] ainda discute sobre a questão do tratamento para além do edifício isolado e de como a arquitetura associada ao urbanismo é eficaz nesse processo:

> Supera-se a hegemonia do edifício isolado para reencontrar a arquitetura na dinâmica ambiental urbana e no diálogo que estabelece com o contexto econômico, social e cultural do espaço; redescobre-se a relação entre arquitetura e urbanismo, em parte esquecida nas últimas décadas. A arquitetura estudada como linguagem é fluida e mutante como a cidade, e essa mutação caracteriza o repertório cultural que transita do emissor-arquiteto ao receptor-usuário para fazer conviver qualidade e quantidade de informação e, sobretudo, para ambos, uma constante exigência de escolha entre alternativas.[39]

Assim como brevemente citado em capítulos anteriores, toma-se como objeto de estudo a área de origem da pequena cidade de Patrocínio Paulista, que não teve um desenvolvimento econômico ordenado, e suas dificuldades de organização afetaram muito seu signo arquitetônico, o que atrapalhou a linguagem e identidade local.

Após a escolha e o motivo pelo qual a cidade foi escolhida para ser estudada, o próximo passo foi estabelecer o objeto de recorte para a aplicação da análise. Escolheu-se, portanto, o conjunto de edificações que abrangem as quatro testadas das ruas que cercam o quarteirão da Igreja Matriz e da Praça Central, onde se encontram as construções mais antigas da cidade. (Figura 21)

Figura 21 Croqui do entorno estudado (Ruas adjacentes aos quarteirões da Praça Central e Matriz

Fonte: Base: Google Maps, 2015. Adaptado pela autora, 2017. Sem escala

[38] FERRARA, *op. cit.*. p.158.
[39] FERRARA, *op. cit.*. p.158.

A partir de então, iniciaram-se as análises do estado atual das fachadas em contraste com a forma que se organizavam no passado, de maneira a compreender quais eram as intenções arquitetônicas originais, como e porque se mantiveram ou foram descaracterizadas.

Esse levantamento teve como intuito mostrar de forma simplificada as várias camadas e seus respectivos desenhos das construções através de fotos antigas de diferentes datas, como poderá ser verificado nas próximas páginas. Convém destacar, também, que para a realização do mesmo, a maior dificuldade foi conseguir fotografias que mostrassem os edifícios, pois como se observou, não há na cidade um arquivo público de fotos disponível.

Dessa forma, por algumas semanas foram feitas entrevistas e buscas por fotografias de acervos pessoais na cidade, e como se percebe pelas imagens em sua maioria, o foco eram as pessoas, e as edificações encontravam-se apenas como plano de fundo, o que fez com que muitas delas fossem recortadas para uma melhor percepção das construções. Nota-se também, que como nenhuma dessas edificações possuem inventário, este levantamento torna-se importante para o conhecimento e preservação do patrimônio local.

Em uma análise mais geral, foi possível perceber nesse entorno duas tipologias predominantes: uma mais tradicional, referente às primeiras edificações, que ainda encontram-se com as características principais e uma modernizada, geralmente resultado de reformas ou reconstruções de períodos específicos.

Para entender melhor o porquê disso, toma-se por base a análise feita por Carlos Lemos em: "História da Casa Brasileira" [40]. Apesar de começar desde as primeiras manifestações arquitetônicas do país, incluindo o período colonial – anos distante do período em que a cidade de Patrocínio Paulista se origina-, é possível perceber em sua abordagem que as moradias urbanas paulistas e mineiras nunca foram marcadas pelo extraordinário: "Simples casas de porta e janela, uma, duas ou três janelas e nada mais."[41]

Isso porque era uma arquitetura típica de lugares pobres, tanto economicamente, quanto em relação às técnicas de construção e materiais disponíveis, o que se resumia ao uso do barro, tijolo, pedra e cal. Essa questão é legível pelas fotos antigas e atuais das fachadas, que mostram certo desgaste nos revestimentos e demonstram em um dos casos, uma residência com vedação de pau-a-pique (Figuras 22 e 23), e mesmo as posteriores mostram-se de alvenaria com argamassas tradicionais.

[40] LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

[41] LEMOS, op. cit. Pp. 41

Figura 22: Estado atual da residência com vedação de pau-a pique.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Figura 23: Detalhe do pau-a pique à mostra.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Ao tratar das casas do século XIX, o autor faz um recorte e considera nesse período os anos entre 1808, com a chegada da corte portuguesa no Brasil e 1914, início da Primeira Guerra Mundial. Isso porque, com a vinda da família real, novos hábitos provindos da Revolução Industrial foram adotados, que interferiram também na arquitetura, e com o início da Guerra, foram impedidas muitas importações.

Figura 24: Janela de vidro plano e transparente.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Como a cidade de Patrocínio Paulista surgiu nesse período, nota-se que as construções mais antigas já incluíam essas características, como o uso de vidro plano e transparente para as janelas, diferente do que se usava antes, em que as janelas residenciais eram feitas apenas com tábuas, sendo também chamadas de "escuros".

Pelas fotos antigas é possível perceber que as construções eram bem parecidas e possuiam geralmente janelas em guilhotina com vidraça. Muito ressaltada na história da cidade, talvez por seu estado atual, a residência em que se cita o uso de pau a pique na vedação, foi a primeira a ter janelas de vidro (importados da França) (Figura 24) e a primeira a ser forrada.

Percebe-se também nesse conjunto que as construções eram feitas sem recuos frontais, a cobertura era geralmente em quatro águas, com beiral e escoamento direto na rua, com telhas portuguesas ou francesas (Figura 25). As janelas e portas eram de verga reta, com duas folhas de madeira e recebiam pouca ornamentação (Figura 26), sendo que quando havia, eram bastante simples (Figura 27).

Figura 25: Tipologia tradicional.

Fonte: Cedida por Izar e Eliana Andrade, 1950.

Figuras 26 e 27: Ornamentação simples das janelas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Pela topografia acentuada e mesmo por conta dos pisos de madeira, os porões são frequentemente notados, muitas vezes altos e habitáveis, sendo que abaixo das janelas, grades de respiração marcam as fachadas.

Essa tipologia tradicional e simples continuou sendo utilizada por muito tempo em Patrocínio Paulista, enquanto que, na metade desse século, as cidades próximas mais desenvolvidas buscavam uma arquitetura a qual representasse a prosperidade trazida tanto pela cafeicultura, quanto pelas ligações por estradas de Ferro, como no caso de Franca. Essa representação era feita pelos exemplares ecléticos, marcados por forte ornamentação e grande presença de materiais e técnicas importados.

> Quanto mais rica a sociedade, mais rápida a alteração da paisagem urbana, e as cidades pobres por isso mesmo continuaram a guardar seus antigos visuais.[42]

[42] LEMOS, *op. cit.* Pp. 47

Após esse grande período de estagnação tipológica, com a demolição de algumas edificações, ou mesmo com a reforma de fachadas, é possível perceber entre a década de 40 e de 50 um desejo de modernização. Isso pode ser notado pelo uso de platibandas, vitrôs e desenhos geométricos (inspirados no Art Decó), mas que se destacam muito mais como anseio estético do que de mudança de técnicas. (Figuras 28 e 29)

Figura 28: Platibanda com desenhos geométricos.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Figura 29: Platibandas, vitrôs e desenhos geométricos.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Figura 30: Comparação entre tipologias de edifícios.

Fonte: Jornal da Cidade, Acervo do Sindicato Rural, 1957.

A Figura 30 retrata a comparação entre um edifício com uma fachada mais "modernizada" com platibanda e uso desses elementos, e outro com a configuração tradicional. É possível perceber que os telhados são praticamente iguais, bem como a ocupação e o alinhamento no lote. Nota-se também, que a maioria dessas construções com características novas eram em sua maioria estabelecimentos comerciais como Loja de Materiais de Construção, Bancos ou mesmo o Salão de Festas da Igreja, e que as residências ainda mantinham seu padrão antigo.

Essas questões podem ser percebidas pelo estudo entre as testadas das ruas trabalhadas e suas respectivas fotos antigas (Figuras 31 a 116) presentes nas próximas páginas.

Fig. 31 DÉC. 40 DÉC. 10 1945 18

Fig. 32 DÉC. 50 1947 4

Fig. 33 DÉC. 50 7

Fig. 34 DÉC. 40 DÉC. 10 1

Fig. 35 DÉC. 90 2

Fig. 36 ANOS 2000 2

Fig. 37 DÉC. 50 1896 1954 1955 3

Fig. 38 DÉC. 40 1

Fig. 39 1933 1896 19

Fig. 40 DÉC. 50 3

Fig. 41 1994 2

Fig. 42 SEM DATA ATÉ 1910 DATA DESCONHECIDA 19

Fig. 43 1976 ENTRE 1960/70 12

Fig. 44 DÉC. 80 7

Fig. 45 1950 ATÉ 1910 4

Fig. 46 1957 9

Fig. 47 DÉC. 90 2

Fig. 48 1950 ATÉ 1910 50/60 4

Fig. 49 DÉC. 70 DÉC. 70 4

Fig. 50 DÉC. 80 7

Fig. 51 1950 1950 4

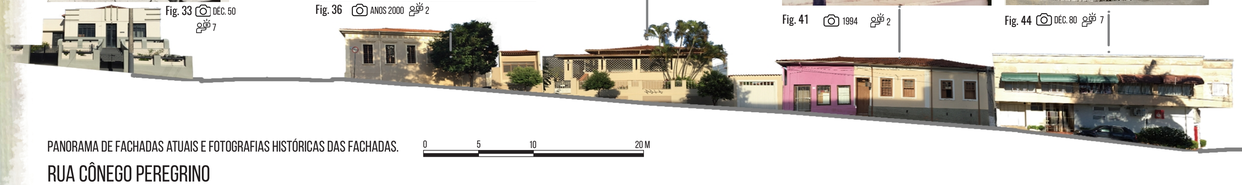
Fig. 52 1950 1950 4

Fig. 53 1998 4

Fig. 54 1950 APROX. 1910 4

Fig. 55 DÉC. 90 2

Fig. 56 1950 DATAS DESCONHECIDAS 4



PANORAMA DE FACHADAS ATUAIS E FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS DAS FACHADAS.

0 5 10 20 M

RUA CÔNEGO PEREGRINO

LEGENDA:

- DATA DA FOTOGRAFIA
- DATA DA CONSTRUÇÃO
- DATA DA DEMOLIÇÃO
- DATA DA NOVA CONSTRUÇÃO
- DATA DE REFORMA DESCARACTERIZANTE
- FONTE/COLABORADOR

RELAÇÃO DE FONTES/COLABORADORES:

1-ACERVO PESSOAL DE MÁRIO FERRARI
2-ACERVO PESSOAL DE ANTÔNIO MIGUEL DO NASCIMENTO
3-CEDIDO POR HUBLER LOPES
4-ACERVO DA F. ANDRADE FIGUEIREDO, CEDIDO POR IZAR E ELIANA
5- ACERVO ORIGINAL DE ORAIDE DE ANDRADE, CEDIDO POR MARIZILDA DE ANDRADE.
6-ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL JORGE FALEIROS
7-ACERVO DE JOSÉ MILTON FALEIROS
8-ACERVO DE ZÉLIA PLAUGAS
9-ACERVO DE MARIA ESTHER ANDRADE
10-ACERVO DE MARIA CECÍLIA FREITAS
11-CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE
12-ACERVO DE ZÉLIA FIGUEIREDO
13-ACERVO DE IMACULADA FALEIROS
14-ACERVO DE LUÍS ANTÔNIO MOREIRA
15-ACERVO DE SILVIA OLIVEIRA
16-ACERVO DO SINDICATO RURAL, CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE.
17-ACERVO DE ÂNGELA MARIA VIOTO
18- PRIMEIRO ALMANAQUE HISTÓRICO DE PATROCÍNIO PAULISTA, 1986.
19- ACERVO DE RUTE ROCHA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

OBS: NÃO FOI POSSÍVEL ENCONTRAR FOTOGRAFIAS ANTIGAS DE ALGUNS EDIFÍCIOS.
OBS 2: ALGUMAS IMAGENS SOFRERAM ALTERAÇÕES DE RECORTE E AMPLIAÇÃO PARA MELHORES CONDIÇÕES DE VISUALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO A QUE SE REFERE.

DATA DA FOTOGRAFIA
DATA DA CONSTRUÇÃO
DATA DA DEMOLIÇÃO
DATA DA NOVA CONSTRUÇÃO
DATA DE REFORMA DESCARACTERIZANTE
FONTE/COLABORADOR

RELAÇÃO DE FONTES/COLABORADORES:

1-ACERVO PESSOAL DE MÁRIO FERRARI
2-ACERVO PESSOAL DE ANTÔNIO MIGUEL DO NASCIMENTO
3-CEDIDO POR HUBLER LOPES
4-ACERVO DA FAMÍLIA ANDRADE FIGUEIREDO, CEDIDO POR IZAR E ELIANA
5- ACERVO ORIGINAL DE GRAIDE DE ANDRADE, CEDIDO POR MARIZILDA DE ANDRADE.
6-ACERVO DA ESCOLA E. JORGE FALEIROS
7-ACERVO DE JOSÉ MILTON FALEIROS
8-ACERVO DE ZÉLIA PLAUGAS
9-ACERVO DE MARIA ESTHER ANDRADE
10-ACERVO DE MARIA CECÍLIA FREITAS
11-CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE
12-ACERVO DE ZÉLIA FIGUEIREDO
13-ACERVO DE IMACULADA FALEIROS
14-ACERVO DE LUÍS ANTÔNIO MOREIRA
15-ACERVO DE SILVIA OLIVEIRA
16-ACERVO DO SINDICATO RURAL, CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE.
17-ACERVO DE ÂNGELA MARIA VIOTO
18- PRIMEIRO ALMANAQUE HISTÓRICO DE PATROCÍNIO PAULISTA, 1986.
19- ACERVO DE RUTE ROCHA F. DE OLIVEIRA

OBS: NÃO FOI POSSÍVEL ENCONTRAR FOTOGRAFIAS ANTIGAS DE ALGUNS EDIFÍCIOS.
OBS 2: ALGUMAS IMAGENS SOFRERAM ALTERAÇÕES DE RECORTE E AMPLIAÇÃO PARA MELHORES CONDIÇÕES DE VISUALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO A QUE SE REFERE.

Fig. 57 1950 DATAS DESCONHECIDAS 4

Fig. 58 1915 1904 5

Fig. 62 1915 1904 DATA DESCONHECIDA 5

Fig. 59 1950 4

Fig. 63 1952 4

Fig. 60 DÉC. 90 2

Fig. 65 REGISTRO DA INAUGURAÇÃO DO JARDIM DA LUZ EM 1915, ATUAL PRAÇA CEL. ESTEVÃO MARCOLINO, COM PAISAGISMO, MOBILIÁRIO E CONSTRUÇÕES DE ENTORNO DIFERENTES DOS ATUAIS.

Fig. 66 1977 1977 4

Fig. 61 ANOS 2000 2

Fig. 64 DÉC. 20 6

OBS: O TERRENO NO QUAL SE LOCALIZAVA A CONSTRUÇÃO ORIGINAL DE 1904 FOI DIVIDIDO E CEDEU LUGAR PARA AS DUAS CONSTRUÇÕES, QUE SE ENCONTRAM POUCO MODIFICADAS ATÉ HOJE. UMA RESIDÊNCIA APARENTEMENTE DA DÉCADA DE 80 E A SEDE DOS CORREIOS DE 1977.

Fig. 67 S/ DATA ENTRE 1940/1950 6

Fig. 68 1952 8

Fig. 69 1963 9

RUA CORONEL JOSÉ CÂNDIDO
PANORAMA DE FACHADAS ATUAIS E FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS DAS FACHADAS.
0 5 10 20 M

Fig. 70 DÉC. 40 DATA DESCONHECIDA 1

Fig. 71 DÉC. 70 7

Fig. 72 DÉC. 90 2

Fig. 73 DÉC. 40 ATÉ 1910 1

Fig. 74 DÉC. 50 2

Fig. 75 1975 13

Fig. 76 DÉC. 90 2

Fig. 77 DÉC. 40 ATÉ 1910 1

Fig. 78 DÉC. 50 1

Fig. 79 DÉC. 50 1

Fig. 80 DÉC. 90 2

Fig. 81 DÉC. 90 ATÉ 1910 2

Fig. 82 DÉC. 40 DÉC. 10 1945 18

Fig. 83 DÉC. 50 1947 7

Fig. 84 DÉC. 50 4

RUA MAJOR GOULART
PANORAMA DE FACHADAS ATUAIS E FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS DAS FACHADAS.
0 5 10 20 M

LEGENDA:

- DATA DA FOTOGRAFIA
- DATA DA CONSTRUÇÃO
- DATA DA DEMOLIÇÃO
- DATA DA NOVA CONSTRUÇÃO
- DATA DE REFORMA DESCARACTERIZANTE
- FONTE /COLABORADOR

RELAÇÃO DE FONTES/COLABORADORES:

1-ACERVO PESSOAL DE MÁRIO FERRARI
2-ACERVO PESSOAL DE ANTÔNIO MIGUEL DO NASCIMENTO
3-CEDIDO POR HUBLER LOPES
4-ACERVO DA FAMÍLIA ANDRADE FIGUEIREDO, CEDIDO POR IZAR E ELIANA
5- ACERVO ORIGINAL DE ORAIDE DE ANDRADE, CEDIDO POR MARIZILDA DE ANDRADE.
6-ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL JORGE FALEIROS
7-ACERVO DE JOSÉ MILTON FALEIROS
8-ACERVO DE ZÉLIA PLAUGAS
9-ACERVO DE MARIA ESTHER ANDRADE
10-ACERVO DE MARIA CECÍLIA FREITAS
11-CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE
12-ACERVO DE ZÉLIA FIGUEIREDO
13-ACERVO DE IMACULADA FALEIROS
14-ACERVO DE LUÍS ANTÔNIO MOREIRA
15-ACERVO DE SILVIA OLIVEIRA
16-ACERVO DO SINDICATO RURAL, CEDIDO POR LUCIANA ANDRADE.
17-ACERVO DE ÂNGELA MARIA VIOTO
18- PRIMEIRO ALMANAQUE HISTÓRICO DE PATROCÍNIO PAULISTA, 1986.
19- ACERVO DE RUTE ROCHA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

OBS: NÃO FOI POSSÍVEL ENCONTRAR FOTOGRAFIAS ANTIGAS DE ALGUNS EDIFÍCIOS.
OBS 2: ALGUMAS IMAGENS SOFRERAM ALTERAÇÕES DE RECORTE E AMPLIAÇÃO PARA MELHORES CONDIÇÕES DE VISUALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO A QUE SE REFERE.

Fig. 85 SEM DATA ENTRE 1940/1950 6

Fig. 86 1952 8

Fig. 87 1963 9

Fig. 88 1952 DÉC. 10 ENTRE 50/60 4

Fig. 89 1952 ENTRE 50/60 8

Fig. 90 1966 10

Fig. 91 SEM DATA 2

Fig. 92 1956 DÉC. 10 ALPENDRE-S/ DATA 11

Fig. 93 1957 4

Fig. 94 DÉC.80 12

Fig. 95 SEM DATA 13
DATA DESCONHECIDA

Fig. 96 1956 DESCONHECIDA 11

Fig. 97 1976 12

Fig. 98 1976 10

Fig. 99 1977 4

Fig. 100 1952 DÉC. 10 14

Fig. 101 1972 15

Fig. 102 ANOS 90 2

Fig. 103 ANOS 2000 2

Fig. 105 1952 DÉC. 10 ENTRE 52 E 58 14

Fig. 106 DÉC. 60 1958 6

Fig. 107 ANOS 90 2

Fig. 108 1957 DÉC. 10 DÉC. 60 16

Fig. 109 1957 15

Fig. 110 DÉC. 70 DÉC. 60 17 2015 (NOVAMENTE)

Fig. 111 1957 DÉC. 10 16

Fig. 112 1957 8 (RETIRADA DE JORNAL)

Fig. 113 DÉC. 70 17

Fig.104 1957 8

Fig. 114 DÉC. 40 DATA DESCONHECIDA 1

Fig. 115 DÉC. 70 7

Fig. 116 DÉC. 90 2

0 5 10 20 M

RUA CORONEL ANTÔNIO JACINTO
PANORAMA DE FACHADAS ATUAIS E FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS DAS FACHADAS.

Após essa análise, buscou-se compreender os processos de descaracterização das fachadas, como e com qual frequência ocorriam, para que enfim um novo desenho balizasse a unidade e harmonia de conjunto.

Na busca por referências, tornou-se frequente encontrar estudos sobre revitalização urbana de diversas áreas, seja na geografia ou na própria arquitetura, mas ainda assim, quase não se encontra uma discussão mais próxima do resultado final em que se busca com esse trabalho.

Muitos deles tratam de restauração das fachadas, de maneira mais rígida, com análise de prospecção de cores, transformação de usos, dentre outros aspectos. Enquanto isso, há aqui uma vontade plástica de conjunto e relação de simpatia entre os moradores e o espaço em que vivem.

Apesar disso, pode-se explorar muito de projetos e ações feitas, como será possível ver nas propostas a seguir. Um exemplo é o caso da relação com a publicidade nas fachadas, discutida e posta em prática na Lei da Cidade Limpa em São Paulo, ou mesmo na relação de anúncios e cores do Projeto Cara Limpa para Goiânia.

As análises e propostas a serem detalhadas nos próximos capítulos partem de uma revisão das paletas de cores, da disposição de anúncios, do tipo de mobiliário urbano como iluminação, lixeiras, bancos, dentre outros, e visa uma unidade estilística, além da melhoria na gestão.

8 - NOVO DESENHO: ANÁLISES E PROPOSTAS

8.1 - ESTUDO DE CORES.

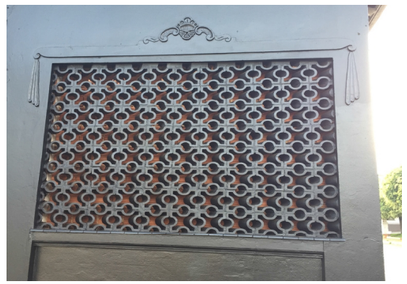
Figura 117: Divisão de usos por cores.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Como se propõe a interpretação do conjunto a partir de um novo desenho, é essencial procurar a harmonia a partir das cores que são impressas nas fachadas. Atualmente, o que se encontra em conflito no conjunto, é proveniente da multiplicidade e contraste negativo de cores como forma de chamar atenção para um comércio, ou para a divisão de usos em um único edifício, o que gera uma poluição visual. (Figura 117)

Além disso, o uso das cores pode influenciar na percepção dos elementos arquitetônicos, sendo que em alguns casos, os detalhes ficam escondidos, e o pedestre mais desatento não reconhece características importantes do conjunto, o que torna as construções menos interessantes. (Figuras 118, 119 e 120)

Figura 118: Detalhes arquitetônicos apagados.



Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Figuras 119 e 120: Detalhes desvalorizados e imperceptíveis no conjunto.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.

Outra questão é a relação que as fachadas desses edifícios estabelecem com a Igreja. A construção que sempre teve pintura clara, em tons de bege, assim como se apresenta atualmente (Figura 121), teve por

um período sua cor modificada para um tom de pêssego (Figura 122). Mesmo sendo uma cor clara, e não tão distante do bege, segundo relatos de alguns moradores, ocasionou uma repercussão negativa. Notou-se, portanto, que há uma maior identificação da Matriz com cores claras voltadas para o bege.

Figura 121: Atual cor da Igreja

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Figura 122: Pintura Pêssego na Igreja

Fonte: Foto de Wagner Gomes Reis, 2006.

Assim acontece com muitas casas do entorno. Algumas possuem relação direta com a cor da Igreja (Figura 123) como a Casa Paroquial, o Centro Catequético (Figura 124) e o próprio Salão de Festas Santo Agostinho. Além disso, a maioria das residências assim se configura, mesmo que para a divisão do uso comercial sejam utilizadas cores diferentes.(Figura 125)

Figura 123: Cores voltadas para o bege.

Figura 124: Centro Catequético

Figura 125: Uso do bege.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Segundo estudos de cores nas fachadas de edificações históricas[43], vários fatores interferem na identificação das cores: psicológicos (ópticos, de memória, etc), de ambiência lumínica (luz do sol, horário, e outros), entorno (gabarito, contraste, dentre outros), e alteração da cor do substrato (ocasionada pela pátina, umidade e envelhecimento da cor).

Além disso, é possível associar a frequente utilização de branco, tons terrosos e variações de beges nas paredes de edificações típicas tradicionais ou antigas por conta da pintura que recebiam em sua origem, visto que as tintas eram a cal, com cores mais apagadas, em tons terrosos devido aos pigmentos minerais e materiais disponíveis.

Dessa forma, quando as pinturas passam a serem feitas com tintas sintéticas mais modernas, obtidas através de materiais industriais e com cores muito fortes e vivas, há um estranhamento, o que acarreta um conflito entre a edificação e seu entorno.

Deve-se ressaltar que o estudo de cores feito nesse trabalho não tenta voltar as fachadas às suas cores originais, visto que seria impossível retratar de maneira idêntica a mesma cor, tanto pela disponibilidade de mão-de obra quanto de materiais, entre outros fatores. Além disso, não há um trabalho técnico de prospecção de cores utilizado em restaurações.

A proposta é apresentar uma paleta que estabeleça para o conjunto opções mais harmônicas de unidade visual, sem deixar de valorizar os elementos arquitetônicos. Nesse aspecto, pode-se ter como referência o projeto citado acima para a revitalização do Centro de Goiânia, coordenado pela arquiteta Ana Maria Diniz, denominado Projeto Cara Limpa. (Figuras 126, 127 e 128)

Esse projeto de 2004 foi premiado pelo CREA Meio Ambiente de 2005 e reconhecido pelas propostas de diminuição da poluição visual e descaracterização do ambiente urbano. Apesar de estar voltado para a restauração de 49 fachadas (apenas 5 foram concluídas), o estudo de cores teve grande importância, e pode ser levado em conta para o trabalho, assim descrito:

> O projeto previu também a aplicação da paleta de cores, onde detalhes e elementos arquitetônicos são valorizados, criando assim um conjunto harmonioso. O estudo de cores valoriza as edificações e dão unidade ao conjunto desses edifícios de estilo eclético construídos no período de implantação de Goiânia, destacando-os dos demais, que foram construídos após os anos

[43] BEZERRA, Ana Luísa Furquim; NAPPI, Sérgio Castelo Branco. Identificação de cores de fachadas de edificações históricas. In: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio, Rio de Janeiro-vol. 5 no 1 – 2012. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus, Acesso em: 19/06/2017.

1960 e que apresentam uma maior volumetria. Nos estudos usou-se os tons contrastantes e o tom-sobre-tom, para se entender qual seria o melhor resultado. Também não houve a preocupação de se identificar as cores originais e nem retomar a situação original das fachadas, pois o efeito que se buscou foi de propor a paleta de cores para a fachada dos edifícios, para destacar a visualização deste de menor escala, no conjunto todo, destacando os dos de maior altura.[44]

Figuras 126, 127 e 128: Fachadas Restauradas pelo Projeto Cara Limpa e Executadas pela Construtora Biapó.

Fonte: Site Biapó Construtura, Disponível em: http://biapo.com.br/site/portfolio/projeto-cara-limpa/. Acesso: 20/06/2017.

Portanto, ao se levar em consideração as referências, bem como a relação que o conjunto tem com a Igreja e com as já utilizadas tonalidades em bege, a proposta é se basear nos tons terrosos. Porém, diferentemente do que muito se adota ao tratar de pinturas de edificações, a paleta proposta não é monocromática, mas sim de cores complementares. Como os tons terrosos variam de tonalidades amareladas às alaranjadas, a paleta abarca também azuis e azuis-esverdeados.[45] (Figuras 129 e 130)

Outra questão a ser levada em consideração, muito por conta do que já foi dito sobre o costume das casas antigas possuírem paredes pintadas a cal, mas também pela harmonia de conjunto que se obtém, e pelas referências teóricas como a citada abaixo, percebe-se que o uso de cores mais claras em grandes superfícies (paredes), em contraste com as cores mais escuras dos detalhes (elementos arquitetônicos), garante maior valorização da arquitetura, melhor percepção visual e facilidade de diálogo com o observador. Segundo Arnheim, as discussões de Ostwald e Munsell definiam a inter-relação de cores como:

[44] SILVA, Silvio Augusto de Oliveira e. *Revitalização e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Centro de Goiânia*, 2006. Dissertação de Mestrado- Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006, p. 177.

[45] Ver mais em: ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora.* Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. Supervisão editorial de Vicente di Grado; com participação de Emiko Sooma. São Paulo: Pioneira, 1980.

Reconheceram a influência do tamanho e sugeriram que as grandes superfícies deveriam ter cores apagadas, enquanto cores de alto grau de saturações deveriam ser usadas somente para as pequenas.[46]

Importante lembrar que apesar de os estudos de cores serem voltados para a unidade do conjunto, é necessário que haja unidade na própria construção. O tratamento deve ser feito da estrutura arquitetônica em si, abordando o edifício como único. Dessa forma, a fachada não deve ser dividida por cores, sendo a diferenciação de usos feita apenas pela comunicação visual de anúncios indicativos.

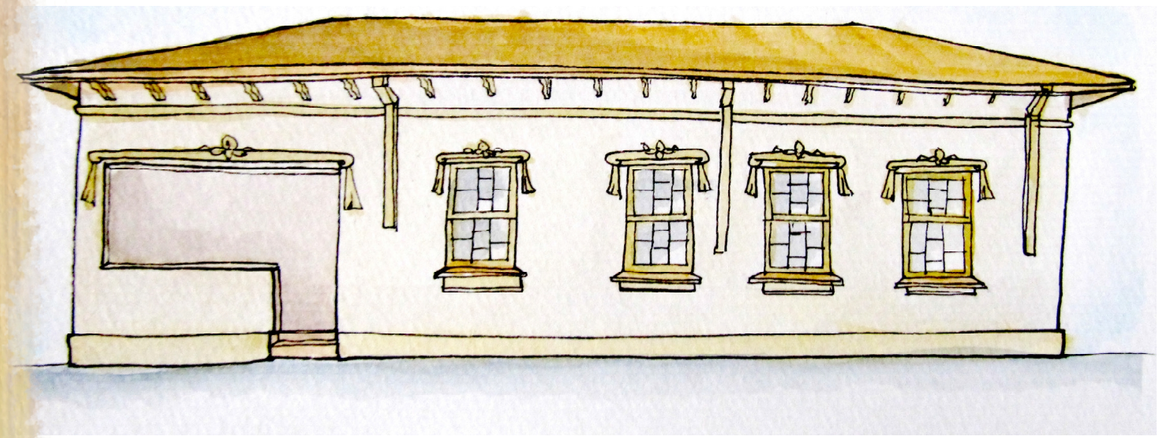
Figuras 129 e 130: Croquis de Paleta de cores para Estudo (Tons terrosos/amarelados/beges+ Azul) e (Tons terrosos/alaranjados+ Azul esverdeado) respectivamente.

Fonte: Elaborados pela autora, 2017.

Após esses levantamentos, e a partir de novos desenhos, foi possível a comparação de usos de alguns tons da paleta de cores, de forma a definir o que melhor representaria uma unidade do conjunto - uso de tonalidades da mesma cor em um edifício, uso de cores complementares e suas respectivas tonalidades em uma única construção, ou se mesmo com a mistura de todas as propostas, o conjunto ainda ficaria interessante. (Figuras 131, 132, 133 e 134)

[46] ARNHEIM, op. cit. P.338.

Figura 131: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges)

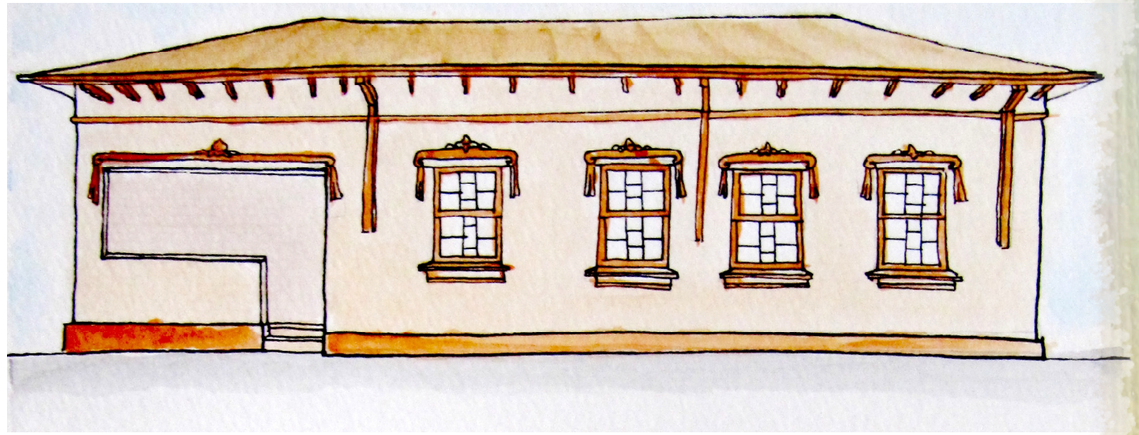


Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 132: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul)

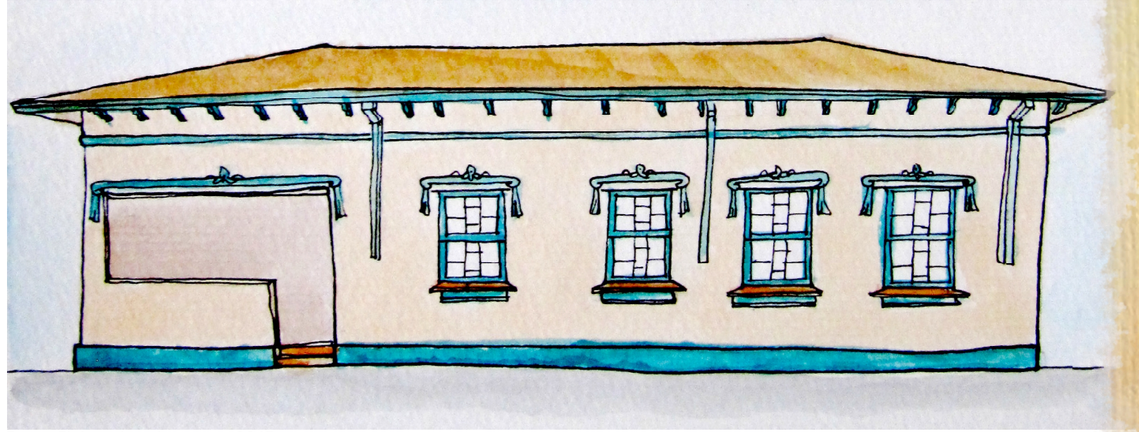
Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 133: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/alaranjados)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 134: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/alaranjados+ Azul esverdeado)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Figura 135: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul)

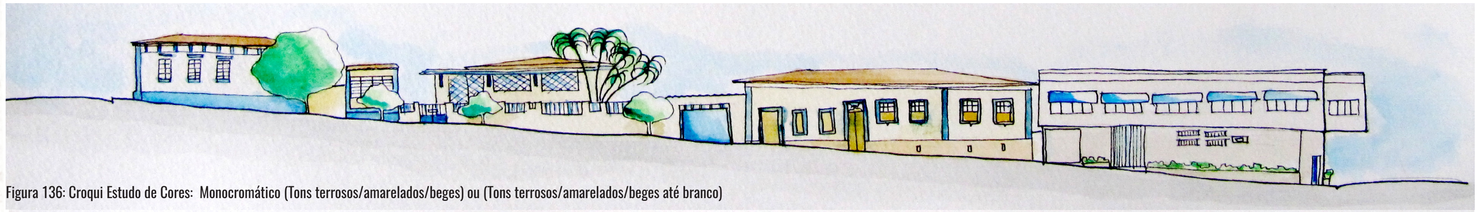


Figura 136: Croqui Estudo de Cores: Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges) ou (Tons terrosos/amarelados/beges até branco)

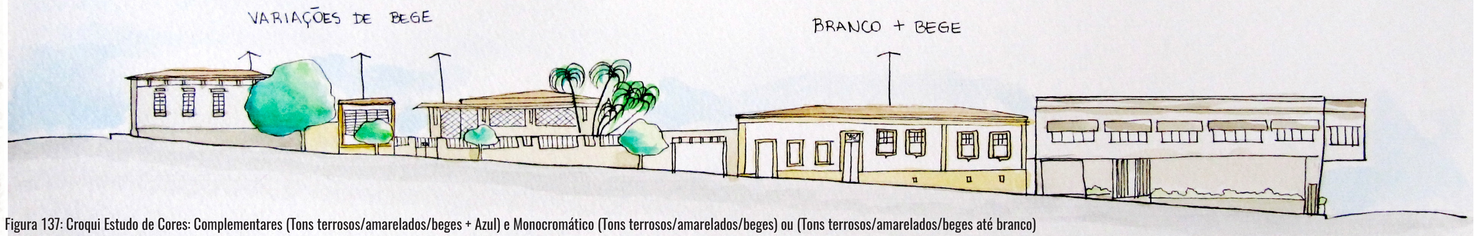
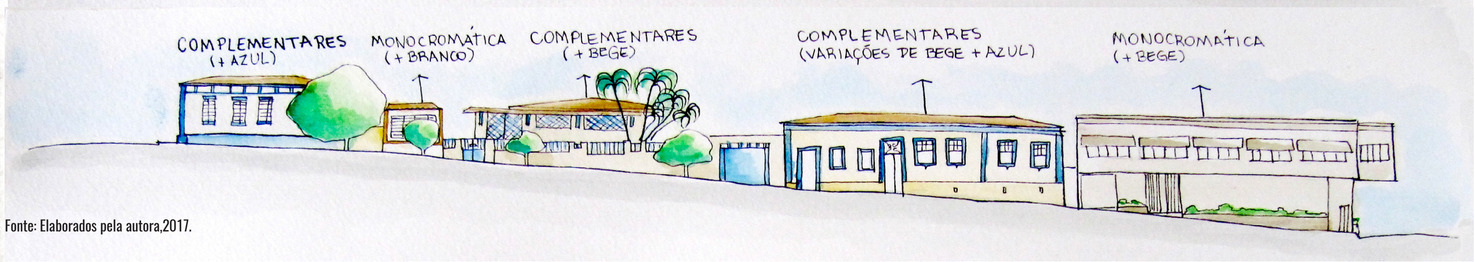


Figura 137: Croqui Estudo de Cores: Complementares (Tons terrosos/amarelados/beges + Azul) e Monocromático (Tons terrosos/amarelados/beges) ou (Tons terrosos/amarelados/beges até branco)



Fonte: Elaborados pela autora,2017.

Comparando os modelos de prováveis panorâmicas (Figuras 135, 136 e 137), é possível perceber que o uso diversificado e alternado entre edificações com pinturas monocromáticas e de cores complementares é o mais apropriado para o novo desenho. Isto porque, comparado ao uso exclusivo de uma cor em várias tonalidades, o uso diversificado garante maior dinâmica visual ao conjunto, sem perder a relação harmoniosa de cores.

Além disso, chegou-se a conclusão, que em relação aos estudos de paletas de cores (Tons terrosos/amarelados/beges+ Azul) e (Tons terrosos/alaranjados+ Azul esverdeado), a melhor proposta para o trabalho é o uso das complementares em tons de bege e azul, combinados aos outros edifícios monocromáticos em bege e alaranjados(terrosos), assim como será possível perceber no desenho síntese da proposta.

8.2 - ESTUDO DE COMUNICAÇÃO VISUAL: ANÚNCIOS INDICATIVOS

Sabe-se que principalmente em centros comerciais urbanos, a concorrência e a disputa pelas vendas expandem-se até o exterior dos edifícios, por isso estampam nas fachadas as cores com maior destaque - maior até mesmo que o próprio edifício - que torna-se acuado pelas grandes placas com desenhos e letras exagerados.

Isso é consequência de vários fatores, entre eles a falta de consciência sobre o patrimônio da cidade, a falta de diretrizes por conta da administração pública para um ordenamento urbano, a disputa comercial como já citado, e o reflexo de como as cidades tornam-se cada vez mais inóspitas ao pedestre, fazendo com que as letras estejam maiores, em lugares altos e até mesmo em coberturas, para serem vistas pelos automóveis.

Na análise da apresentação dessa poluição visual em diversas escalas urbanas, percebem-se problemas proporcionais ao tamanho e verticalização, mas que não deixam de estarem presentes em cidades pequenas, e que na sua maioria não possuem legislação efetiva para esse tipo de controle. Além disso, essa discussão acontece também em cidades históricas ou voltadas para a preservação do patrimônio.

Desse modo, em cidades que passaram por um caos excessivo, as novas leis agregam cada vez mais soluções, e fazem com que as limitações administrativas, sob fiscalização e pena de multas, diminuam os problemas. Mesmo que em escalas diferentes, essas são as principais referências de como balizar a comunicação visual, como no caso da "Lei Cidade Limpa" de São Paulo[47], da Lei Complementar nº 657/2007 de Blumenau[48], da Lei nº8.471/2012 de Curitiba[49] e de determinações do IPHAN como em Iguape.[50]

O primeiro citado acima é também primário cronologicamente, visto que se baseia na Lei nº14.223 de 26 de Setembro de 2006, e no Decreto nº 47.950 de 5 de dezembro de 2006. Não é necessário refletir muito para compreender a necessidade que a capital paulista possui desde então em estabelecer uma ordem

[47] Ver mais em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadelimpa/conheca_lei/conheca_lei.html, Último acesso em: 24/06/2017.

[48] Ver mais em: https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2007/65/657/lei-complementar-n-657-2007-dispoe-sobre-a-publicidade-exposta-diretamente-ou-direcionada-para-logradouros-publicos-no-ambito-do-municipio-de-blumenau-e-da-outras-providencias, Último acesso em: 24/06/2017.

[49] Ver mais em: http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/alvara-de-publicidade-legislacao-especifica-smu/691, Último acesso em: 24/06/2017,

[50] Ver mais em: https://patrimoniovaledoribeira.org/2016/06/24/iphan-orienta-sobre-a-colocacao-de-letreiros-em-iguapesp/. Último acesso em: 24/06/2017.

visual de comunicação nas fachadas. Essa Lei, além de estabelecer normas para os comerciantes e responsáveis pelos anúncios, é um bom exemplo, pois tenta também aproximar a população dessa necessidade, com uma linguagem de fácil compreensão e ilustrações feitas na Cartilha apresentada pela Prefeitura.

Apesar de se tratar de um local muito verticalizado e com dimensões bastante diferentes da cidade do interior, torna-se referência de padronização de anúncios indicativos de atividades e comércios locais, além do uso de elementos que são necessários em alguns casos como os toldos, mas que podem ter aspecto menos descaracterizante nas fachadas.

Pode-se dizer que esta Lei influenciou e motivou muitas cidades a cumprirem seu papel contra a poluição visual, assim como as citadas. Além disso, mesmo que as normas se modifiquem de acordo com as necessidades do tempo, ainda revelam que a melhor forma de combate a esse tipo de problema é a associação de limitações administrativas com a compreensão da população, a partir de Cartilhas informativas e da formação educacional, não como estrartégia de convencimento, mas de esclarecimento.

Além desse tipo de referência, há também os exemplos em que a publicidade afeta o Patrimônio Histórico Arquitetônico, e interfere na paisagem estabelecida por uma construção específica, ou principalmente por um conjunto urbano. Existem alguns casos de orientações feitas pelo próprio IPHAN, em cidades como Iguape, São João Del Rei, dentre outras.

Para a cidade de Patrocínio Paulista, como se pode notar pelas fotografias panorâmicas apresentadas, não há verticalização, pois as maiores construções nessa região possuem dois pavimentos. O problema da comunicação visual se concentra principalmente no conflito que os anúncios estabelecem com a arquitetura, mesmo que não tenham grande dimensão. Não há um diálogo entre as características arquitetônicas e a publicidade, mas sim uma sobreposição.

Principalmente na paisagem referente à Rua Coronel Antônio Jacinto, as cores nos anúncios são conflitantes, seja no próprio estabelecimento, ou entre os edifícios ao lado. Mais do que isso, as placas geralmente, mesmo que sem grande dimensão, estão posicionadas de maneira que se sobrepõem aos elementos de arquitetura ou adorno, como sacadas, aberturas, marquises, relevos, vergas, dentre outros. (Figuras 138, 139 e 140) .

Além disso, os elementos de proteção como os toldos também influenciam na percepção visual da construção. Alguns deles estão sem manutenção, sem a cobertura, com cores que contrastam com as parietais, com projeções maiores do que as necessárias, e ainda estão fixos. (Figura 141)

Nota-se ainda, que mesmo sendo uma cidade pequena e com menor uso de automóveis, os letreiros não são voltados para o campo visual do pedestre, com fontes grandes e posicionados acima dos toldos e marquises.

Figura 138: Anúncio alterando a verticalidade do edifício.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Figura 139: Anúncio em sobreposição à abertura.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Figura 140: Anúncio em sobreposição à saca-

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Figura 141: Toldos fixos, sem manutenção

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Essa diferença de comunicação visual pode ser vista com a evolução dos anos, pois as fotos de alguns edifícios comerciais mais antigos mostram o tipo de publicidade mais simples que possuíam, com letras menores que poderiam ser vistas por quem passava, sem a necessidade de um apelo visual. (Figuras 142, 143, 144 e 145)

Figura 142: Anúncio indicativo com placa paralela.

Fonte: Acervo de Mário Ferrari, 1949.

Figura 143: Placas perpendiculares apenas com logo ou nome.

Fonte: Acervo de Macia Cecília Freitas Paduveze, 1966.

Figura 144: Anúncio indicativo com placa perpendicular

Fonte: Acervo da Escola Estadual Jorge Faleiros, sem data.

Figura 145: Primeiro anúncio da construção em relevo

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

A partir das referências da legislação de outras cidades e do entendimento da necessidade de adequação dos anúncios para a compreensão da arquitetura e da unidade do conjunto buscam-se alternativas para a área de estudo, que serão apresentadas de acordo com suas principais características e formas de aplicação. Entende-se que a relação entre os anúncios e arquitetura deve ser harmoniosa, e não de sobreposição.

Por isso, os letreiros nunca devem chamar tanta atenção para que não impeçam a percepção visual dos edifícios. Assim como nas legislações de referência, é importante ressaltar o uso de apenas um tipo de comunicação visual, de forma que ela identifique de maneira clara todas as informações sobre a atividade exercida no local, sem usar de artefatos em excesso.

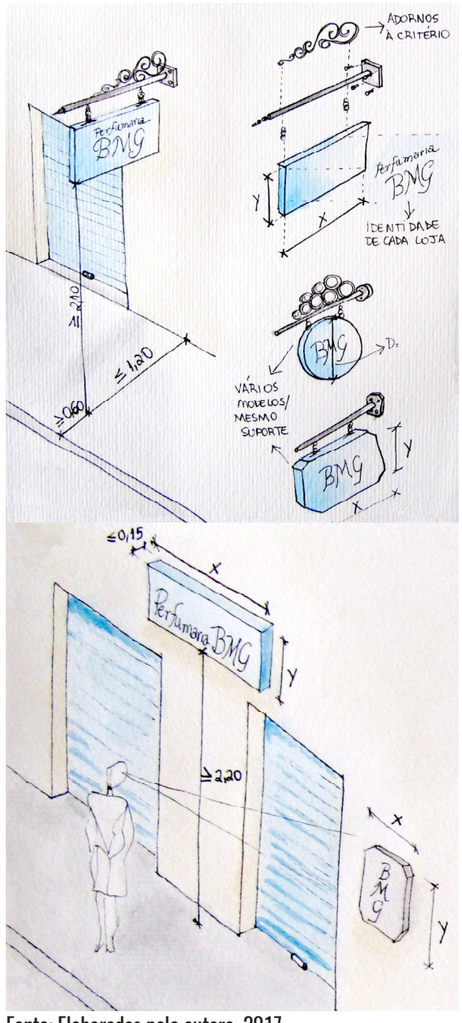
Diferente do que muito se tem feito nesse quesito, em que se padronizam as fontes, os tamanhos e as cores, nesse trabalho a restrição é menor em relação à identidade visual de cada comércio, desde que não seja conflituosa com o conjunto. Dessa forma, em placas com tamanhos proporcionais e com fundos de cores propostas na paleta ou em tons de cinza, cada loja poderá usar a fonte e a logo que sejam de sua identidade, desde que caibam nas dimensões definidas.

Tais dimensões partem da proporção em relação às medidas predominantes de testada de cada edificação, a altura conforme a percepção do pedestre (mínima de 2,10 m para ficar acima das aberturas) e a projeção sobre a calçada de acordo com a largura da mesma. Mesmo com apenas algumas edificações de dois pavimentos, ressalta-se que os anúncios devem ficar sempre no térreo, diminuindo assim os letreiros desproporcionais e com grandes fontes.

O tipo de anúncio a ser escolhido deve levar em consideração as vantagens e desvantagens de cada um, segundo a compatibilidade que exercem com a arquitetura. Poderão ser feitos de materiais como: chapa metálica, de madeira, lâmina acrílica ou vidro para as placas paralelas à parede.

Além dos tipos de placas a serem apresentadas, inclui-se no aspecto da comunicação visual o uso dos toldos. Esse elemento de proteção climática torna-se muitas vezes necessário, mas pode interferir muito no visual de cada edifício. Dessa forma, seu uso, como componente inserido na fachada, pode servir de apoio para a comunicação visual, desde que siga as propostas apresentadas. A seguir encontram-se os tipos de anúncios indicativos com suas características, e, portanto, é possível definir qual o mais adequado para cada local:

Figuras 146 e 147: Croquis de anúncios perpendiculares e paralelos



Fonte: Elaborados pela autora, 2017

1- Placa Perpendicular (Figura 146):

- Pode ser instalada tanto na vertical quanto na horizontal.

- A placa é sustentada por um suporte fixo direto na parede, que além de poder ter menos furos, pode servir para comércios posteriores, trocando apenas a placa.

- Placas de diferentes formas, desde que estejam adequadas às dimensões definidas.

- O suporte pode receber detalhes e adornos.

- Instalada em locais com muitas aberturas ou adornos, pois necessita de pequena superfície para fixação.

- Interfere menos no visual das fachadas quando vistas de frente.

2- Placa Paralela (Figura 147):

- Afixada diretamente na parede no sentido longitudinal.

- Quando ultilizada com profundidade, pode avançar apenas 0,15 m do alinhamento do lote, a pelo menos 2,20m do solo (O que é uma altura de boa visibilidade para o pedestre).

- Quando tiver a profundidade apenas do material, em até 0,05 m, poderá estar na altura da visão do pedestre, a partir de 1,60m.

- Pode estar na horizontal ou na vertical, de acordo com as características do edifício e a superfície disponível.

3- Toldos Flexíveis (Figura 148):

- Como forma de diminuir os elementos adicionados nos edifícios, caso sejam utilizados como elementos de proteção, serão necessariamente usados também como forma de comunicação visual.

- Devem ser de cores propostas na paleta, ou em alguns casos, em tons de cinza, mediante aprovação.

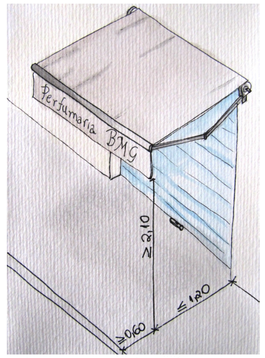
- Os nomes, telefones, informações e logos devem estar contidos apenas na bambinela de cada toldo.

- Não devem encobrir elementos compositivos da fachada.

- Devem estar ajustados aos vãos das esquadrias, limitando suas dimensões a cada vão.

- Devem ser colocados na parte interna dos vãos das esquadrias ou logo acima deles.

Figura 148: Croqui de Toldo com anúncio



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Após essas definições, constatou-se a importância em estabelecer uma padronização de dimensões relacionada ao tipo de anúncio utilizado, ao comprimento da fachada e à quantidade de usos em cada edifício, lembrando-se sempre que a construção é tratada como um todo.

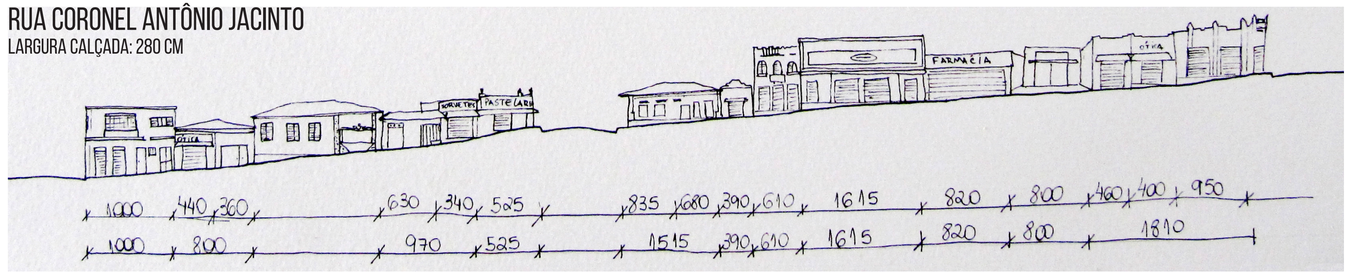
A primeira etapa das análises foi medir as testadas de cada edificação (apenas as comerciais ou de prestação de serviços, pois são as únicas que seriam influenciadas pelo estudo de anúncios) (Fig. 149, 150, 151 e 152). Dessa forma, foi possível estabelecer 3 grupos padrões: testadas com medidas menores que 10 metros (Fig. 153 e 154) maiores ou iguais a 10 e menores ou iguais a 15 (Fig. 155 e 156) e por fim, maiores que 15 metros (Fig. 157 e 158).

Em seguida, pôde-se propor medidas de placas proporcionais aos edifícios, mas principalmente proporcionais entre si, para que não houvesse divergência entre a padronização para testadas menores de 10 metros em relação às maiores de 15. Além disso, as medidas se modificam em 0,20 m a cada grupo de padrão, e em relação à quantidade de comércios (ou seja, de placas) que cada edifício vai ter.

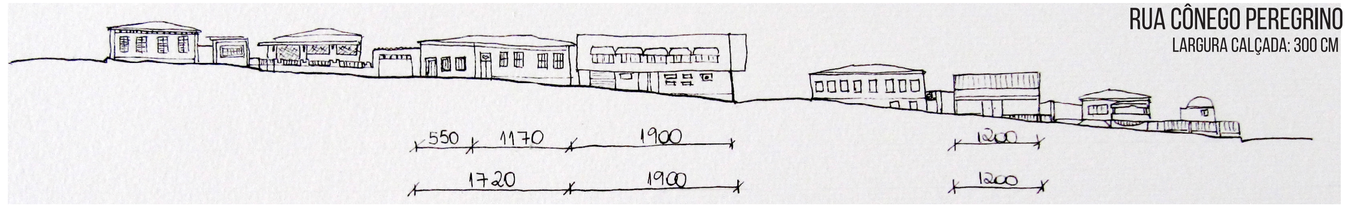
Nota-se que as medidas máximas nos sentidos x e y atendem a qualquer modelo e forma de anúncio. Além disso, deve-se estar atento ao uso de placas paralelas, visto que elas ocupam determinado espaço no vão, e para a sua escolha, a superfície na qual ela será afixada deve ter pelo menos 10 cm de folga para cada lado do anúncio, de forma que ele não fique desproporcional.

Figuras 149, 150, 151 e 152: Croquis com medidas das testadas comerciais de cada rua.

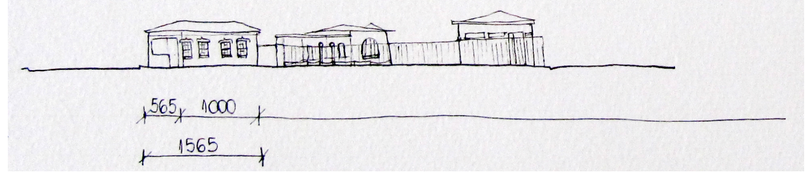
RUA CORONEL ANTÔNIO JACINTO
LARGURA CALÇADA: 280 CM



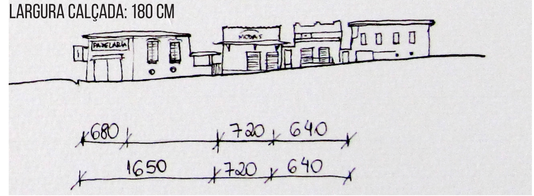
RUA CÔNEGO PEREGRINO
LARGURA CALÇADA: 300 CM



RUA CORONEL JOSÉ CÂNDIDO
LARGURA CALÇADA:240 CM

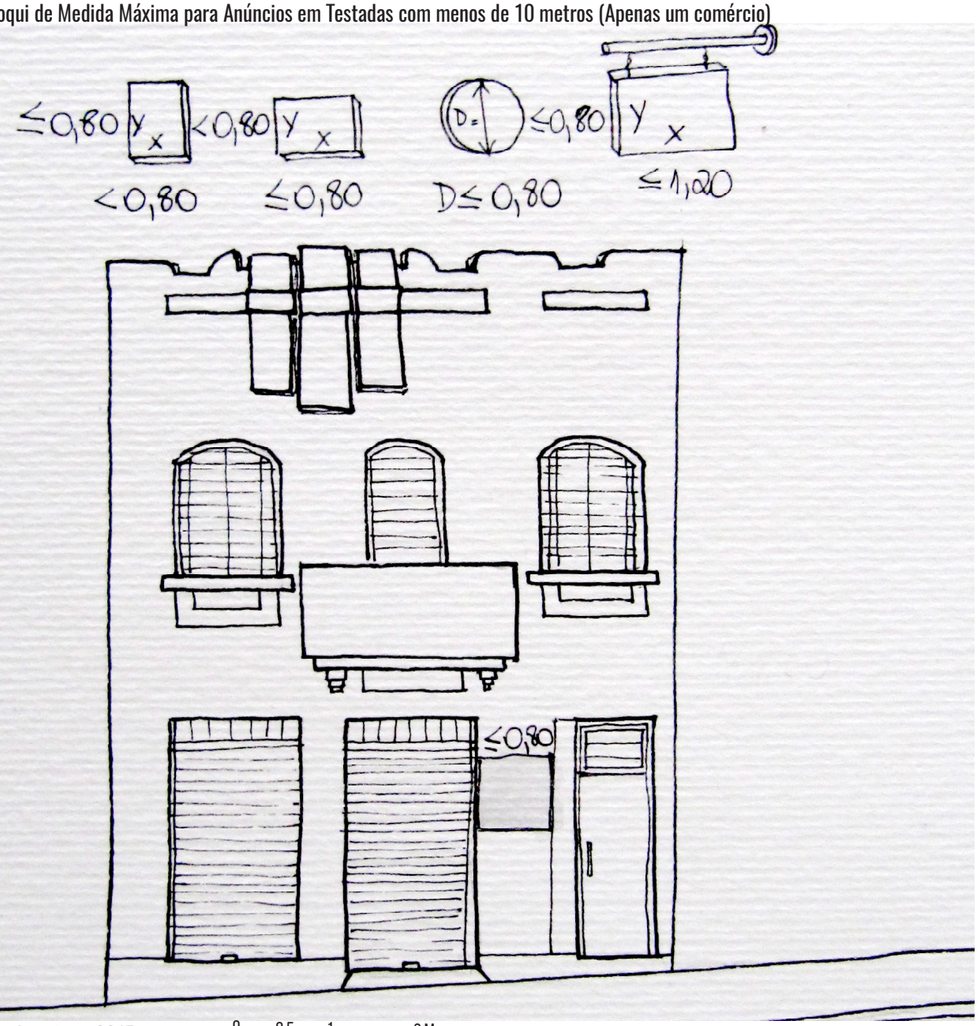


RUA MAJOR GOULART
LARGURA CALÇADA: 180 CM



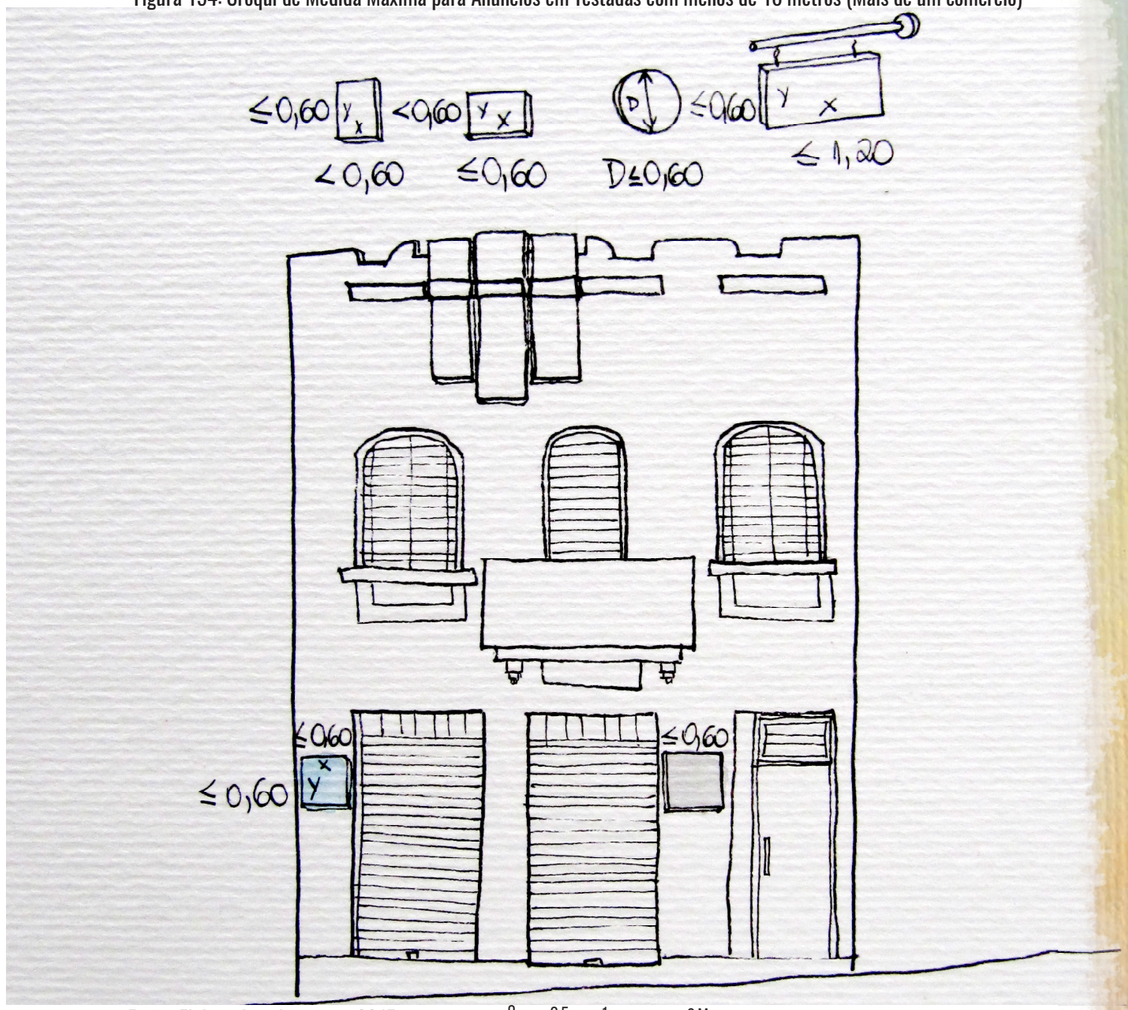
Fonte: Elaborados pela autora, 2017

Figura 153: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com menos de 10 metros (Apenas um comércio)



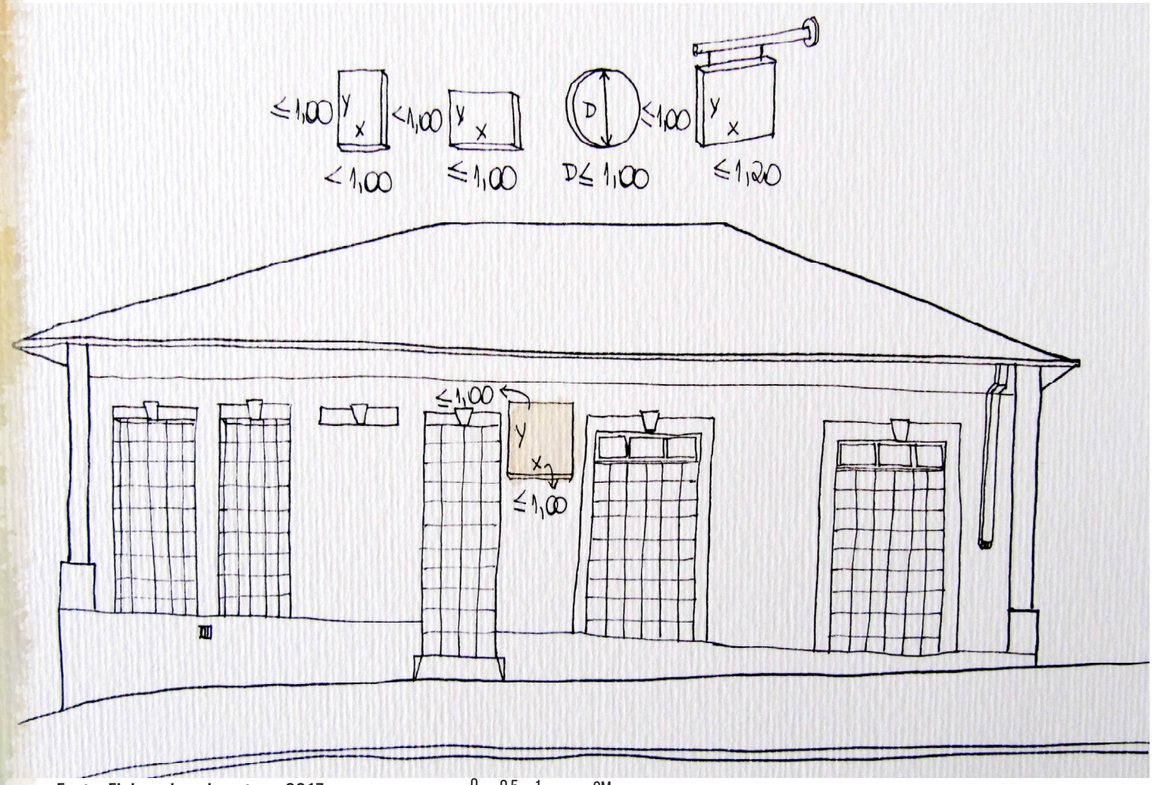
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Figura 154: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com menos de 10 metros (Mais de um comércio)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

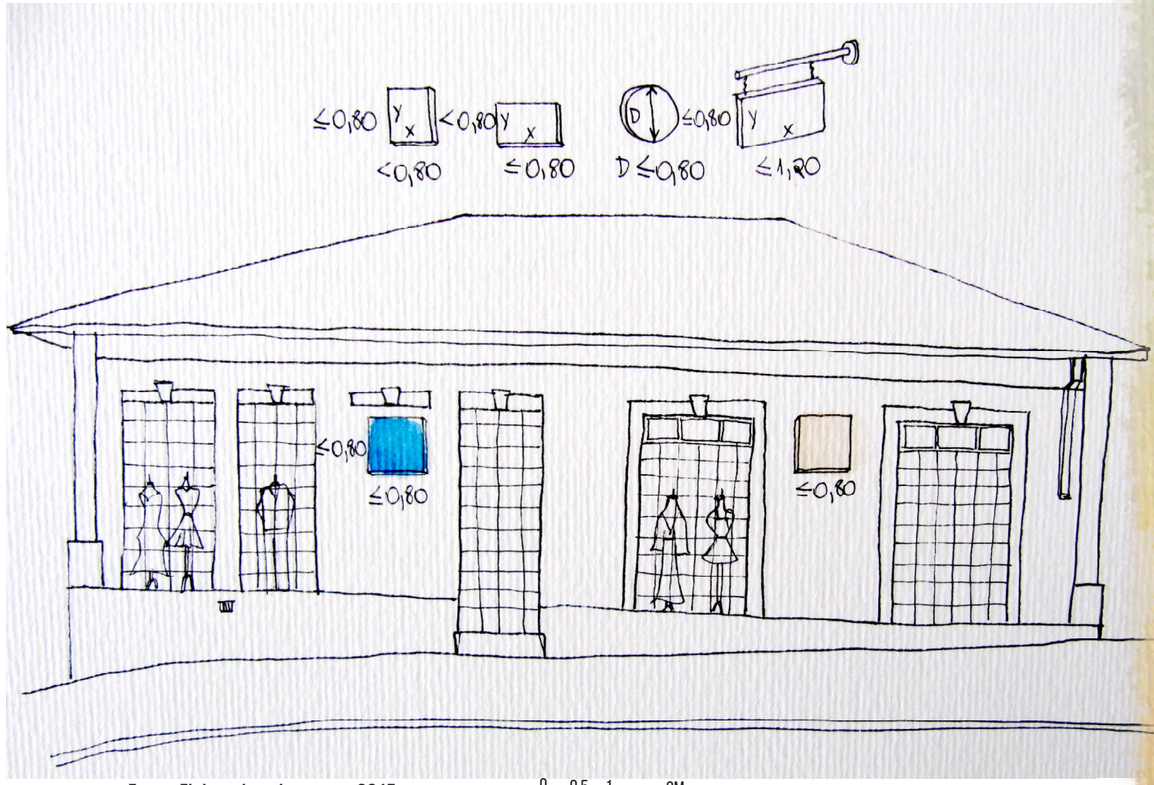
Figura 155: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas de 10 a 15 metros (Apenas um comércio)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

0 0,5 1 2M

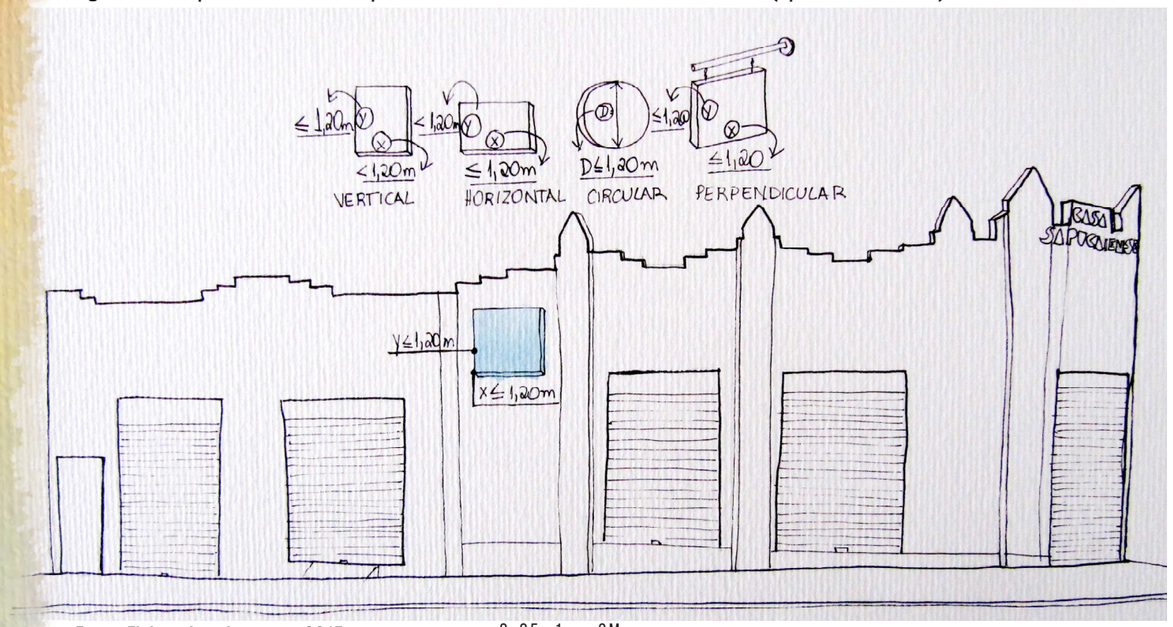
Figura 156: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas de 10 a 15 metros (Mais de um comércio)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

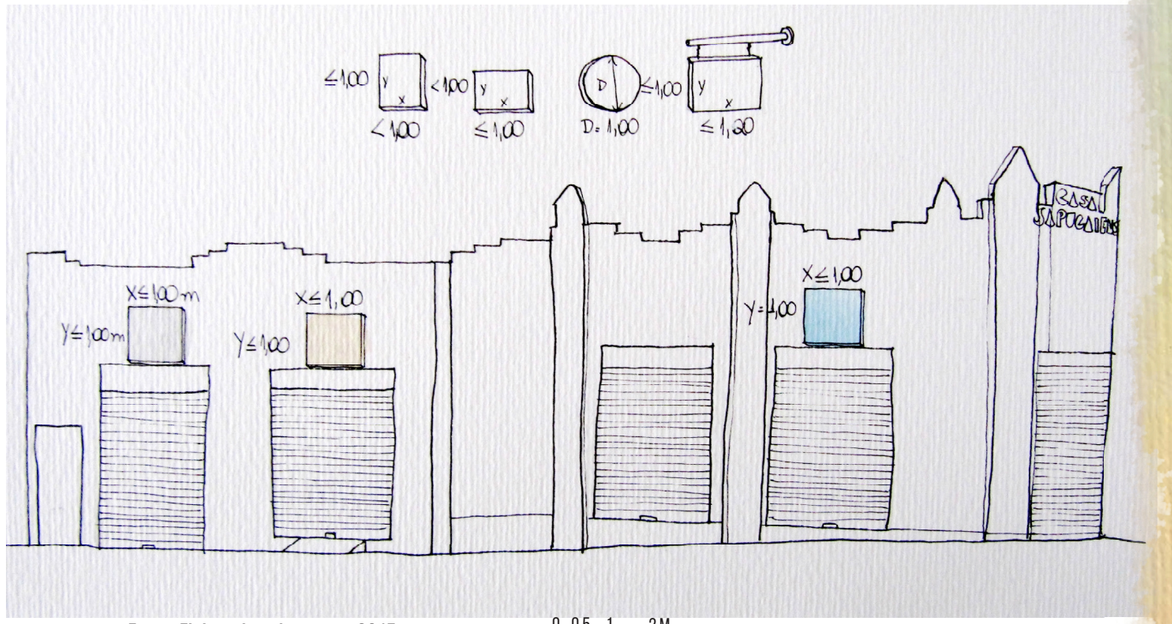
0 0,5 1 2M

Figura 157: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com mais de 15 metros (Apenas um comércio)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Figura 158: Croqui de Medida Máxima para Anúncios em Testadas com mais de 15 metros (Mais de um comércio)



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

8.3 - ESTUDO SOBRE EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO E FIAÇÃO ELÉTRICA.

Em São Paulo, contemporaneamente ao Projeto Cidade Limpa citado acima, com a questão da poluição visual em discussão, passou-se a olhar também para os postes e fiações elétricas e telefônicas, que interferem muito na paisagem urbana. O modelo amplamente utilizado no país é geralmente composto de postes de concreto pré-moldados, que suportam as luminárias e um emaranhado de fiação exposta de diferentes tensões. Esse modelo é o mais simples e barato de ser instalado quando comparado aos já utilizados em locais com maior poder aquisitivo, em que a fiação é subterrânea e a iluminação é feita em postes independentes.

Primeiramente, tratando-se dos fios, além de impedirem a leitura clara da cidade, colocando-se à frente da paisagem natural e construída, quando estão suspensos, expõem os cidadãos à insegurança por diferentes formas. Os fios aéreos estão sujeitos a danos como os climáticos ocasionados por raios, chuvas fortes, ventos, e também pelos acidentes automotivos com as colisões com os postes, e além disso, pelo contato com árvores, que acabam sempre tendo que serem podadas em detrimento da fiação.

A solução de se enterrar a rede elétrica e telefônica já é bastante utilizada em países desenvolvidos, como no Canadá, Estados Unidos e muitos da Europa. O entrave para ser utilizado no Brasil é financeiro, pois este chega a custar cerca de quatro vezes mais em relação ao sistema aéreo. A questão deveria ser resolvida com a parceria das empresas responsáveis com o governo, mas como o acordo é muito difícil, não se realiza.

Nos casos em que se estuda a paisagem urbana, relacionada ao conjunto e unidade visual, é imprescindível que se analise a interferência da fiação aérea no espaço. Dessa forma, como a cidade de Patrocínio Paulista possui este tipo de rede, propõe-se que ele seja revisto, inicialmente na área de estudo, até que possa se expandir para as outras áreas.

Em relação aos postes e ao analisá-los pelo seu desenho e desempenho, é possível perceber que o modelo adotado atualmente não corresponde a um elemento de visual agradável para a cidade e compatível com a linguagem do local. (Figura 159)

Figura 159: Modelo de poste atual e fiação aérea.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Os postes de concreto são altos e totalmente voltados para a caixa de rolamento, com duas luminárias cada um. Além da qualidade estética desses equipamentos, é importante observar seu desempenho e funcionalidade. Como são altos e direcionados apenas para as vias, as calçadas não são muito bem iluminadas, e o encontro com as sombras das árvores faz com que a caminhada do pedestre seja insegura.

Dessa forma, nota-se que cada vez mais a praça perde sua qualidade de lazer e a apropriação noturna se torna inexistente. Apesar de as mudanças de hábito da população e a concentração de comércio ser mais diurno serem fatores muito importantes para isso, a falta de conforto é um aspecto crucial para o esvaziamento do ambiente.

Uma atividade, que até poucos anos atrás era comum na cidade, assim como em muitas de pequeno porte, como no caso da vizinha Itirapuã, era a aglomeração na praça logo após as missas de sábado e domingo à noite, o que motivava o convívio de pessoas de várias gerações. Antes, as árvores ainda não tinham atingido a altura que possuem hoje, o que muito contribuía para que o tipo de iluminação utilizado fosse suficiente.

Atualmente, independente do clima e do dia, logo após os horários de missa, há um esvaziamento repentino e a movimentação vai toda em direção às novas avenidas e bares distantes da praça. As fotos apresentadas foram tiradas no dia 11 de Junho, às 20h45min horas e mostram as ruas no entorno da praça totalmente vazias, mesmo com as missas terminando por volta de 20h15min. Nota-se também a má iluminação, visto que há muita sombra nas calçadas. (Figuras 160 e 161)

Figuras 160 e 161: Fotografias noturnas na área de estudo (Ruas Cônego Peregrino e Major Goulart, respectivamente.)

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Figuras 162 e 163: Poste de Luz simples e poste de luz triplo.

Fonte: Eliana e Izar Andrade, 1961; Zélia Andrade, 1963

Relacionando a questão estética à altura dos postes, e levando em consideração uma iluminação voltada para o conforto dos pedestres, é possível fazer uma comparação com os modelos usados no antigo Jardim da Luz (atual Praça Central Estevão Marcolino). Os postes de luz tinham características muito ligadas ao movimento Art Decó, com formas geométricas como as luminárias de globo e adornos. (Figuras 162 e 163)

Atualmente, tem-se buscado em muitos projetos a solução dessa questão com os postes de luz duplos, com luminárias em alturas diferentes, para atender tanto a iluminação das vias quanto das calçadas. Com isso, buscou-se nesse trabalho uma releitura do desenho antigo e mais elaborado em relação aos atuais, adequando-o ao estilo de poste duplo convencional. O novo desenho, tomando referências do Art Decó, trabalha a geometria com curvas, pontos e círculos, assim como a leveza estética. (Figura 164)

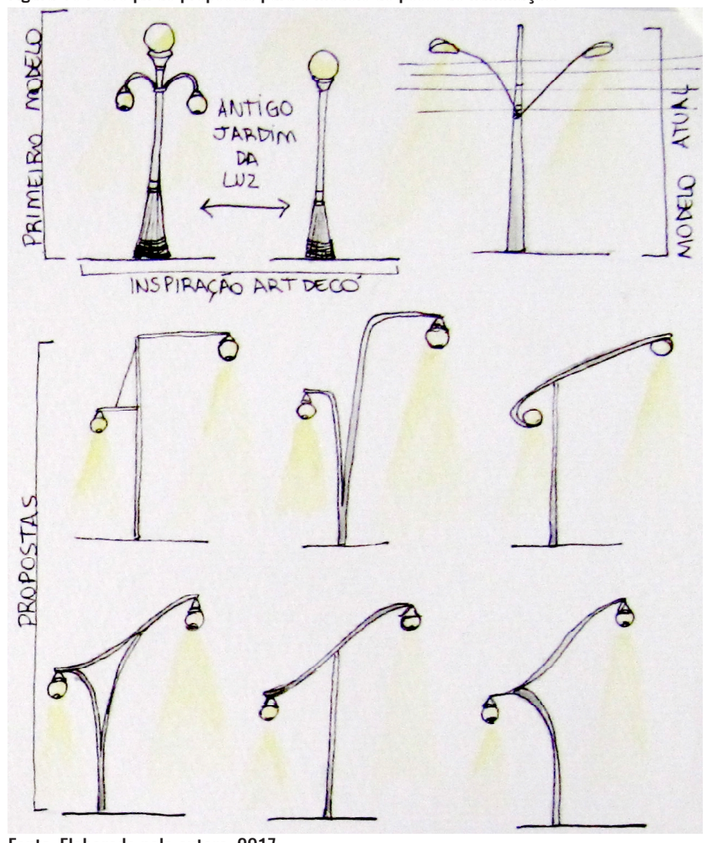
Quanto às dimensões, a partir do Manual de Distribuição para Projetos de Iluminação Pública da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais)[51], foi possível ter uma base de alturas necessárias para os postes de acordo com a largura das vias. Existem algumas formas de organização dos postes que atendem a quantidade ou a maneira como são distribuídos, para que se observe a necessidade de serem mais altos ou mais baixos.. Quando posicionados nos dois lados da rua, é possível que a altura deles seja mais baixa, de forma que não entrem em conflito com o gabarito predominante.

Ao se adotar a colocação bilateral alternada do poste (diferente da bilateral frente a frente), toma-se por base uma pista com a largura entre 1 e 1,6 vezes a altura de montagem da luminária. Dessa forma, como a largura máxima das vias apresentadas é de aproximadamente 12 metros, a altura mínima dos postes deve ser de 7,5 metros. Já em relação ao braço que apoia a luminária em sobreposição à caixa de rolamento, adota-se para postes de até 10 metros, uma medida máxima de 2,5 metros.

[51] CEMIG. *Manual de Distribuição para projetos de Iluminação Pública.* Disponível em: www.cemig.com.br/pt-br/atendimento/documents/nd-3-4p.pdf. Acesso em: 27/06/2017.

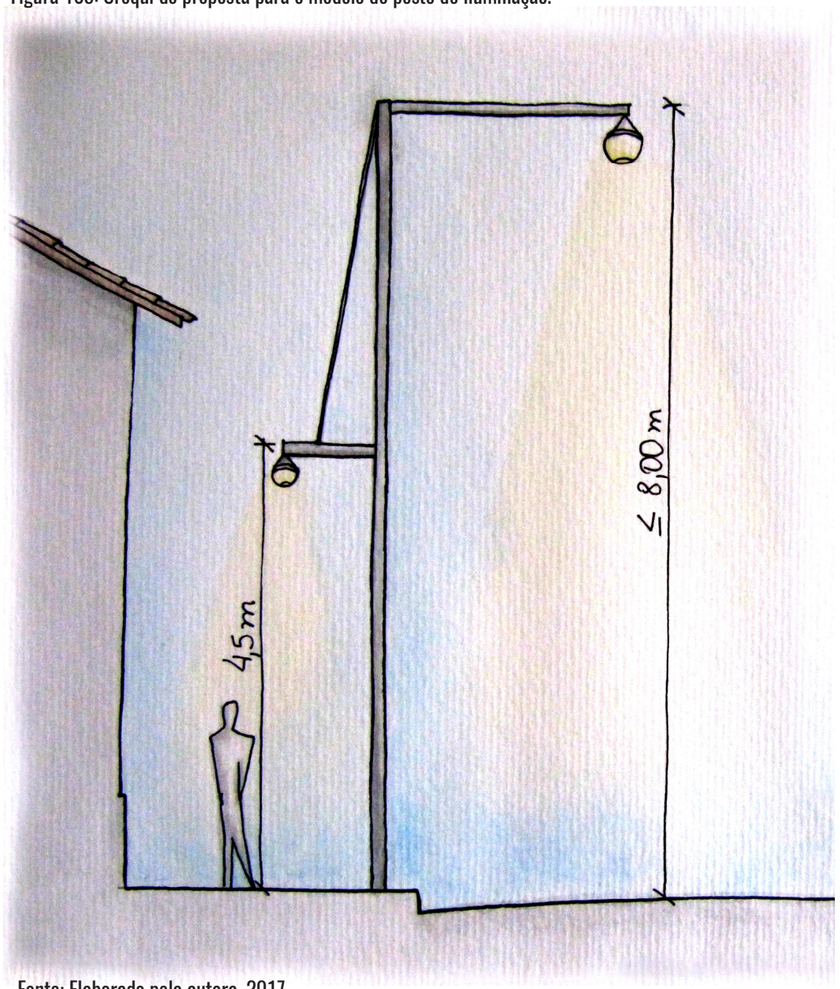
A partir de análises feitas sobre o desenho a ser proposto para a atualização dos postes, chegou-se a um modelo metálico, por isso mais leve e fino, com altura de 8 metros para a luminária mais alta e de 4,5 metros para a luminária do passeio. Braço de sobreposição à via de 2,5 metros e de sobreposição à calçada de 0,90 m (Metade da menor dimensão encontrada de 1,80 metros). (Figura 165)

Figura 164: Croqui de propostas para o modelo de poste de iluminação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Figura 165: Croqui de proposta para o modelo de poste de iluminação.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

8.4 - ESTUDO DA ADEQUAÇÃO DO DESENHO AOS DIFERENTES USOS.

Conforme já abordado, o uso interfere muito na maneira como o espaço se expressa e se organiza. A adaptação dos edifícios, que anteriormente eram em sua maioria residências ou comércios mais tímidos para o atual modelo de lojas, em que a competição visual e principalmente a exibição de seus produtos externamente é quase obrigatória, vem sendo feita de maneira indiscriminada, sem levar em consideração as intenções arquitetônicas de cada construção.

Além da substituição do modelo antigo das janelas, com vidraças ou folhas de madeira por um vão fechado apenas com vidros do tipo "blindex", como forma de se transformar em uma vitrine, muitas vezes há, também, mudança na dimensão dos vãos, bem como em suas alturas, o que dificulta a percepção da configuração original do edifício.

Em Patrocínio Paulista, esses casos são vistos a partir da alteração das alturas das janelas e portas, fazendo com que fiquem desalinhadas em relação às que ainda permanecem no local. Além da mudança das larguras, há casos em que se modifica também a localização dos vãos, que ficam desencontrados em relação às suas respectivas sobrevergas e detalhes arquitetônicos. (Figuras 166, 167, 168, 169 e 170)

Além disso, como os vidros, por si só, não garantem a segurança do local, muitas vezes, a alternativa mais procurada é a fixação de grades na dimensão total do vão, com medidas e desenhos que não consideram as características das esquadrias antigas, o que causa conflito com elas ou faz com que sejam esquecidas. (Figura 171) Ao comparar as fotografias em que ainda não haviam alterações com as atuais, é possível perceber o quanto essas modificações indiscriminadas alteram a qualidade visual da construção.

Figura 166: Aberturas totalmente modificadas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Figura 167: Aberturas originais.

Fonte: Antônio Miguel do Nascimento, sem data.

Figura 168: Aberturas desalinhadas com as originais.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Figura 169: Aberturas antes da modificação

Fonte: Foto de: Antônio Miguel do Nascimento, 1994.

Figura 170: Desencontro de novos vãos com sobrevergas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

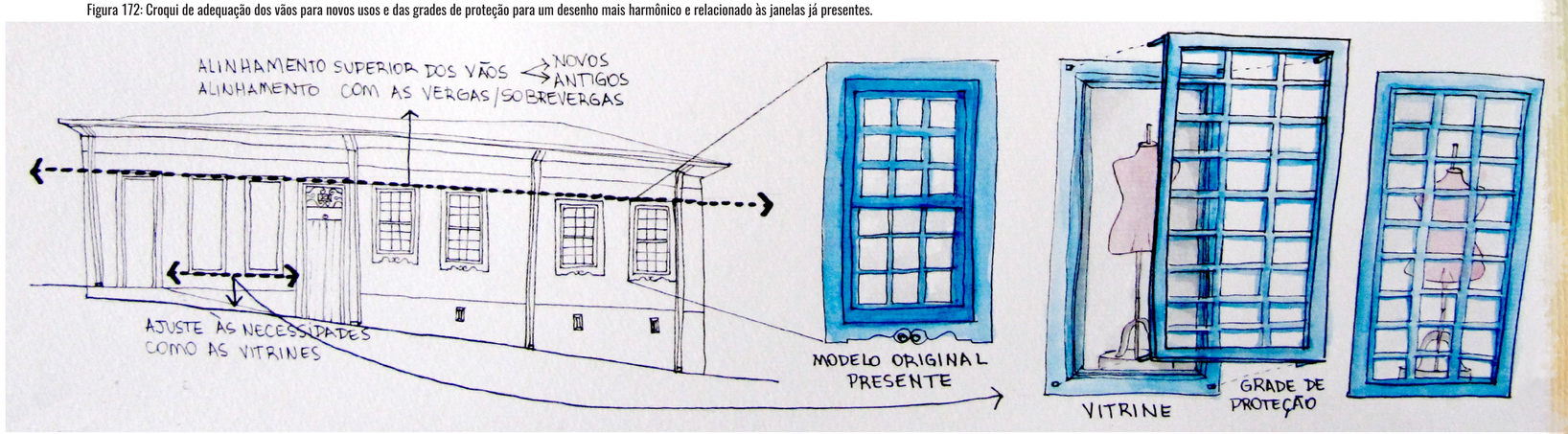
Figura 171: Grades nas aberturas desconsiderando as originais

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

É necessário, portanto, que para impedir novas descaracterizações nesse sentido, além de diminuir os impactos encontrados atualmente, sejam estabelecidas diretrizes para as intervenções que envolvam novos usos com uma adequação ao espaço coerente e respeitosa para com as fachadas.

Entende-se a necessidade das lojas em manterem suas vitrines, porém, é importante que as adaptações dos vãos sejam capazes de proporcionar uma leitura coerente da arquitetura do local. Dessa forma, se for necessário adaptar a altura do peitoril para que o pedestre consiga ver o que está exposto na vitrine, que, pelo menos, a parte superior esteja alinhada com as outras esquadrias, e posicionadas adequadamente em relação às vergas, sobrevergas, etc. Além disso, caso necessário, o uso das grades deve acompanhar um desenho que seja o mais harmonioso possível com todo o conjunto. (Figura 172)

Figura 172: Croqui de adequação dos vãos para novos usos e das grades de proteção para um desenho mais harmônico e relacionado às janelas já presentes.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

8.5 - ESTUDO DE CALÇADAS

As calçadas desse entorno possuem dimensões adequadas para a acessibilidade, com as menores medidas variando entre 1,80 e 2,40 metros nas Ruas Major Goulart e Coronel José Cândido, e as maiores entre 2,80 e 3,00 metros nas Ruas Coronel Antônio Jacinto e Cônego Peregrino, respectivamente. Não há bloqueios nas faixas de circulação de pedestres, que necessitam de pelo menos 1,20 metros livres e em todas as esquinas há rampas de acesso para portadores de necessidades especiais, mesmo que elas acabem não seguindo um padrão, pela necessidade de serem adaptadas ao local.

É importante notar que tratando-se do desenho urbano e das características que ele possui, percebe-se nesse entorno, a utilização de ladrilho hidráulico em todas as calçadas, que faz conjunto com o calçamento da praça e ao redor da Igreja. (Figura 173)

A utilização desse material oferece vantagens e desvantagens que fazem parte da situação atual do local. Além de oferecer características plásticas como os detalhes, cores e desenhos, são de fácil aplicação, antiderrapante e integram os materiais que garantem a acessibilidade nas calçadas. Porém, os aspectos negativos são a não permeabilidade total de água, e o que mais interfere na paisagem atual, é a não substituição das peças, e a possibilidade de não encontrá-las iguais às originais, o que faz com que utilizem modelos diferentes ou próprio cimento. (Figura 174)

Outra questão que muito interfere tratando-se do conjunto, é a adoção de cores iguais às das respectivas

Figuras 173, 174 e 175: Modelo de ladrilho mais utilizado; calçada sem manutenção e cores de acordo com o comércio.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

fachadas para a delimitação do espaço equivalente ao comércio, estabelecendo poluição visual também nas calçadas. (Figura 175)

Quanto à permeabilidade, observa-se que talvez pelo fato de as edificações mais antigas possuírem condutores verticais de águas pluviais que as lançam diretamente na calçada (no alinhamento do lote), em muitos locais foram feitas pequenas valetas para o escoamento das águas até chegarem às sarjetas, fato que pode prejudicar a acessibilidade e fluidez. (Figuras 176 e 177)

Para que haja harmonia em relação ao conjunto e para uma melhor leitura do espaço, é necessária uma padronização e adequação do calçamento. Como o ladrilho hidráulico faz parte da identidade do local, propõe-se que seja feita uma nova pavimentação padronizada, com peças de 20x20 cm, de cor natural e desenho geométrico com 25 quadros, facilmente encontrado e fabricado por várias empresas, assim como o exemplo da foto. (Figura 178). Além disso, não se pode permitir a pintura de acordo com a delimitação dos comércios.

Figuras 176 e 177: Valeta para drenagem de água nas calçadas

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

Figura 178: Ladrilho para calçada/ 25 Quadros.

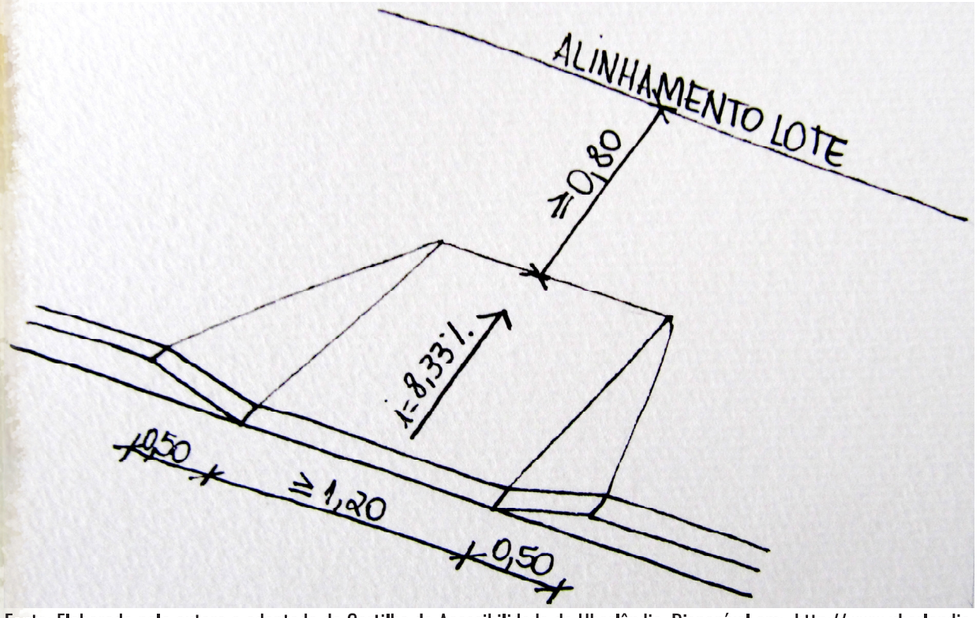
Fonte: Disponível em: https://www.artmoldados.com.br/p-3191942-Ladrilho-Hidraulico-25-Quadros Acesso: 10/07/2017.

Já em relação às valetas, a dificuldade em fazer com que a tubulação fique enterrada na calçada está na relação com os condutores verticais utilizados, os quais ficam expostos nas fachadas. Para que pudessem ter ligação direta entre tubos enterrados e condutores, estes últimos deveriam estar também no interior das paredes, sendo necessário quebrar alvenarias e modificar as construções. Dessa forma, a solução mais adequada para o caso, é a adoção de grelhas metálicas removíveis para manutenção, que sobreponham esses canais e nivelem a passagem.

Como a proposta envolve uma nova pavimentação para padronização do material e colocação das grelhas, é importante adequar a acessibilidade, tanto em relação ao nivelamento quanto às medidas das rampas. Para tanto, foram utilizadas como referência as medidas da Cartilha de Acessibilidade elaborada pela Prefeitura Municipal de Uberlândia. (Figura 179)

Essa proposta, assim como a de cores e anúncios utilizados tem como fundamentação apenas uma melhor leitura e identificação do espaço, o que não significa voltar aos elementos originais, ou mesmo criar uma falsa característica histórica do espaço.

Figura 179: Croqui de medidas para as rampas de acessibilidade.



Fonte: Elaborado pela autora e adaptado da Cartilha de Acessibilidade de Uberlândia. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/?id=148&pagina=Conteudo, Acesso em 10/07/2017.

8. 6 - ESTUDO DO MOBILIÁRIO URBANO

As propostas de desenhos para um mobiliário urbano que dialogue com o conjunto partem inicialmente das discussões já feitas quando os postes de iluminação foram analisados. Como eram uma releitura do antigo, inspirados nas formas geométricas do Art-Decó, feitas em aço e vidro, e que garantia mais leveza e clareza, buscou-se trabalhar também com esses preceitos nos novos equipamentos.

Ressalta-se que nesse primeiro momento, o foco principal de estudo relaciona-se ao lado oposto das ruas em relação à praça, porém, a discussão de um mobiliário para o conjunto pode expandir-se até ela, visando uma relação mais harmônica, com estudo de bancos, jardineiras, lixeiras, balizadores e etc.

Além da leveza do aço, procura-se fazer com que o mobiliário (que é um complemento de apoio ao bom funcionamento e uso do local) seja o menos contrastante possível com a paisagem, de forma que ajude na valorização da arquitetura e do espaço, e garanta permeabilidade visual na maioria dos casos, usando como ferramenta para isso, o uso de chapas metálicas vazadas/ perfuradas.

Como referência de material, pode-se notar a relação de transparência que a linha espanhola CATALANO Y PERFORANO do Grupo Barcelona Design possui, principalmente em seu modelo de banco público, com ergonomia inspirada na dos bancos de Gaudí para o Parque Guell, mas com a utilização do aço e chapas perfuradas. [52](Figuras 180 e 181)

Figuras 180 e 181: Permeabilidade visual do Banco Catalano

Fonte: Site Oficial do Barcelona Design. Disponível em: < http://bdbarcelona.com/es/producto/79> , Acesso em: 08/07/2017.

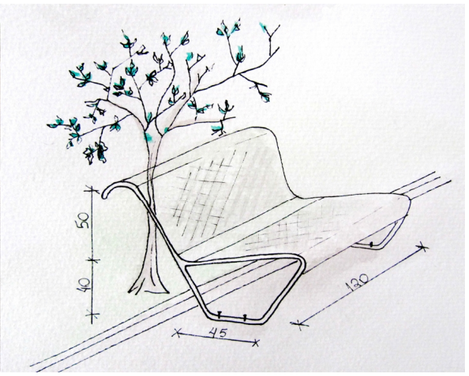
[52] Ver mais detalhes sobre o banco Catalano em: Site Oficial do Barcelona Design. Disponível em: < http://bdbarcelona.com/es/producto/79> , Acesso em: 08/07/2017.

Em relação aos bancos atualmente usados no local, encontra-se o modelo pré-moldado de concreto, tradicionalmente utilizado em praças e locais públicos(Figura 182). O novo desenho proposto possui características semelhantes, com uso de semicírculos ou curvas e linhas retas, mas com a definição do novo material. (Figura 183)

Figura 182: Modelo de banco utilizado atualmente

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Figura 183: Croqui da Proposta de Modelo a ser adotada.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

As lixeiras utilizadas também são as comumente encontradas no mercado, feitas de plástico e sem relação com os outros mobiliários do entorno (Figuras 184 e 185). Uma nova proposta foi feita, e utiliza os mesmos materiais do novo banco, sendo que podem apoiar-se tanto em sua própria estrutura de aço, quanto nos postes de iluminação. Sugere-se que essa situação aconteça nos postes localizados nas esquinas, de forma a contribuir para o seu acesso e melhor disposição no espaço. Podem também serem colocadas em conjuntos para separação dos recicláveis com identificação escrita e em braile. (Figura 186)

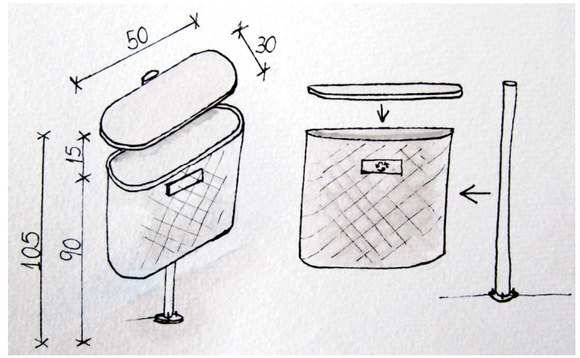
Figura 184: Modelo de lixeira utilizado atualmente

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Figura 185: Modelo de lixeira utilizado atualmente

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

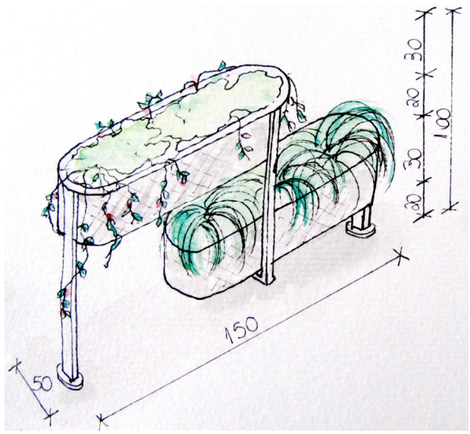
Figura 186: Croqui da Proposta de Modelo de lixeira a ser adotada.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

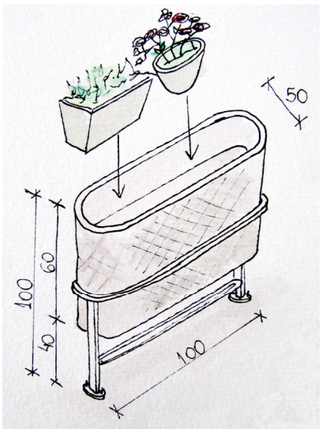
Com a mesma linguagem, foram elaboradas duas sugestões de floreiras, que podem ser usadas de forma alternada ou em composição (Figuras 187 e 188). A intenção é que elas possam ser leves, fixadas no chão e possibilitem a flexibilidade e facilidade de manutenção com o encaixe de diferentes tipos de vasos. Pelas suas larguras, podem ser colocadas nas faixas de serviço das calçadas, assim como em todo o entorno, principalmente no local da antiga rua que dividia a Praça e a Igreja, e que contava com floreiras anos atrás.

Figura 187: Croqui da Proposta de Floreira.



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Figuras 188: Croqui da Proposta de Floreira.



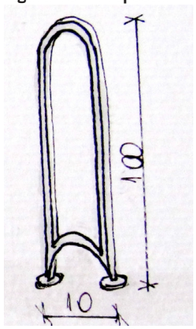
Fonte: Elaborado pela autora, 2017

Essa rua tem como elemento limitador da passagem de automóveis, alguns balizadores de madeira, robustos e sem muita relação com os equipamentos atuais (Figuras 189 e 190). Sugere-se então, o uso de balizadores móveis em aço, com perfil sutil e vazado (semelhante ao proposto), com chapa de barra chata para encaixe de cadeado, ou se possível, de recolhimento automático. (Figura 191)

Figuras 189 e 190: Modelo de balizador utilizado atualmente

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017

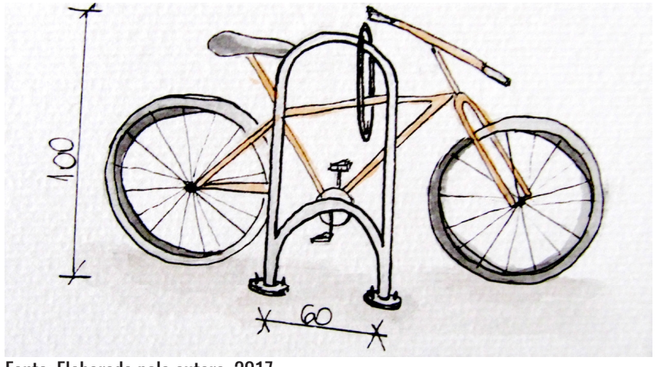
Figura 191: Proposta.



Fonte: Autora, 2017

Nota-se a falta de bicicletários na área em estudo, apesar da importância da bicicleta como meio de locomoção em uma cidade com pequenas distâncias, e uma forma de incentivo para o seu uso. Dessa maneira, com um desenho equivalente aos balizadores, mas com dimensões adequadas, indica-se a adição desses elementos para o local. (Figura 192)

Figura 192: Croqui da Proposta de Bicicletário



Fonte: Elaborado pela autora, 2017

9 - UM NOVO DESENHO: SÍNTESE DE PROPOSTAS

Com os pontos levantados e suas respectivas propostas, pretende-se sintetizar e traduzir em um novo desenho que valorize a leitura da paisagem, buscando a unidade do conjunto.

Para tanto, adotou-se a vista da Rua Coronel Antônio Jacinto, que é a que atualmente possui o maior número de estabelecimentos comerciais, e por isso, abriga mais problemas de comunicação e poluição visual (Figura 193). Ela foi escolhida para representar a síntese do trabalho, que envolve todo o entorno em questão.

O uso da paleta de cores, bem como a alternância de pinturas monocromáticas ou de cores complementares já é um resultado bastante significativo em relação ao que se encontra hoje (compará-lo às panorâmicas de fotos atuais). Além disso, a padronização dos anúncios garante uma melhor percepção dos elementos arquitetônicos atualmente escondidos ou sobrepostos (descobertos a partir da análise das fotografias antigas também apresentadas) e a comunicação com o pedestre.

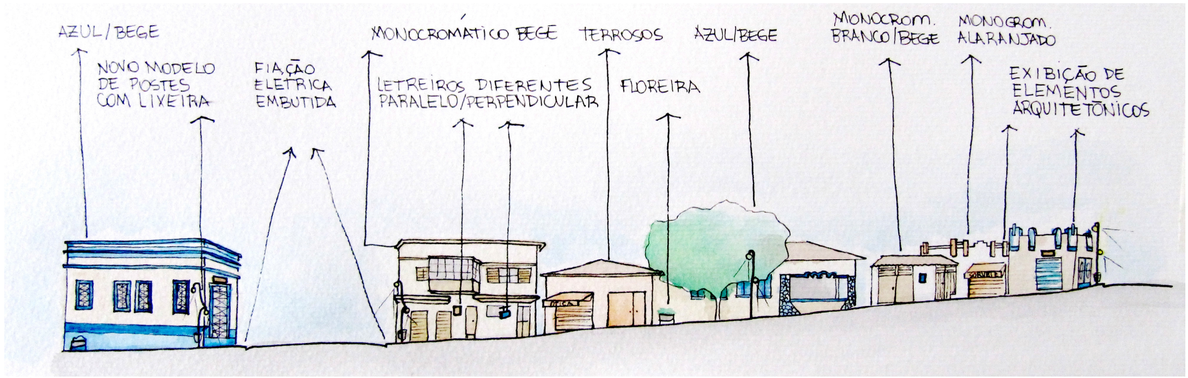
As questões referentes às calçadas, tanto pela acessibilidade, linguagem visual, quanto pela drenagem, fazem parte de um modo mais prático no desenho, mas não são menos importantes.

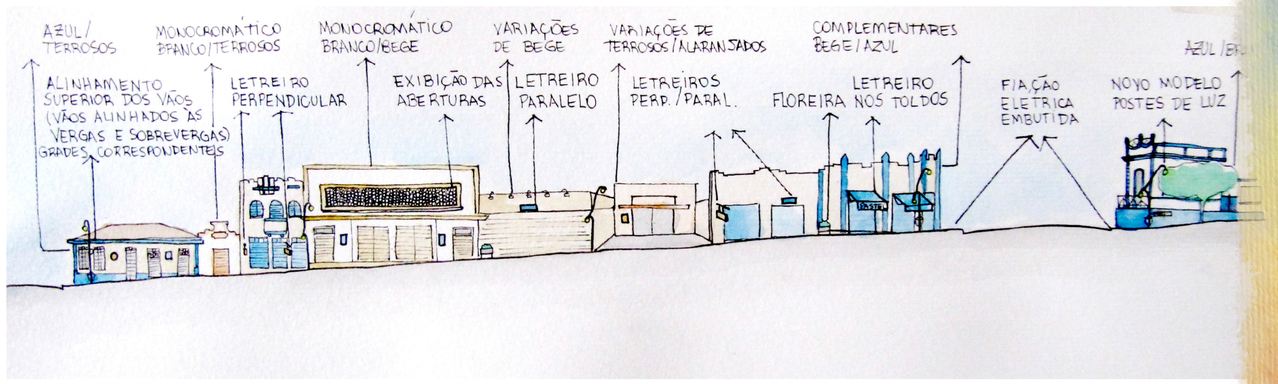
Nota-se também, nessa nova interpretação, que a ausência de fiação aérea faz com que a legibilidade esteja mais clara, e o uso dos novos mobiliários auxilia também no conforto do usuário (além da questão estética).

Tudo isso é representado de maneira simplificada nas próximas páginas:

SÍNTESE DE PROPOSTAS

Figura 193: Croqui com estudo de cores, aberturas, alinhamentos dos vãos, adaptações de grades de proteção, fiação elétrica embutida, anúncios, postes e floreiras.





Fonte: Elaborados pela autora, 2017

10 - ALÉM DO DESENHO, A GESTÃO.

Esse trabalho é uma interpretação da cidade, colocada em síntese no papel para que ela possa ser valorizada e garantir meios para que a população se identifique com ela e garanta sua memória.Além disso, a discussão sobre um novo desenho para a cidade não é a única forma de garantir com que ela seja valorizada. Todo projeto deve ser apoiado pela legislação, pelo uso e pela gestão.

Infelizmente, a questão econômica é um dos maiores motivadores para qualquer iniciativa. Seria importante para este caso, que os usos pudessem ser variados em vista do incentivo de atividades que não limitassem a dinâmica do bairro apenas no horário comercial, como, por exemplo, com a diminuição de impostos para bares e restaurantes noturnos (em vista da atual procura por bairros e avenidas mais afastados), ou até mesmo para residências.

Além do mais, tratando-se de preservação do patrimônio, seria importante um incentivo fiscal também para os agentes de boas práticas urbanas, ou seja, as pessoas que cuidam do patrimônio, que são responsáveis pela manutenção de fachadas, calçadas e qualidade no funcionamento do edifício.

Ainda em relação às questões econômicas, seria importante para uma cidade como Patrocínio Paulista, com pouco desenvolvimento, que fossem feitas parcerias entre os setores público e privado a fim de recuperar edificações descaracterizadas ou degradadas, assim como se encontra a casa apresentada nesta figura, e que apesar de seu abandono e estado precário, ainda é vista como uma das mais importantes pela população. (Figura 194)

Figura 194: Edificação degradada, mas vista como importante para a cidade, passível de restauração.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

Essa questão da parceria pode ser até mesmo uma forma de viabilizar as propostas como as que são feitas nesse trabalho, assim como acontece nas Operações Urbanas Consorciadas, em que há a autorização do Poder Público Municipal para que sejam concedidos benefícios aos agentes de interesse privado, como forma de recompensa na atuação em uma determinada área.

Além disso, a própria prefeitura deveria priorizar essa área para seus projetos. Conforme abordado nos primeiros capítulos, a edificação supostamente tombada, e desapropriada pela prefeitura, mas que acabou sendo demolida, tinha como intuito abrigar uma nova Biblioteca para a cidade.

Na gestão anterior, em 2013, com o reconhecimento da necessidade de uma Casa da Cultura/ Casa do Turismo, um levantamento foi feito para que se elaborasse um projeto de reconstrução da casa (com as mesmas características e medidas). Apesar de ser uma ideia notoriamente discutível, apenas não foi realizada porque a verba não chegou até o município.

Trata-se de uma questão passível de discussão, visto que há na região algumas construções importantes para a cidade, e com sua inutilização, estão cada vez mais degradadas, sendo que poderão até mesmo chegar ao estado de ruína e serem demolidas como ocorreu na anteriormente citada. Mesmo que se coloque na balança o custo entre restaurar uma edificação ou reconstruir outra, essa questão vai muito além da economia, pois valorizaria o patrimônio e a relação que ele tem com a população, além de garantir um uso adequado a ele.

Uma sugestão, por exemplo, seria a aquisição por parte da prefeitura da casa situada na Praça Principal, apresentada na Figura 194, para a qual deveria ser feito um projeto de restauração e a partir de então, a instalação de uma Casa de Cultura, ou até mesmo de um Arquivo Público, que faz falta para a cidade e sua memória.

Outra intervenção por parte do governo para a preservação do patrimônio local seria o tombamento da edificação citada acima e também da conhecida como "Casa do Barão", muitas vezes mencionada neste trabalho, e que vem sofrendo muitas modificações ao longo do tempo, mas de extrema importância para a história da cidade.

Sabe-se da existência do Conselho de Preservação Municipal, mas reconhece-se seu mau funcionamento. É de extrema urgência frisar a necessidade de fortalecê-lo, com a participação de profissionais de diferentes áreas, inclusive arquitetos, além do estímulo para que suas ações sejam realizadas, como os inventários e a relação de educação patrimonial com a população.

Para a dinâmica local faz-se necessário que eventos culturais sejam promovidos, tanto durante o dia quanto à noite, para que as tradições sejam fortalecidas e a área seja cada vez mais vista como um local de identidade para a cidade. A praça é um amplo espaço para a realização de eventos de diversas abordagens, e com esse estímulo, passaria a ter mais vitalidade.

Deve-se ressaltar que essas propostas se limitam à área de estudo desse trabalho, com questões específicas para essa região, que é a origem da cidade. Porém, algumas análises quanto à acessibilidade das calçadas, à comunicação visual, dentre outros aspectos deve ser levada em consideração em toda a cidade, pois cada vez mais a sociedade busca pelo seu conforto e para que a cidade lhe ofereça maior qualidade de vida.

Foi pensando nisso, que se entendeu a necessidade de abordar - de forma mais precisa - uma maneira específica de influência na legislação, para que a gestão fosse melhor balizada, pautada por diretrizes no aspecto de preservação do patrimônio e da paisagem do local. Dessa forma, propõe-se o estudo sobre as Zonas Especiais, que fazem parte do Plano Diretor de uma cidade, e a partir de então, a elaboração de uma Zona Especial própria para a cidade de Patrocínio Paulista, que inclua o recorte de estudo abordado e parte de seu entorno, afim de garantir a unidade da porção urbana responsável pela história da origem da cidade.

Além disso, elabora-se uma Cartilha, a qual seu conteúdo parte das diretrizes de intervenção contidas nesse novo Zoneamento, mas de forma mais objetiva, a fim de auxiliar no esclarecimento dos usuários e proprietários de imóveis e comércios na região.

11 - DESENVOLVIMENTO URBANO: INTEGRAÇÃO ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO.

Por mais que a questão da memória e identidade de uma cidade possa ser valorizada pela preservação do patrimônio, independente de legislações, como já citado anteriormente, as políticas de preservação podem ser elementos integradores no processo de urbanização, ou mesmo de desenvolvimento, fazendo que a partir da interdisciplinaridade, o planejamento urbano seja pautado na qualidade ambiental, paisagística, sustentável e de identidade, o que pode agregar valor tanto localmente, quanto em relação à visão externa do local.

> Preservar considerando a composição constante dos significados, identidades e tradições; considerando o patrimônio como recurso ao desenvolvimento; e, simultane¬amente, construindo o patrimônio em seu sentido social, de cidadania e promovendo a qualidade de vida para um futuro em que se almeja a equidade, o direito à memória e à diversidade cultural, dentro de uma estratégia interdisciplinar e interinstitucional, colocam-se como os principais desafios daquilo que se designa por "sustentabilidade" no âmbito das políticas de patrimônio.[53]

Em cidades de pequeno porte como Patrocínio Paulista, essas são questões que muitas vezes não são compreendidas como compatíveis de um planejamento e desenvolvimento de acordo com o porte da cidade e com o que ela pode abrigar - visto que uma "modernização" está muito longe, tanto em relação ao prazo, quanto em relação às condições econômicas do local - mas mesmo assim é bastante vinculada à ideia de processo de desenvolvimento urbano.

Ao discutir o planejamento urbano, a interação com as políticas de preservação é benéfica para qualquer cidade, mas para as de pequeno porte, poderia ser uma boa solução para um desenvolvimento sustentável, e que diferente da "modernização", considera o patrimônio já estabelecido, como forma de dar abrigo aos usos necessários, mas principalmente de valorizar os aspectos físicos, estéticos, históricos e de memória de um local.

Dentre algumas formas de integração entre planejamento territorial e políticas setoriais, pode-se encontrar a definição de uma Zona Especial, na qual, dentro do próprio Zoneamento Urbano, há a delimitação de determinada área do território para um tratamento específico das normas de uso e ocupação do solo, as quais se sobrepõem às restrições impostas pelo zoneamento. Mais especificamente, tratando-se de políticas de salvaguarda, pode-se encontrar algumas definições de Zonas de Preservação, de acordo com as características e necessidades dos locais.

[53] FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento? *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, vol. 17, nº 2, pp. 91-110, 2014, p. 91.

Alguns exemplos de Zoneamento Especial vinculados à preservação do patrimônio cultural podem ser encontrados de acordo com as características específicas dos locais, que podem variar conforme a escala, a história, as tradições culturais, assim por diante.

Como exemplo, as ZEPECs (Zonas Especiais de Preservação Cultural) foram estabelecidas pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo em 2002, e apesar de seus benefícios para o patrimônio, possuem algumas falhas que são refletidas pela maneira como o próprio Plano lida com a preservação do patrimônio cultural – ou melhor, deixa de lidar.

O Plano organiza o processo de urbanização a partir de 4 elementos estruturadores (redes estruturais hídricas; viárias; transporte coletivo; e eixos e polos de centralidade) e 5 elementos integradores (habitação; equipamentos sociais; áreas verdes; espaços públicos; espaços de comércio, serviço e indústria). Dessa forma, não inclui o "patrimônio material" entre os elementos integradores, e quando os cita, foca na construção de novos equipamentos culturais e não na própria preservação.[54]

Segundo FIGUEIREDO, quando a preservação do patrimônio é abordada no Plano Diretor, ela é feita não como um objetivo propriamente dito de desenvolvimento, mas como meio para a qualificação ambiental e visual do ambiente urbano, focando principalmente na preservação e recuperação do natural.

As ZEPECs são divididas em três categorias, ZEPEC-BIR (Bens Imóveis Representativos), ZEPEC-AUE (Áreas de Urbanização Especial) e ZEPEC- APP (Área de Proteção Paisagística) (Figuras 195 e 196). O Patrimônio Arquitetônico se enquadra na primeira, que ainda segundo FIGUEIREDO, como não trata apenas de conjuntos, mas também de edifícios isolados, pelos seus princípios, reforça certa "monumentalidade" dos edifícios (como a frequente abordagem feita pelo IPHAN e demais órgãos oficiais ligados à defesa do patrimônio), que acaba por tratar o entorno como moldura.

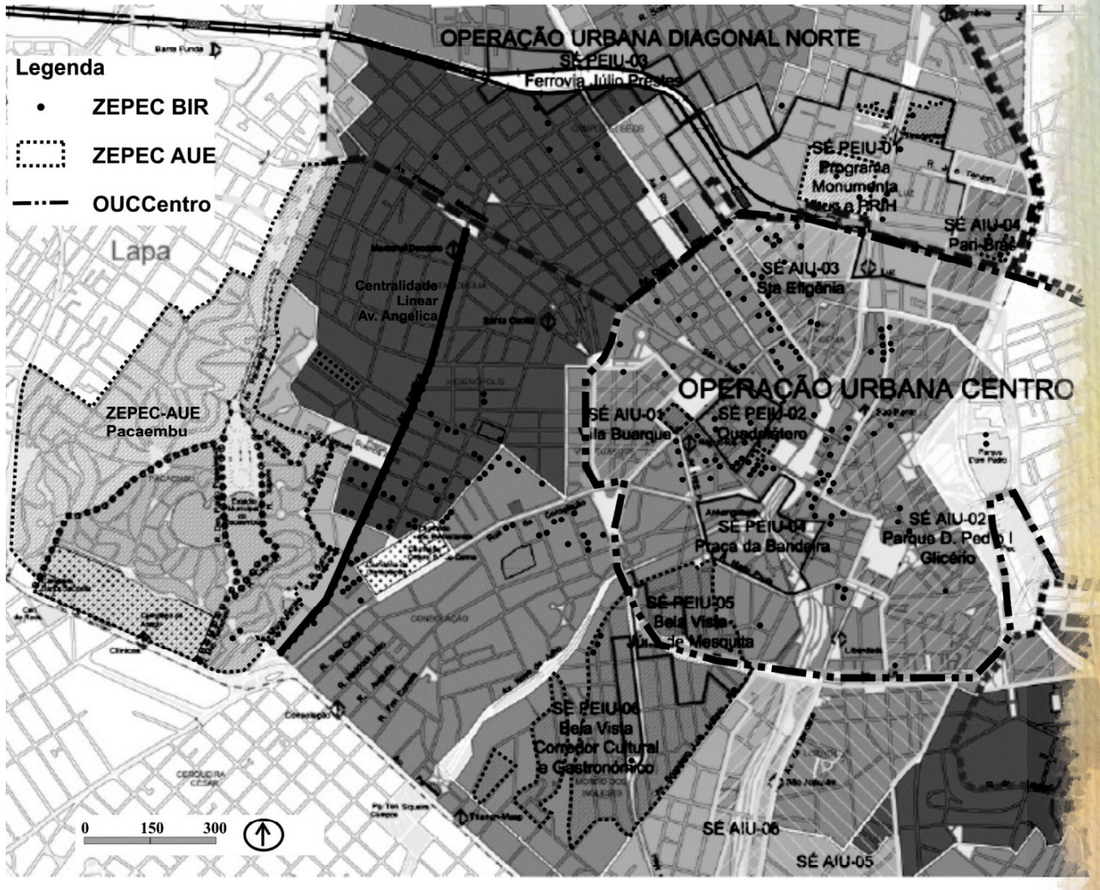
Figura 195: ZEPEC-AUE, Bairro Pacaembu, 2004

Fonte: Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219> , Acesso em: 21/11/2017

Apesar de contraditoriamente, as ZEPECs enquadrarem também edifícios, praças, etc. –repetindo as ações dos tombamentos de bens isolados - quando aplicadas aos conjuntos, são responsáveis pela criação de áreas de salvaguarda de memória e cultura, e podem contribuir muito para a preservação de bairros, diferente de tombamentos isolados, que muitas vezes acabam por segregar o patrimônio do contexto urbano.

[54] FIGUEIREDO, op. cit. Pp. 93.

Figura 196: Sobreposição de ZEPECs, AIU, PEIU e Operações Urbanas. ZEPEC/BIR (imóveis isolados); ZEPEC/AEU-Bela Vista (Bexiga) com PEIU-Corredor Cultural e Gastronômico; PEIU-Monumenta - Edição Vanessa Bello [PMSP/Lei 13.885/04]



Fonte: FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?* Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. 17, nº 2, pp. 91-110, 2014, p. 97.

Diferentemente do exemplo citado acima, em Paranapiacaba, distrito de Santo André, já em outra escala urbana, mas tratando-se de uma relação patrimonial muito forte, vinculada à origem da cidade com a ferrovia e um modelo arquitetônico bastante avançado, criou-se a partir do Plano Diretor de Santo André (Lei nº. 8.696/2004), a ZEIPP (Zona Especial de Interesse do Patrimônio de Paranapiacaba) segundo FIGUEIREDO:

> A priori, faz-se necessário destacar que, embora o Plano Diretor não institua diretrizes articuladas entre as políticas de preservação e desenvolvimento, considera o patrimônio cultural elemento importante da política urbana quando o estabelece expli-citamente como uma das funções sociais da propriedade, com o mesmo peso da proteção ao meio ambiente, habitação de interesse social e das atividades econômicas geradores de emprego e renda. (Art. 5º).[55]

Pela complexidade do local, com exemplares tombados nas escalas nacional, estadual e municipal, assim como legislações ambientais e para o cumprimento do Estatuto da Cidade, notou-se a necessidade de elaboração de uma lei municipal pautada na Interdisciplinaridade - entre políticas de preservação, planejamento urbano, meio ambiente e desenvolvimento – na participação qualificada da comunidade e em um novo arcabouço jurídico capaz de suprir todas essas questões.

Dentro da ZEIPP, a Vila é dividida em quatro setores de planejamento urbano, de acordo com as características específicas de uso e ocupação do solo, da estrutura fundiária e da dinâmica de cada setor. Ressalta-se que apenas a área planejada pelos ingleses, devido sua homogeneidade, foi tombada pelo IPHAN, e diferentemente da visão comumente relacionada à Zona Especial, outras áreas fazem parte da ZEIPP, que reconhece a diversidade de elementos patrimoniais, todos com devida importância para a história local. (Figuras 197 e 198)

A Lei estabelece as diretrizes para intervenção em cada área, seja em relação à preservação, à restauração, às diversas intervenções ou em relação ao desenvolvimento local sustentável, muito vinculado ao turismo-comunitário, mais uma vez relacionando a comunidade, o patrimônio e o desenvolvimento.

Por ser em sua maioria autoaplicável, é o "principal instrumento de orientação das políticas e gestão territorial" de Piranapiacaba, e é assim definida por FIGUEIREDO:

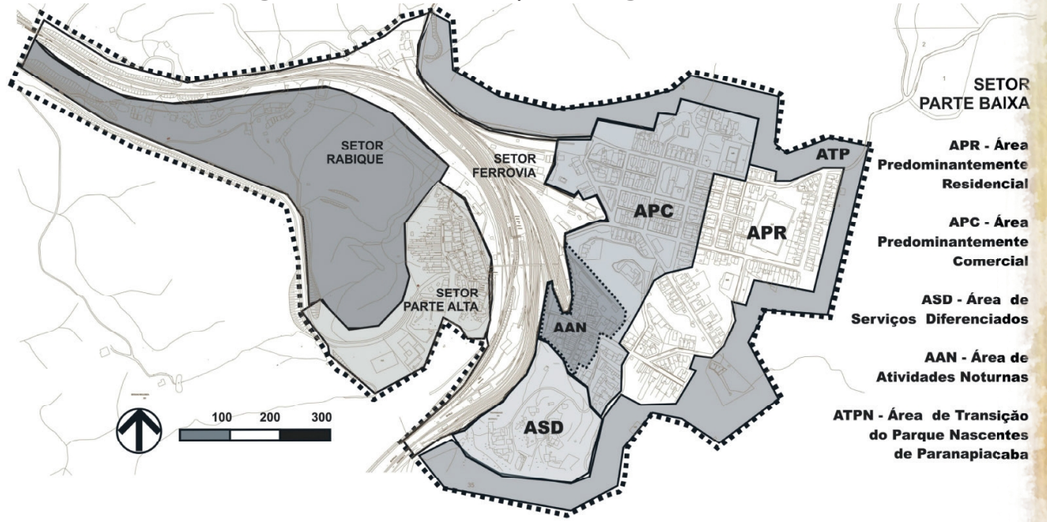
> [...] a ZEIPP levanta outras possibilidades de utilização dos instrumentos urbanísticos, estreitando a relação desenvolvimento/preservação e articulando parâmetros de ordenamento territorial às políticas setoriais de forma inovadora, trabalhando na perspectiva do planejamento e gestão integrados e participativos. Alinha-se a uma concepção mais atual e abrangente de patrimônio, considerando a paisagem culturalmente qualificada como o bem a ser preservado

[55] FIGUEIREDO, op. cit. Pp. 99.

> e gerenciado. Este não apenas como testemunho a ser resguardado às futuras gerações, mas também como recurso utilizável para o desenvolvimento sustentável das comunidades que nela habitam, dela sobrevivem e desta permanente interação criam fortes laços de identidade, memória e uso, fundamentais à política de preservação.[56]

Figura 197: Parte Alta e Pátio Ferroviário. Foto de Vanessa Figueiredo, 2013

Figura 198: ZEIPP: zoneamento. Mapa: Vanessa Figueiredo. Fonte: Lei 9.018/07.



Fonte (197 e 198): FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?* Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. 17, nº 2, pp. 91-110, 2014, p. 103.

[56] FIGUEIREDO, op. cit. Pp. 106.

É claro que a política de preservação não deve se restringir às políticas setoriais, devendo ser abordada no próprio Plano Diretor, no planejamento urbano, como política de conjunto, mas o estabelecimento de Zonas Especiais, pode ser muito importante para cidades que não possuem muitos exemplos significativos indicados ao tombamento, ou mesmo para garantir a qualidade da paisagem como um todo, a partir de regras de uso e ocupação do solo, que permitam a manutenção de características específicas do espaço.

Como forma de direcionar a gestão da cidade de Patrocínio, e a partir dos estudos específicos para o recorte abordado nesse trabalho, elabora-se uma proposta de Zona Especial para proteção da ambiência urbana, visando a unidade do local, a preservação do patrimônio, dentre outros aspectos capazes de impulsionar o desenvolvimento urbano de maneira sustentável.

12- PROPOSTA DE UMA ZONA ESPECIAL PARA O CASO DE PATROCÍNIO PAULISTA

Ao analisar o Plano Diretor de Patrocínio Paulista, elaborado em 2006 e utilizado até hoje, é possível perceber algumas contradições e superficialidades na maneira como aborda a preservação do patrimônio cultural, mais especificamente bens imóveis. Logo no início, quando trata do estabelecimento da função social da cidade, aborda a necessidade de compatibilização, para que o desenvolvimento não interfira no patrimônio, mas não usa a preservação do patrimônio como instrumento de desenvolvimento. (Art. 3)

> IV – Promoção de políticas setoriais, compatibilizando o desenvolvimento urbano com a proteção do meio ambiente utilizando-o racionalmente, do patrimônio natural, cultural, se construído, bem como a conservação e recuperação desses bens das gerações atuais e futuras.[57]

Deve-se fazer uma ressalva, justamente por tratar-se das políticas setoriais, que conforme o Zoneamento, de acordo com o Artigo 176[58], a zona urbana é dividida apenas em "área residencial e de pequena indústria e área comercial e de pequena indústria", o qual não foi possível até então ter acesso ao Mapa de Zoneamento, mas que ainda é muito superficial, e de forma alguma aborda a necessidade de preservação de determinada ambiência urbana.

Assim como acontece em outros Planos Diretores, a preservação do patrimônio é muitas vezes vista como um meio para outros objetivos de desenvolvimento, e não como o próprio objetivo. Tratando-se do Lazer e Turismo, a Seção V, Parágrafo 2º, prevê:

> VIII – Incentivo à construção de meios de hospedagem com programas de recuperação de imóveis de interesse cultural e tipologias alternativas.[59]

Além disso, deve-se ressaltar que o Plano possui mais de dez anos, e que não necessariamente o que está contido nele é ou foi executado, sendo necessário comparar aspectos importantes que ele estabelece, mas que ainda não foram cumpridos. Dentre tantos exemplos que tratam da preservação cultural, um deles relaciona-se à necessidade de um arquivo público para a cidade, e que apesar de previsto no Plano, não foi consolidado, e os documentos encontram-se na situação comentada anteriormente no trabalho. Além disso, até cita questões como ações de tombamento, caso necessárias, mas de acordo com a situação atual, não foram postas em prática.

---

[57] PATROCÍNIO PAULISTA. Plano Diretor do Município de Patrocínio Paulista. Lei Municipal nº 2.132/06 , de 07 de Dezembro de 2006. Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, p. 2.
[58] PATROCÍNIO PAULISTA, op. cit. Pp. 58
[59] PATROCÍNIO PAULISTA, op. cit. Pp. 10

Associada à carência de diretrizes sólidas no Plano Diretor, com a necessidade de preservação da ambiência do espaço estudado no trabalho, muito além de tombamentos específicos ou de elementos isolados, nota-se que a criação de uma Zona Especial, tendo como referência os principais benefícios dessa setorização obtidos nos exemplos citados, pode ser uma forma de preservação do ambiente urbano (paisagem construída e relação com paisagem natural para a cidade de Patrocínio Paulista).

É importante ressaltar que para a criação de Zonas, bem como quaisquer instrumentos de política urbana, é fundamental que se tenha a interdisciplinaridade, relacionando diversas áreas de profissionais e da comunidade. Porém, essa proposta parte de uma análise arquitetônica e urbanística, que pode pautar um projeto futuro de Zoneamento Especial.

Além disso, a proposta estabelece uma hierarquia de regras e diretrizes para a própria Zona Especial, visto que há uma "área central" com maiores reservas, em que há presença de maior quantidade de elementos característicos da origem da cidade, que fazem relação com a Praça Central e coincidem com o recorte de estudo desse trabalho. A outra porção, relaciona-se com a necessidade de manutenção da ambiência do conjunto, que pode fortalecer o vínculo que essa "área central" estabelece com a paisagem de entorno.

12.1 - ZONA ESPECIAL

Trata-se de uma porção do território em que há necessidade de diversificação na maneira como são especificadas as normas de uso e ocupação do solo, de forma que sobrepõem as restrições impostas pelo zoneamento. Quando não houver alguma ressalva feita pela Lei que dispõe da Zona Especial a ser tratada, deverão ser levados em consideração os parâmetros definidos pela Zona Urbana que se localizam.

12.2- ZEUP- ZONA ESPECIAL DE UNIDADE DA PAISAGEM

-A Zona Especial de Unidade da Paisagem- ZEUP, desenvolvida para a cidade de Patrocínio Paulista é assim classificada por tratar-se de uma porção no território urbano com características específicas, importantes para a história, memória e recuperação da identidade da população; bem como pela relação entre ambiente construído e ambiente natural de entorno, que deve por lei, ser preservada, para o cumprimento da função social da cidade, acima dos interesses particulares.

-A ZEUP, além de visar a unidade de paisagem, vinculada ao patrimônio arquitetônico e elementos urbanísticos, objetiva o desenvolvimento urbano, baseado na preservação e valorização de suas características históricas, visuais e de memória.

- Deve-se observar que dentro desta Zona, alguns edifícios possuem características mais íntegras, e são

melhores exemplares da tipologia predominante na origem da cidade, portanto, para uma conservação pontual e mais efetiva da arquitetura, cabe o apontamento e solicitação de tombamentos de fachadas, volumetrias ou elementos específicos.

-Além disso, há uma porção central denominada ZPP (Zona de Proteção Prioritária), contida na própria ZEUP, em que esses exemplares da tipologia original do local encontram-se mais íntegros, e capazes de garantir a identidade da população com a cidade, e dessa forma, tem prioridade nas intervenções e diretrizes de defesa do patrimônio, como será descrito.

- O perímetro da ZEUP é proporcionalmente significativo em relação ao Perímetro Urbano da cidade de Patrocínio Paulista, o que se justifica pelo fato de ter como intenção principal a garantia de ambiência do centro original e estruturador da cidade (ZPP), com elementos fundamentais como a limitação do gabarito, dentre outros aspectos.

12.3 - DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA DA ZONA ESPECIAL DE UNIDADE DA PAISAGEM - ZEUP

Inicia-se no ponto P1 de interseção dos eixos da Rua Sargento Tomaz com a Rua Boa Vista, segue por este até o ponto P2 de intersecção com a Avenida Carlos Gomes, segue por este até o ponto P3 de interseção com a Travessa J. C. Freitas, segue por este até o P4 de interseção com a Rua Expedicionário Sapucaiense, segue por este até o ponto P5 de interseção com a Rua Voluntários Paulistas, segue por este até o ponto P6 de interseção com a Rua Treze de Maio, segue por este até o ponto P7 de interseção com a Rua Cel. José Cândido, segue por este até o ponto P8 interseção com a Rua Dona Maria Salomé, segue por esse até o ponto P9 de interseção com a Rua Major Goulart, segue por esse até o ponto P10 de interseção com a Rua Boa Vista, segue por esse até o ponto P11 de interseção com a Rua Sargento Tomaz, ponto este que coincide com o P1, no qual iniciou-se esta descrição, totalizando uma área de 16,6 ha. (Figura 202)

12.4 -DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO PARA A ZONA ESPECIAL DE UNIDADE DA PAISAGEM ZEUP

- Para as porções compreendidas no perímetro da ZEUP descrito acima, são fundamentais o cumprimento dos seguintes quesitos:

a) manutenção do gabarito, com no máximo 7 metros no total.

b) padronização do mobiliário urbano de acordo com os projetos apresentados. (Conforme apresentados na página 77)

c) garantir a acessibilidade, evitando barreiras nas calçadas, mantendo pelo menos 1,20 metros livres para circulação (quando não houver possibilidade, por conta das rampas de acesso adaptadas, manter pelo menos 80 cm livres), posicionar a cada esquina, em conformidade com as faixas de pedestre, rampas de acesso às calçadas (Conforme desenho apresentado na página 76)

d) garantir a relação visual com a paisagem do entorno, seja em relação as instalações, arborização, gabarito, ou qualquer interferência visual.

e) garantir a preservação do patrimônio imóvel através de medidas e incentivos fiscais para a colaboração da sociedade.

f) após o reconhecimento de alguns edifícios específicos, que ainda guardam características importantes, relevantes arquitetonicamente ou de referência histórica para a cidade, realizar uma análise sobre a estrutura, e se cabe uma ação de tombamento de invólucro externo, de algum detalhe específico, ou como um todo.

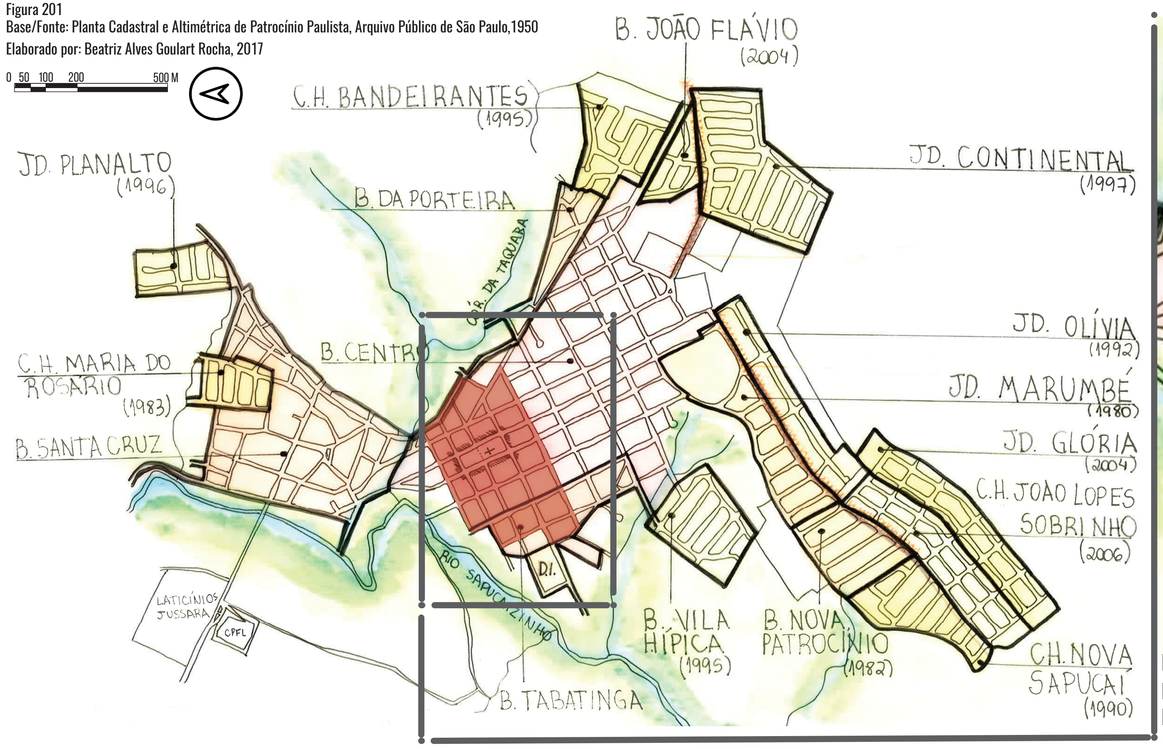
f.1) no perímetro da ZEUP encontram-se alguns exemplos de construções antigas (Final do século XIX e início do XX) que preservam algumas características importantes, e podem ser consideradas para propostas de tombamento, como o casarão da esquina entre as Ruas Major Álvaro e Cel. João Vilela (Figura 199), o da esquina entre as Ruas Cel. José Cândido e Cel. João Vilela (Figura 200).

Figuras 199 e 200: Exemplos de construções antigas preservadas.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

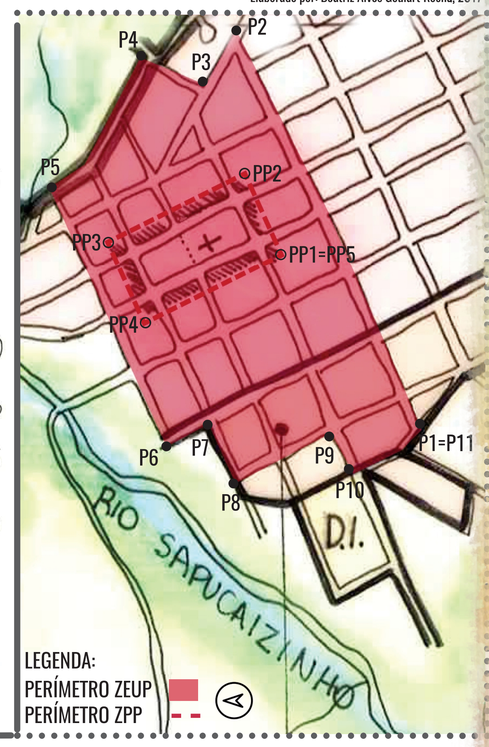
LOCALIZAÇÃO DA ZEUP EM PATROCÍNIO PAULISTA

Figura 201
Base/Fonte: Planta Cadastral e Altimétrica de Patrocínio Paulista, Arquivo Público de São Paulo,1950
Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017



PERÍMETRO ZEUP E ZPP

Figura 202
Elaborado por: Beatriz Alves Goulart Rocha, 2017



12.5 – ZPP – ZONA DE PROTEÇÃO PRIORITÁRIA

- Essa zona foi definida como uma porção com maior necessidade de proteção dentro da ZEUP, visto que nela se encontram os principais exemplares da arquitetura no período de origem da cidade. Corresponde às fachadas lindeiras à Praça Central, assim como encontra-se na descrição perimétrica.

- Fazem parte dessas regras específicas e de intervenção prioritária todos os lotes que possuem frente para os seguintes logradouros:

a) Rua Cônego Peregrino, entre as ruas Major Goulart e Cel. José Cândido.

b) Rua Major Goulart, entre as ruas Cônego Peregrino e Cel. Antônio Jacinto.

c) Rua Cel. Antônio Jacinto, entre as ruas Major Goulart e Cel. José Cândido.

d) Rua Cel. José Cândido, entre as ruas Cônego Peregrino e Cel. Antônio Jacinto.

-Todas as diretrizes previstas para ela devem ser cumpridas com maior urgência em relação às outras porções da ZEUP.

12.6 – DESCRIÇÃO PERIMÉTRICA DA ZONA DE PROTEÇÃO PRIORITÁRIA- ZPP

- Como forma de melhor especificação, descreve-se o perímetro que compreende também os lotes das esquinas lindeiras à Praça, iniciando-se no ponto PP1, correspondente ao endereço denominado Rua Cônego Peregrino 1495, segue paralelamente ao eixo da Rua Major Goulart até o ponto PP2, que corresponde aos limites do lote com endereço na Rua Coronel Antônio Jacinto 1492, segue paralelamente ao eixo da Rua Coronel Antônio Jacinto até o ponto PP3, que corresponde aos limites do lote com endereço na Rua Coronel Antônio Jacinto 1678, segue paralelamente ao eixo da Rua Coronel José Cândido até o ponto PPP4, que corresponde ao lote com endereço na Rua Coronel José Cândido 1413, segue paralelamente ao eixo da Rua Cônego Peregrino até chegar ao PP5, que coincide com o PP1, no qual se iniciou essa descrição, totalizando uma área de 2,07 ha. (Figura 202)

12.7 – DIRETRIZES DE INTERVENÇÃO PARA A ZONA DE PROTEÇÃO PRIORITÁRIA

São consideradas necessárias para a Zona de Proteção Prioritária as seguintes diretrizes:

a) manutenção do gabarito, com no máximo 7 metros no total.

b) adequação da pintura das fachadas de acordo com a Paleta de cores apresentada. (Conforme apresentada na página 47)

c) adequação e padronização de anúncios indicativos. (Conforme apresentados na página 52)

d) padronização do mobiliário urbano de acordo com os projetos apresentados. (Conforme apresentados na página 77)

e) adequação à proposta de fiação elétrica subterrânea.

f) padronização do calçamento e drenagem das calçadas de acordo com a proposta apresentada. (Conforme apresentados na página 74)

g) garantir a acessibilidade, evitando barreiras nas calçadas, mantendo pelo menos 1,20 metros livres para circulação (quando não houver possibilidade, por conta das rampas de acesso adaptadas, manter pelo menos 80 cm livres), posicionar a cada esquina, em conformidade com as faixas de pedestre, rampas de acesso às calçadas (Conforme desenho apresentado na página 76)

h) reforçar a relação de lazer da população com a Praça Central, com a realização de diversos eventos no local, permitindo instalações temporárias de food trucks, barraquinhas, cinemas móveis, teatros móveis, dentre outros, mediante autorização da Prefeitura Municipal.

i) garantir a relação visual com a paisagem do entorno, seja em relação as instalações, arborização, gabarito, ou qualquer interferência visual.

j) garantir a preservação do patrimônio imóvel através de medidas e incentivos fiscais para a colaboração da sociedade, bem como a relação com os demais instrumentos do Plano Diretor, como:

j.1) Preferência na área para Operações Urbanas Consorciadas.

j.2) Preferência da Prefeitura para projetos culturais em edificações da área.

j.3) Isenção de IPTU para patrocinadores de recuperações de imóveis.

j.4) Transferência do Potencial construtivo, vinculado ao investimento no imóvel.

j.5) Punição econômica para proprietários de imóveis subutilizados, vazios ou em processo de degradação.

k) procurar valorizar os eixos visuais, de forma com que mantenham a relação visual entre Paisagem construída e natural de entorno, deixando livre de barreiras os eixos das ruas contidas na ZEUP.

l) arborização da praça e de entorno condizente com as espécies urbanas e com a possibilidade de leitura

visual do entorno. (Para que elas não sejam uma barreira)

m) após o reconhecimento de alguns edifícios específicos, que ainda guardam características importantes, relevantes arquitetonicamente ou de referência histórica para a cidade, realizar uma análise sobre a estrutura, e se cabe uma ação de tombamento de invólucro externo, de algum detalhe específico, ou como um todo.

m.1) é reconhecida a importância de dois edifícios localizados nesse entorno e que apesar do mau estado de conservação, demonstram características construtivas importantes e de origem daquele núcleo, além de serem reconhecidas como referência para a população. Encontram-se nas esquinas das Ruas Cônego Peregrino com a Rua Major Álvaro (conhecida como "Casa do Gigot") e da Rua Cônego Peregrino com a Rua José Cândido (conhecida como "Casa do Barão). (Figuras 203 e 204, respectivamente)

Figuras 203 e 204: "Casa do Gigot" e "Casa do Barão", respectivamente.

Fonte: Elaborada pela autora, 2017

13- AS PRAÇAS COMO ELEMENTOS ESTRUTURADORES DOS CENTROS LOCAIS: PASSADO, PRESENTE E FUTURO PAUTADOS NO DESENHO URBANO

Após essa análise sobre a importância de se discutir um desenho de unidade das fachadas, e, portanto, também da paisagem, como forma de garantir a memória e identidade do local, propondo, além disso, a determinação de áreas especiais para preservação, nota-se a relevante influência da praça como espaço de convergência, de interação com as fachadas e de relação da população com a cidade, como um elemento estruturador do desenho urbano. Isso pode ser percebido de forma clara na área escolhida como objeto de estudo para esse trabalho, em que a praça central divide seu espaço com a Igreja Matriz e com esse ambiente de origem da cidade, e está sempre relacionada com a figura de cidade pequena, pelo seu uso e dinâmica.

O desenho da cidade é um dos principais aspectos influenciadores no uso do espaço e na dinâmica local, e para uma análise mais elaborada, é necessário compreender a forma que ele acontece em casos específicos, como o das cidades pequenas. Apesar da significativa quantidade de cidades de pequeno porte no país, poucos são os estudos sobre elas, comparando-se com os feitos sobre as metrópoles e cidades com maior população. Algumas pesquisas fazem referência à própria denominação, visto que ao tratar uma cidade como pequena, de maneira denotativa refere-se à quantidade de habitantes e à dimensão de seu limite urbano, diferentemente do que seria feito ao tratá-las como "centros locais", em que se analisa de maneira qualitativa o papel daquela cidade, suas funções e como isso se traduz na rede urbana.

A classificação em centros locais feita por SANTOS, tende a revelar as particularidades de cada cidade, independentemente de sua demografia, mas levando em consideração a importância e a relação que o centro urbano possui com o restante do município, sendo que as cidades são vistas como referência para seu próprio território.

> A cidade torna-se o locus da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. Como o campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência) tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo. [60]

[60] SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. Ed. Hucitec, São Paulo. 1994,p.52

Seja referindo-se ao termo "cidades pequenas" ou "cidades locais", no espaço, a dinâmica social e a rede urbana sofrem interferência mútua. A área urbana pequena em relação à área total do município pode ser capaz de revelar a interferência do rural no urbano, não somente em relação à formação de uma paisagem e da relação do construído com o natural, como citado em capítulos anteriores, mas também em relação à economia, política, cultura e realidade social do local.

Apesar de relatar uma vontade de desenvolvimento, os centros locais veem nos seus centros sub-regionais, que geralmente estão muito próximos geograficamente, a facilidade em suprir as necessidades básicas ou mesmo de excedentes, como mercadorias industrializadas, mais baratas, ou mais diversificadas, sem carregar consigo as consequências negativas de cidades maiores, como a maior poluição, mais trânsito, maior violência, dentre outros.

Pode-se comparar essas questões entre Centros Sub-regionais versus Centro locais[61] e Cidade versus Campo, muito frequente no interior paulista, como no exemplo de Franca e Patrocínio Paulista, citadas respectivamente de acordo com suas classificações. Os dois municípios possuem uma área de unidade territorial muito próximas, o primeiro com 605,679 Km^2 e o segundo com 602,848 Km^2.

Apesar disso, comparando-se a quantidade de habitantes, na cidade de Franca, pelo Censo do IBGE de 2010[62], do total de 318.640 habitantes, 313.046 deles estão na Zona Urbana e apenas 5.594 se mantém na Zona Rural. Já em Patrocínio Paulista, de 13.000 habitantes, 10.499 concentram-se na Zona Urbana e 2.501 na Zona Rural. Comparando a porcentagem relativa à área que ocupam em cada Zona, percebe-se a diferença na proporção entre Campo e Cidade.

Muitos fatores podem ser utilizados como desenvolvimento do município- diferente de crescimento. Apesar do desenvolvimento urbano muitas vezes estar associado ao crescimento, à melhora na economia por atração de modernidades, para as cidades menores, essa relação com o rural, pode ser o caminho mais adequado para se desenvolver. Mesmo que ainda sem muita consciência disso, muito do aumento e valorização da economia e de questões sociais da área urbana é resultado da "interpenetração" do rural, e vice-versa, muitas vezes traduzidos pelas festas de peão, quermesses, manifestações culturais, feiras, dentre outras características próprias.

[61] Ver mais sobre a classificação em: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Regiões de Influência das Cidades, 2007. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf. Acesso em: 10/09/2017.
[62] IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Censo de 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 10/09/2017.

Para analisar a forma com que a cidade se organiza, é necessário entender que a rede urbana:

> É um produto social, historicamente contextualizado, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais especializadas, articular toda a sociedade numa dada proporção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução.[63]

Essa articulação da sociedade no espaço, além de organizar os próprios espaços que constituem uma cidade, mostra a importância das praças, como elos de ligação entre ruas, bairros e outras estruturas, mas sobretudo de elemento integrador da sociedade, e da função social do ambiente.[64]

Isso pode ser notado principalmente em cidades locais, em que as praças possuem um papel estruturador fundamental, seja de lazer, de trocas comerciais, de apoio turístico, paisagístico, religioso, dentre outros. Além disso, pode estabelecer uma relação muito forte também como estruturadora no âmbito municipal, integrando as atividades rurais com as urbanas.

Mais especificamente tratam-se as praças em cidades pequenas como estruturadoras, visto que diferente da diversidade em locais muito frequentados em cidades médias e grandes, como shoppings, parques, dentre outros, a praça é um local sempre presente e que pode revelar inclusive muito sobre a origem e situação atual de uma população.

Em um caso mais específico ainda, nota-se o quanto uma praça na qual se localiza a Igreja Matriz da cidade é muitas vezes usada como referência do local, e frequentada por diversas pessoas, mesmo que não tenham vínculo com certa religião. Isso talvez por conta de que geralmente localizam-se na região Central, movimentada por algum tipo de comércio, pelas tradições locais, por estarem nas porções mais antigas do ambiente urbano, dentre outros fatores.

Como exemplo, o caso a ser estudado na cidade de Patrocínio Paulista, em que a Praça Central mostra-se como forte elemento estruturador do centro local, e estabelece relações específicas e fundamentais para aquela cidade, e que apesar dos problemas atuais que ela testemunha, bastante citados no trabalho, como esvaziamento, mau uso, má gestão, projeto paisagístico falho, dentre outros, ainda se mostra como um dos pontos principais do município.

Essa questão se reflete nos Planos Diretores, mais especificamente na cidade de Patrocínio Paulista, ao notar a importância da produção rural, a partir da Lei Municipal Nº 2.133/06- 07/12/16, há a regula-

[63] CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 93.
[64] CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. O papel das praças públicas: Estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. IV EPCT- Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Campos Mourão, 2009, p. 1.

mentação da Feira do Produtor Rural e do Artesão de Patrocínio Paulista, como forma de valorizar esse trabalho e incentivar a fixação dessas pessoas no campo. As feiras possuem regras a serem seguidas, e funcionam no período de manhã, nas quartas-feiras na Praça da Bandeira e aos domingos na Praça da Matriz. Justamente pelo horário que ocorre na Praça Central, após as missas na Igreja Matriz, há uma aglomeração na praça, que busca a partir do local estruturador fazer suas trocas, e ocasiona, mesmo que por período limitado, a dinâmica no espaço.

Também com vistas ao desenvolvimento, o Plano Diretor de 2006, ainda seguido na cidade, previa o vínculo da zona rural com a possível atividade de Turismo, com a comercialização de artesanatos e doces típicos, incentivos ao setor hoteleiro e a definição de locais apropriados para a comercialização de produtos agrícolas.

Como forma de impulsionar o Turismo na cidade, foi elaborado na Gestão de 2012 a 2016 um projeto denominado "Caminho da Fé", no qual foi estabelecido um roteiro, que passa por sete igrejas do município, em que três localizam-se na Zona Urbana e quatro na Zona Rural. O percurso pode ser feito por qualquer pessoa, a pé, de bicicleta ou por veículos automotivos. É importante notar o papel da Igreja Matriz como Centro da porção que passa na Zona Urbana, e no possível uso da Praça Central como suporte para esse tipo de turismo. (Figura 205)

Figura 205: Percurso com distância em KM entre as Capelas/Igrejas que fazem parte do Caminho da Fé

Fonte: Vídeo Publicitário do Caminho da Fé, Patrocínio Paulista/SP. Realização Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista. Apoio COMTUR (Conselho Municipal de Turismo de Patrocínio Paulista, SP). Patrocínio Paulista: Studio Marcos Paulo, 2016, 3'32". Disponível em: < https://www.facebook.com/COMTUR.PP/videos/1112244475515952/>, Acesso em: 27 de novembro de 2017.

Ainda na gestão anterior (2012-2016), a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Empreendedorismo elaborou um Plano Diretor de Turismo, bem como organizou toda a documentação necessária para concorrer ao título de MIT (Município de Interesse Turístico do Estado de São Paulo), sendo reconhecido neste presente ano (2017). Dentre todos os benefícios, o município, assim que apresentar seus projetos e propostas para estimular o turismo local, passa a receber um incentivo financeiro para a realização dos mesmos, e tratando a praça, bem como seu entorno como estruturas para o município, pode ser que projetos voltados a esse local específico possam ser instigados.

Assim como identificado no trabalho, a recuperação e uso das edificações antigas no entorno da praça, poderiam ser as melhores formas de instalação dos espaços como o arquivo público, a Casa da Cultura, etc. Além disso, como previsto pelo próprio Plano Diretor, e pelas propostas feitas pela Secretaria do Turismo, a instalação de um Centro de apoio do Turismo nessa região, poderia ser uma forma de integrar a praça, a facilidade de acesso por se localizar no centro, a preservação da história e da memória daquela população.

É fundamental ressaltar a importância dessa relação da Praça Central como elemento estruturador de memória, pois ao ser relacionada com as fachadas de seu entorno, estabelecem uma necessidade direta de unidade, visto que formam um ambiente, que se integrado, pode oferecer melhores condições para que a comunidade se identifique com o local, seja para proporcionar momentos de lazer, de descanso, de referência ou de memória.

Principalmente nessas Praças Centrais, em que se encontram as Igrejas Matrizes, ou seja, as porções mais antigas da Zona Urbana, nas quais eram concebidas as principais relações sociais, localizam-se os maiores exemplares da arquitetura de origem do local, o que mostra cada vez mais a praça como ambiente estruturador do Centro Local, tanto para o próprio desenho urbano, quanto como referência para todo o território municipal.

Apesar da mudança de interesses de lazer, muito voltadas atualmente para atividades de consumo, e pelo descaso de gestões com os ambientes públicos como as praças, de modo com que sua maioria passa a se reduzir apenas a áreas verdes, para as cidades pequenas, que não possuem uma diversidade muito grande de atividades comerciais, esses espaços ainda são capazes de oferecer um ambiente agradável para a população, ou mesmo para auxiliar na criação da identidade local.

> Praça como espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade.[65]

Ao estabelecer o objetivo do desenho urbano para o presente trabalho, notou-se a extrema necessidade de estudar também a Praça Central de Patrocínio Paulista, responsável por consolidar a ambiência em que se busca trabalhar, investigando sobre a sua história e sua configuração original, suas modificações, seu estado atual, até chegar em um desenho que seja capaz de integrar seu entorno, respeitando a unidade do espaço e as necessidades da população, para que seu uso seja estimulado, e volte a exercer em completo seu papel social.

[65] DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. *"Praças: História, usos e funções"*, citado em: CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. O papel das praças públicas: Estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. IV EPCT- Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Campos Mourão, 2009, p.4.

14 - PRAÇA CENTRAL DE PATROCÍNIO PAULISTA: AS MUDANÇAS COM O TEMPO E PARA O TEMPO.

Como abordado nesse trabalho, o desenvolvimento das cidades sempre foi muito vinculado com a "modernização urbana", voltada para a estética do local, para o conforto ambiental, para o saneamento e para o reconhecimento de trabalho pelos gestores ou agentes do município.

Dessa forma, o fim do século XIX e início do XX no Brasil é marcado por influências das modernizações que vinham ocorrendo na Europa, de forma que as transformações no país se davam por uma busca muito grande pela estética urbana, seja pelo desenho do traçado, pelos mobiliários novos, os espaços construídos, pela arquitetura, mas principalmente pela "onda verde", com estabelecimento de jardins públicos, e que poderiam ser vistos como o reflexo dos relacionamentos sociais no período.

Segundo Freitas[66], este período pode ser conhecido como "belle époque caipira", no qual as cidades do interior de São Paulo - muito pela prosperidade da cafeicultura no Estado - buscavam referências nas sofisticações e modernizações europeias, sem deixar de transparecer a relação com o rural e com as tradições culturais do local. Isso pode ser percebido na esfera privada, como já citado no trabalho, em que algumas casas, ainda que concebidas tradicionalmente, com estruturas de madeira e vedação de pau-a-pique, começaram a buscar pelo emprego de vidros planos ou ferragens importadas da França. Mais do que isso, na esfera pública, a reforma de jardins e a busca por novidades marcam o anseio pela ascensão social.

> Tal propósito remeterá incontinenti à comparação entre os aspectos culturais de origem predominantemente rural da cidade e os novos ditames emanados de uma Europa que, poucas décadas antes, tratava de preparar suas cidades para o novo século, assim como à identificação dos sinais, na vida urbana, dessa influência.[67]

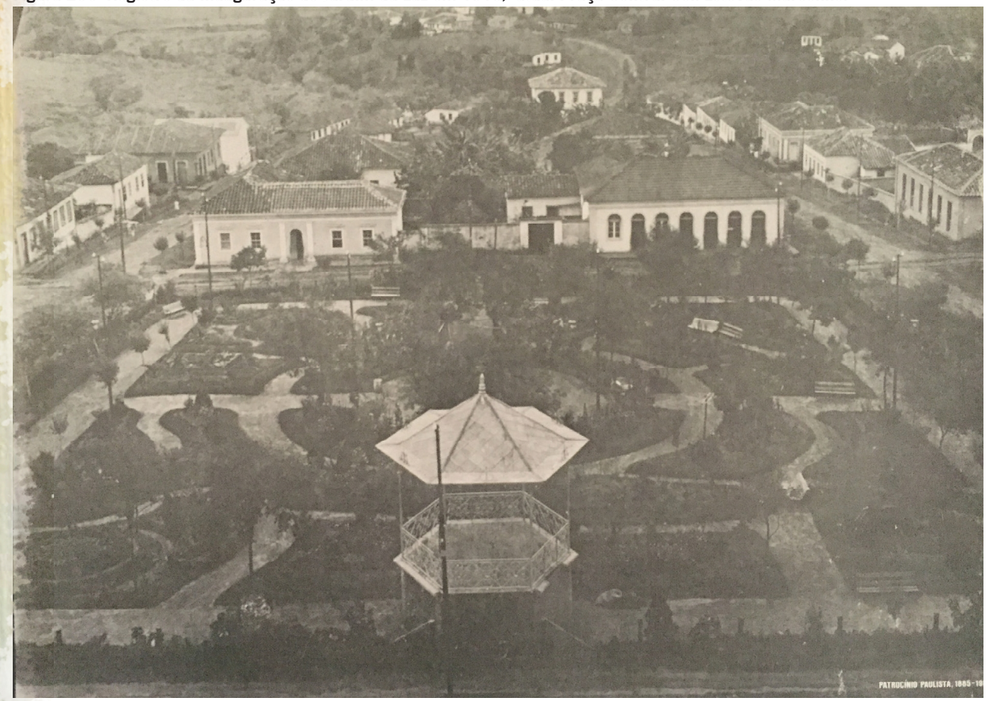
Ao estudar a atuação do Coronel Estevão Marcolino na cidade, o autor relata essa busca por "modernizações", dentre elas a publicação de um edital para iluminação pública elétrica em 1913, o qual se concluiu com o fornecimento de luz em agosto de 1914, fato que muito repercutiu na própria Patrocínio Paulista, quanto em toda região, celebrada por festas e pela forte marca da cidade no período, que foram as apresentações musicais no coreto localizado no Largo da Matriz.

[66] FREITAS, Fabiano Junqueira de. A mão oculta Estevam Marcolino: Política e modernidade no interior paulista (1889-1914) - Dissertação de Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2008, p.21.
[67] FREITAS, op. cit. Pp. 26

Assim como visto, as áreas verdes configuradas em marcas da estética urbana e espaços para as relações sociais, eram muito bem vistas no período. Marcado pela iluminação pública, inaugura-se em 27 de setembro de 1914, na atual praça central o denominado "Jardim da Luz". (Figura 206)

Com esse nome, muito se fazia referência à recém iluminação pública, ou mesmo uma alusão ao Jardim da Luz na capital São Paulo, muito marcado pelas características dos jardins parisienses. Apesar disso, a real origem do nome relacionava-se à uma homenagem a um militar de Patrocínio Paulista, chamado Coronel Antônio Batista da Luz, sendo então o nome do espaço público modificado em 2 de janeiro de 2015 para Jardim Cel. Antônio Batista da Luz.

Figura 206: Registro da Inauguração do Jardim da Luz em 1915, atual Praça Central Cel. Estevão Marcolino.



Fonte: Acervo original de Oraide de Andrade, Cedido por Marizilda de Andrade, 1915.

Figura 207: Jardim Cel. Antônio Batista da Luz, atual Praça Central Cel. Estevão Marcolino.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Jorge Faleiros, déc. de 20.

Como é possível perceber pelas fotos, suas características tinham muita influência na "belle époque", com caminhos entrecruzados e curvilíneos, que tinham como centro uma fonte, trazendo à tona o elemento água. (Figuras 207, 208 e 209)

Figuras 208 e 209: Jardim da Luz, déc. de 20 e Pessoas posando em cima da antiga fonte.

Fonte: Primeiro Almanaque Histórico de Patrocínio Paulista, 1986, p. 204. e Acervo de Mário Ferrari, sem data.

O mobiliário era bastante característico, e possuía postes de luz com desenhos mais elaborados (como já analisado neste trabalho), bancos de madeira e ferro e um coreto (além do construído no largo da Igreja, acima da escadaria). Deve-se ressaltar que os coretos eram de extrema importância, pois davam suporte para uma das maiores atividades de lazer (fortalecida pelo jardim), com frequentes apresentações musicais da Banda Sete de Setembro (original de Patrocínio Paulista), dentre outras.

O paisagismo era bastante diversificado, com árvores de grande, médio e pequeno porte, incluindo flores como roseiras e, como uma característica bem marcante, o uso de podas ornamentais em vegetações como o Cipreste. Em 1921, o nome da Praça foi modificado para Coronel Estevam Marcolino. (Figuras 210 e 211)

Figuras 210 e 211: Paisagismo da antiga Praça Central; e Banda da cidade posando em frente ao jardim ornamentado.

Fonte: Acervo da Escola Estadual Jorge Faleiros, sem data; e Acervo da Família Inocêncio, cedido por Sirlei Inocêncio, 1944.

Apesar da falta de fontes de informação primária relacionadas às datas, gestores do período, desenhos técnicos, ou mesmo autoria de projeto, ainda a partir de fotos e da memória contada, compreende-se que entre as décadas de 50 e 60 o Jardim passou por uma reforma, na qual um novo desenho ainda marca a Praça Central, com um traçado mais retilíneo, formando um cruz (Figura 212). Alguns bancos de concreto foram adicionados e posteriormente os de madeira foram retirados. A vegetação foi modificada, de forma com que as árvores se concentravam principalmente no limite de sua extensão com a calçada, de forma retilínea, e que ainda é predominante, apesar de as antigas espécies terem sido substituídas nas últimas

décadas por Ficus - Ficus benjamina- (Figura 213) que não são a melhor escolha para arborização urbana, pois suas raízes na fase adulta comumente destroem calçamentos e até galerias, além de que suas copas são densas e fechadas, o que pode ocasionar um bloqueio na visibilidade do entorno, diminuindo a segurança e impedindo a visibilidade do conjunto arquitetônico.

Figuras 212 e 213: Praça com desenho em cruz em sua primeira fase; Praça com desenho em cruz e vegetação alterada.

Fonte: Acervo da Câmara Municipal, sem data e Acervo de José Milton Faleiros, sem data.

O modelo da fonte foi substituído por um outro no mesmo lugar, quatro vasos foram colocados nas extremidades do retângulo que forma a praça, e posteriormente os coretos foram retirados. A rua entre a escadaria da Igreja e o antigo Jardim era muito estreita (possuía 5,20 metros), e além disso, formava uma barreira entre os dois espaços: Igreja e Praça).

Dessa forma, na década de 90 teve seu acesso bloqueado para os carros, e apesar de ter recebido alguns tratamentos paisagísticos, com bancos e floreiras de madeira, além de um chafariz - que duraram pouco tempo - hoje é um dos espaços livres mais utilizados do local, pois consegue abrigar a Feira do Agricultor aos domingos, e em eventos esporádicos, como "Cinema na Praça", apresentações e até mesmo recepção de food trucks, acaba sendo o local mais apropriado para as instalações. (Figura 214)

Figura 214: Cinema na Praça Central de Patrocínio Paulista, 2017.

Fonte: Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista. Disponível em: < https://www.facebook.com/PrefeituraPatrocinioPaulista/, Acesso em: 27/11/2017.

Após esse período, as mudanças não são muito significativas, mas a iluminação não é mais a mesma, a fonte não funciona, e as árvores que limitam o perímetro bloqueiam a interação visual com o entorno, o que faz com que a praça volte a si mesma e não tenha relação alguma com as fachadas lindeiras a ela.

Figuras 215 e 216: Atual estado da fonte, sem funcionamento; e Vista da Praça (voltada para si mesma) pela sacada da Igreja.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017.

Figuras 217 e 218: Bloqueio de relação visual da praça com o entorno, ocasionado pela conformidade da vegetação atual.

Fonte: Elaboradas pela autora, 2017.

Após a realização de uma pesquisa de satisfação em relação à praça (Ver anexo 2, página 137), feita com alguns patrocinenses, é possível perceber a insatisfação geral em relação à vegetação que se encontra no local. Muitas pessoas se recordam das espécies antigas, mais coloridas e com flores, e ressaltam ainda que a vegetação como está, interfere também na segurança do local.

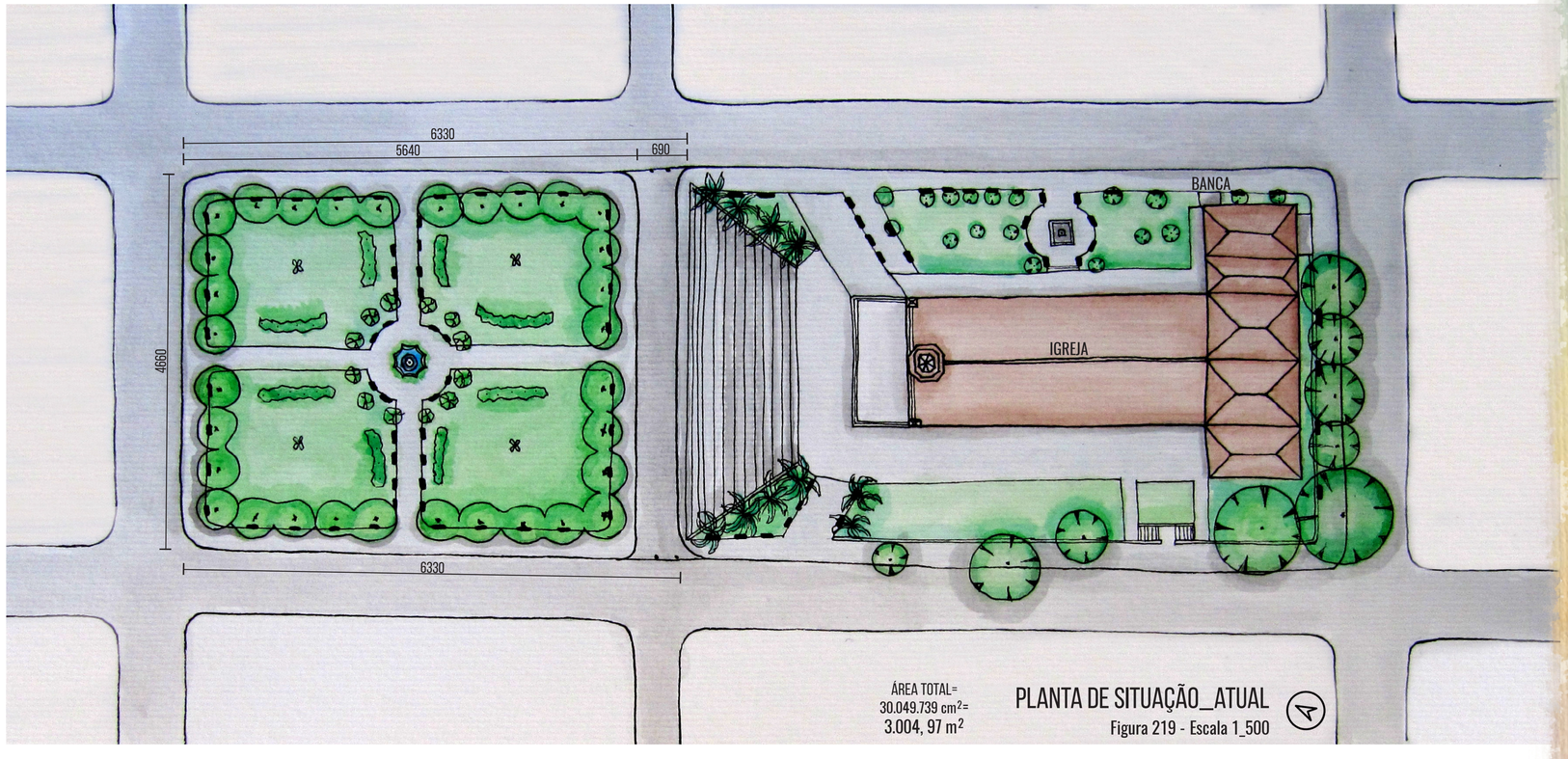
Muitas pessoas, mesmo que não tenham frequentado a praça no período em que havia o coreto, ressaltam a falta que ele faz para o local, seja por ser um dos atrativos para reunir a população ou até mesmo como um símbolo histórico da cidade. Apesar de algumas pessoas acreditarem que ele seria essencial para o local, a maioria afirma que de acordo com as atividades contemporâneas, um palco ou concha acústica poderiam se adequar melhor. Quanto à fonte, é um consenso entre os entrevistados que ela deveria voltar a funcionar, sendo que há também uma ressalva para que a água seja reutilizada.

Os entrevistados acreditam que os eventos realizados na praça são fundamentais para que ela ainda seja frequentada, mas alguns possuem dúvidas quanto a utilização do espaço para feiras, pois acreditam que mesmo sendo uma feira livre, flexível, suportada por barracas, há uma falta de infraestrutura para que ela aconteça, e que seria importante pias, bancadas, dentre outros.

É bem claro, que por ter sido uma referência para o lazer, também por encontrar-se bem ao centro da cidade, a praça possui uma carência de atendimento à todas as faixas etárias, mas principalmente, aos mais jovens, como percebido em muitas entrevistas, visto que é um público que não possui muitas opções para entretenimento na cidade, que se resumem em muitos casos a bares e restaurantes.

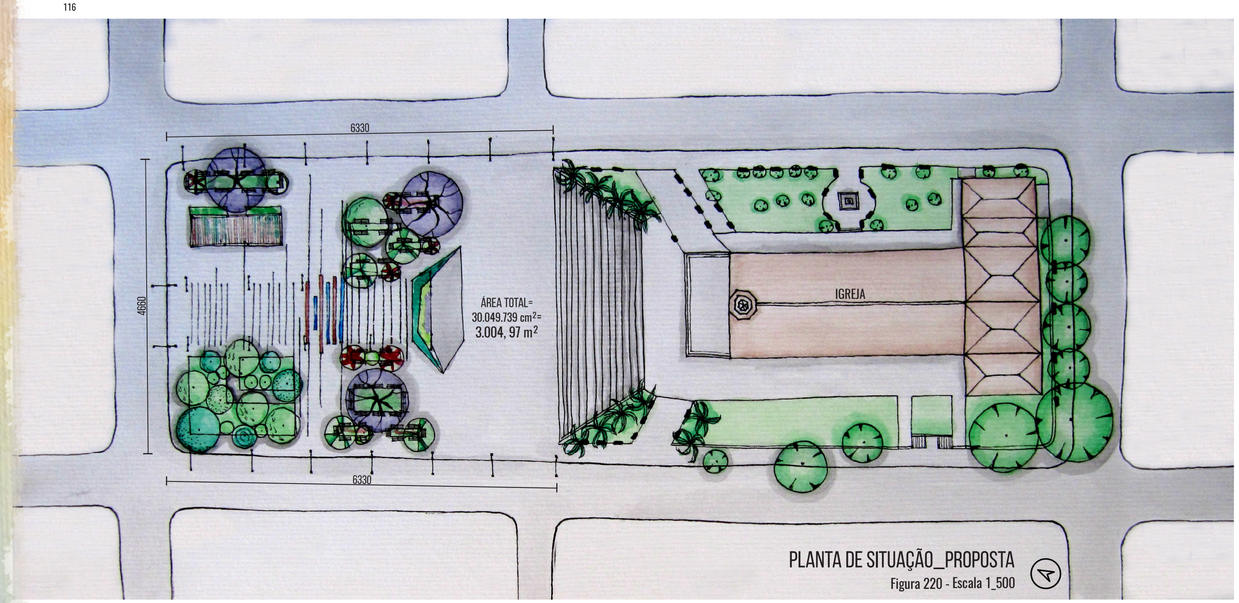
Em uma análise geral, percebe-se o descontentamento da população em relação ao espaço, que deveria ser visto como um dos principais locais para o lazer na cidade. Além disso, percebe-se que apesar de o desenho (canteiros e etc.) não ter se modificado, não organiza o espaço de modo racional, perdendo a relação com o entorno e não possibilitando o uso completo da praça em si.

Dessa forma, foi possível elaborar uma proposta projetual para esse espaço, de forma com que se relacionasse de maneira mais harmônica com o entorno já estudado, e pudesse definir o local para a utilização de alguns mobiliários recomendados, buscando uma unidade com as ruas do entorno.



ÁREA TOTAL=
30.049.739 cm²=
3.004, 97 m²

PLANTA DE SITUAÇÃO_ATUAL
Figura 219 - Escala 1_500



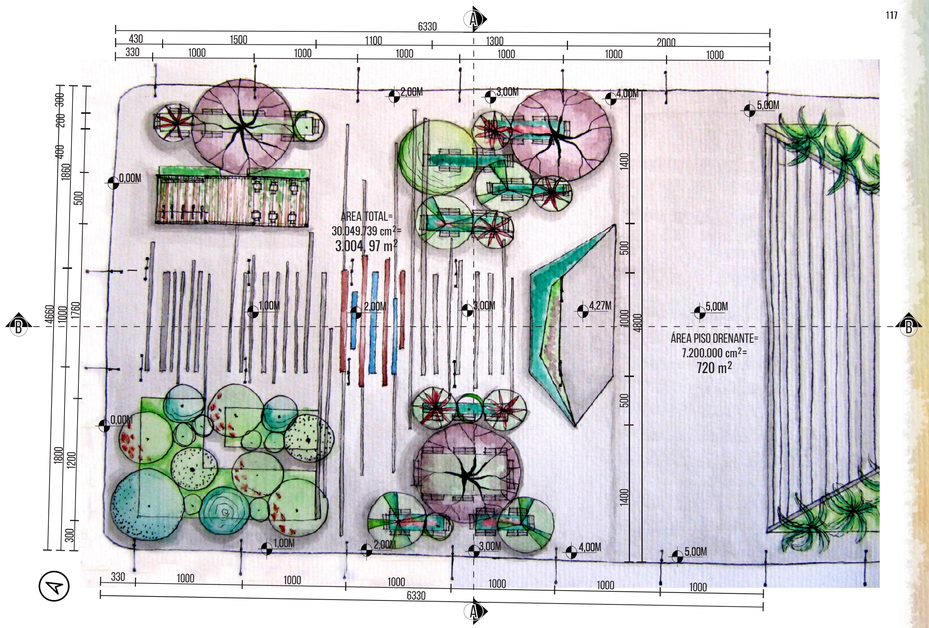
PLANTA DE SITUAÇÃO_PROPOSTA
Figura 220 - Escala 1_500

A primeira questão a ser levada em consideração é a distribuição dos canteiros e a relação deles com a vegetação. Para uma melhor utilização do espaço, os canteiros ainda são divididos em quatro eixos, ainda mantendo o desenho de uma cruz central, para circulação e para apoio de eventos, porém, cada eixo passou a ser fracionado, permitindo maior diversidade de circulações e de espaço para uso.

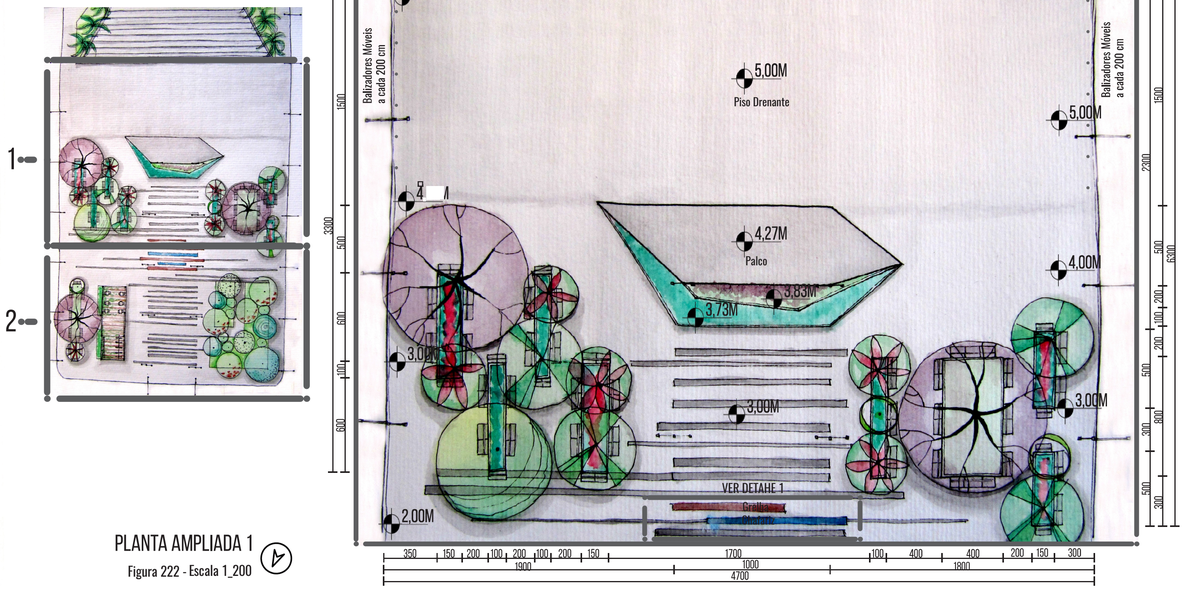
Os canteiros comportam espécies com bom sombreamento, mas com copas altas, de forma com que a percepção visual do entorno não seja afetada, e que ainda seja um local agradável de contemplação, com espécies como as Sibipirunas. As mais baixas geralmente não são densas, o que garante que a relação com o entorno ainda se mantenha.Para a escolha dessa vegetação, buscou-se espécies com floração e geralmente coloridas, de acordo com o que as pessoas entrevistadas citaram, sendo escolhidos exemplos como: Jacarandás, Jasmim-manga, etc.

Ainda relacionado aos quatro eixos, dois deles, podem ser classificados como de "contemplação", pela maior proximidade com o palco, com o chafariz e pelos eixos visuais em relação à Igreja. Para os dois eixos menos próximos ao palco, foram definidos espaços para recreação, um com jogos de mesa abaixo de um pergolado (para sombrear e não bloquear a visão na altura do pedestre), e outro com um pequeno pomar, para que de forma mais intimista, a população se sinta convidada à estar naquele local e se disfrutar dele. Todas essas atividades podem ser levadas em consideração para a demanda das diversas faixas etárias.

ÁREA TOTAL=
3.004, 97 m²
ÁREA PERMEÁVEL=
1069 m² (35,57% da A.T)

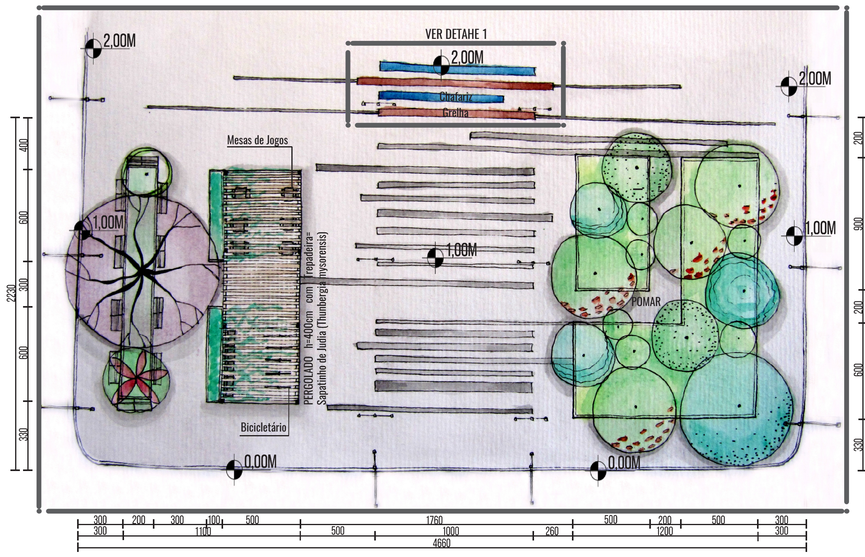


PLANTA BAIXA_PROPOSTA
Figura 221 - Escala 1_300



PLANTA AMPLIADA 1

Figura 222 - Escala 1_200



PLANTA AMPLIADA 2

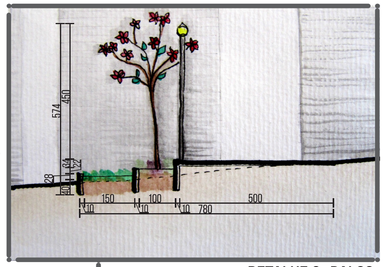
Figura 223 - Escala 1_200

LEGENDA PAISAGISMO

- Grama-preta — *Ophiopogon japonicus*
- Clorofito de sombra — *Chlorophytum comosum*
- Grama-esmeralda — *Zoysia japonica*
- Cuféia/ Falsa-érica — *Cuphea gracilis*
- Bela emília — *Plumbago auriculata*
- Ladrilho Hidráulico — *Cor Preta - 20x20 cm*
- Ladrilho Hidráulico — *Cor Natural - 20x20 cm*
- Piso Drenante — *Cor Natural - 20x20 cm*
- Jacarandá — *Jacaranda mimosifolia*
- Sibipiruna — *Caesalpinia peltophoroides*
- Gabiroba — *Campomanesia pubescens*
- Pata de Vaca — *Bauhinia variegata*
- Amoreira negra — *Morus nigra*
- Goiabeira — *Psidium guajava*
- Ameixeira amarela — *Eriobotrya japonica*
- Pitangueira — *Eugenia uniflora L.*
- Jasmim-manga — *Plumeria rubra*
- Rosedá — *Lagerstroemia indica*
- Aceroleira — *Malpighia emarginata*

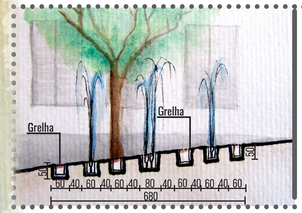
CORTE A-A

Figura 224 - Escala 1_300



DETALHE 2- PALCO

Figura 226 - Escala 1_100

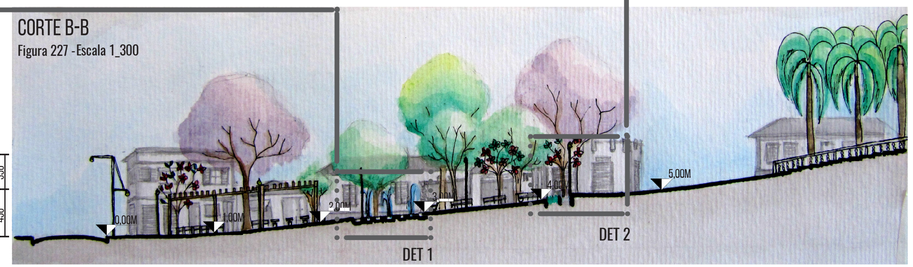


DETALHE1 - CHAFARIZ

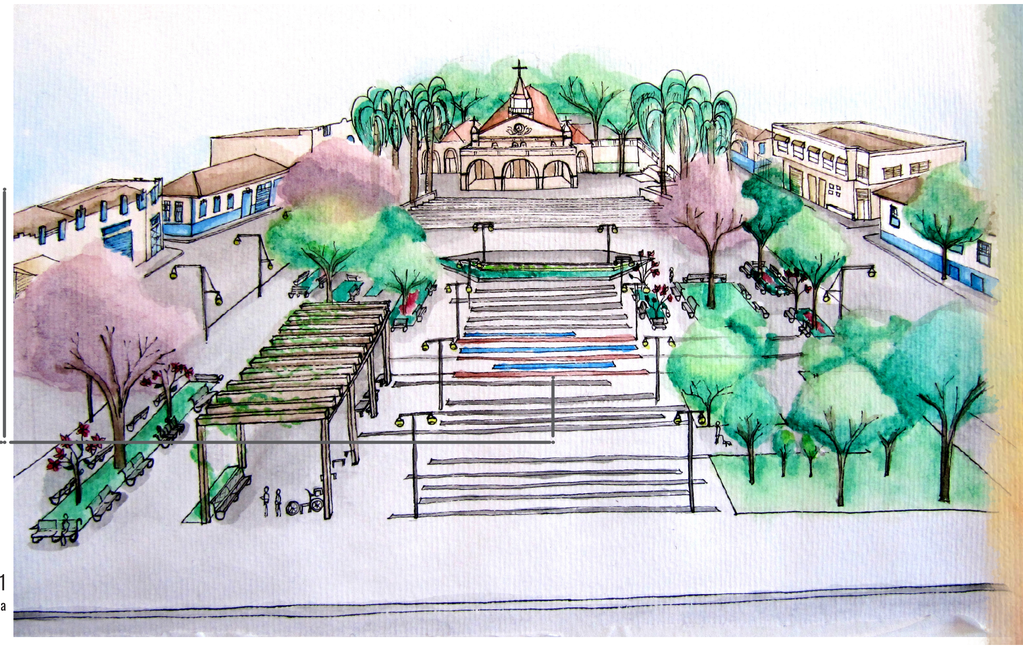
Figura 225 - Escala 1_100

CORTE B-B

Figura 227 -Escala 1_300

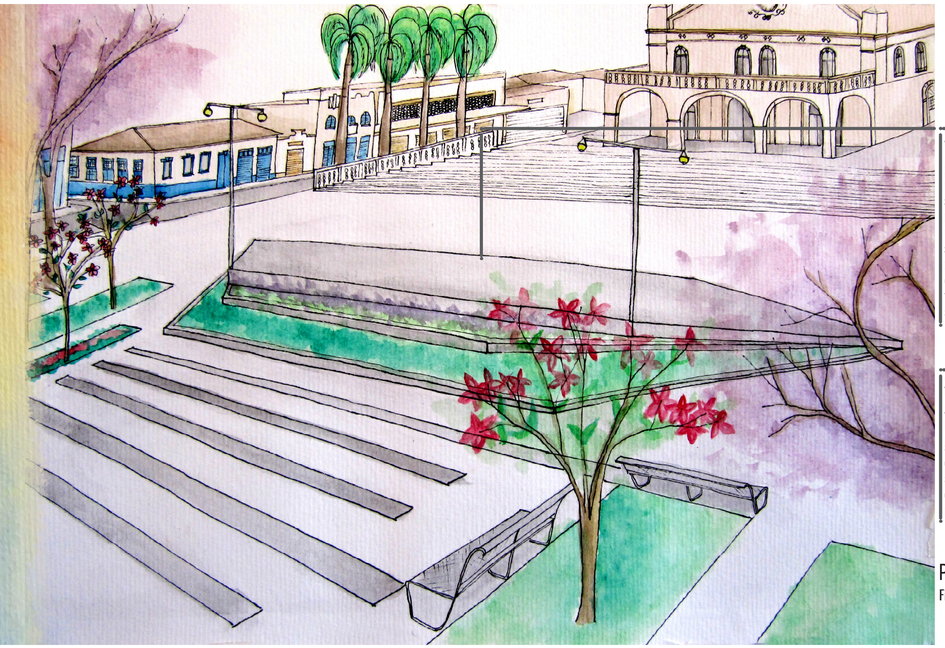


Como as praças são importantes locais de lazer para as crianças, mas essa não tem o intuito específico de ser categorizada como "para recreação infantil", busca-se o lúdico nos próprios elementos compositivos do desenho da praça, como na variação de tons e paginação do piso que forma a cruz, além do chafariz, que mantém o elemento água buscado pela fonte, mas que proporciona o estabelecimento do contato também para recreação, claramente com uma proposta de reuso desta água, que deverá ter um sistema melhor elaborado em etapas mais avançadas de projeto.



PERSPECTIVA 1

Figura 228 - Sem Escala



A questão muito abordada dos coretos e dos eventos realizados no local, foi repensada a partir da proposta de um platô - que marca com o nivelamento do piso e com a cor mais escura - um espaço livre para apresentações, mas que se posiciona de forma sutil no terreno e na paisagem, ainda pensando na leitura da paisagem. Esse local, aqui denominado de palco, localiza-se propositalmente a rua de passagem exclusiva para pedestres e a praça em si, visto que pode ser utilizado para ambos os lados, e manter os usos que já são feitos, como o cinema na praça, em que o telão ficaria nesse local e as pessoas utilizam da escadaria como arquibancada.

Ainda pensando nos usos atuais, e no espaço livre como possibilidade de flexibilidade nas atividades, propõe-se também que a rua para pedestre – situada entre a escadaria que leva até a Igreja e a praça - tenha suas dimensões alteradas para 15 metros (contando com a antiga rua e as calçadas), para que melhore a circulação quando forem realizados usos como o de food trucks, ou da feira, melhorando o conforto dos usuários e estimulando a realização de mais eventos no local, como forma de aumentar a dinâmica.

PERSPECTIVA 2

Figura 229 - Sem Escala

É importante notar que um novo desenho para a praça está vinculado à questão da memória, com o uso de elementos que façam referência ao desenho da camada anterior (atual praça, e da primeira com os coretos). Porém, essa nova camada tem como intuito principal, acompanhar as necessidades de uso atuais, resgatando a praça como um local de lazer, interação social e que reforce o sentido de pertencimento.

Como elemento estruturador de uma cidade, ela não deve se fechar em si mesma, mas manter uma relação direta com seu entorno, a fim de que as pessoas possam contemplar, reconhecer e valorizar a paisagem de sua cidade.

PERSPECTIVA 3

Figura 230 - Sem Escala

15 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais do que os resultados ou propostas de intervenção, o trabalho oferece ajuda também para que as várias fases e características que adquiriu com o tempo sejam documentadas, seja em relação às fotos antigas levantadas, seja pelas informações, datas e colaboradores, ou até mesmo pelos registros atuais, visto que, como são reconhecidas as mudanças a partir do tempo, um dia o presente desse local será também passado.

Dessa forma, conclui-se que é imprescindível, tanto em relação à arquitetura e urbanismo, quanto à história e outras áreas, que a discussão sobre o desenho das cidades seja feita. As mudanças geralmente ocorrem a longo prazo, e quando a população começa a perceber, sua memória já se perdeu e sua identidade com a cidade não existe mais.

Estudar um conjunto urbano de uma pequena cidade do interior paulista, relacionando a paisagem do seu entorno com a sua arquitetura simples, pode parecer muito pouco significativo se comparado à necessidade das cidades maiores, e com exemplos de arquiteturas elaboradas, enfrentam para diminuir a poluição visual e aumentar o número de edifícios preservados.

Mas pelo contrário, este trabalho é tão significativo quanto, pois visa o estabelecimento de uma [re]identificação do cenário urbano para que a sociedade possa enfim valorizar o pouco que possui, porém muito para a sua memória, e maior ainda para seu crescimento ordenado.

É importante também, como um trabalho de conclusão de graduação, notar o papel do arquiteto e urbanista em diversos fatores, e como se faz necessário que ele como desenhista da cidade, seja capaz de compreender as camadas dos desenhos anteriores e do presente, para elaborar uma proposta projetual para o futuro. Mais do que isso, de como a arquitetura e urbanismo deve estar ativa e atenta na prática das diretrizes de planejamento urbano, integrando-as à preservação do patrimônio, com a tônica relação entre passado, presente e futuro e o desenvolvimento através da consolidação da memória.

Conclui-se que de modo geral, todas as etapas do trabalho se convergem ao ponto principal, que não busca uma volta ao passado, ou um congelamento da paisagem, mas sim do uso e interpretação das camadas que conformam a cidade para um desenvolvimento que esteja de acordo com as necessidades contemporâneas da sociedade, mas de forma com que ela se sinta como parte do local, de sua história e de sua identidade.

> Aquilo que somos neste momento e aquilo que faremos a seguir dependem de uma infinidade de fatos que representam nossa história. Sem um passado não há expectativa de presente ou futuro. De forma análoga, a lembrança de uma sociedade, de um povo, ou de uma nação significa sua segurança em relação ao futuro [...] Somente seremos capazes de realmente aprender, entender e reconhecer a cidade por meio de sua paisagem se nesta estiverem presentes elementos remanescentes de outros tempos. [68]

[68] LANDIM, Paula da Cruz. Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista. São Paulo: Ed. UNESP, 2004, p.38.

16- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DE CONSULTA:

ALMANAQUE Histórico de Patrocínio Paulista: 127 anos de história. Patrocínio Paulista: Editora Noohva América, 2012.

ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora.* Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. Supervisão editorial de Vicente di Grado; com participação de Emiko Sooma. São Paulo: Pioneira, 1980.

BEZERRA, Ana Luísa Furquim; NAPPI, Sérgio Castelo Branco. "Identificação de cores de fachadas de edificações históricas". In: *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio* – PPG-PMUS Unirio, Rio de Janeiro- vol. 5 no 1 – 2012. Disponível em: http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus, Acesso em: 19/06/2017.

BLUMENAU. *Lei Complementar Nº 657, de 13 de Novembro de 2007.* Dispõe sobre a publicidade exposta diretamente ou direcionada para logradouros públicos no âmbito do Município de Blumenau e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Blumenau, 13 de Novembro de 2007. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/blumenau/lei-complementar/2007/65/657/lei-complementar-n-657-2007-dispoe-sobre-a-publicidade-exposta-diretamente-ou-direcionada-para-logradouros-publicos-no-ambito-do-municipio-de-blumenau-e-da-outras-providencias>, Último acesso em: 24/06/2017.

BOSI, Ecléa. "Memória da cidade: Lembranças paulistanas", p. 145, In: *DPH, O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania/ Departamento de Patrimônio Histórico.* São Paulo: O Departamento, 1992.

CEMIG. *Manual de Distribuição para projetos de Iluminação Pública.* Novembro de 2012. Disponível em: <www.cemig.com.br/pt-br/atendimento/documents/nd-3-4p.pdf> . Acesso em: 27/06/2017.

CHAGAS, Mário. "Memória Política e Política de Memória", p.136 , In ABREU, Regina et. al. *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. O papel das praças públicas: Estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. IV EPCT- Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Campos Mourão, 2009.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio.* São Paulo: Ed. Unesp/ Estação Liberdade, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias Geográficas. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CUNHA, Claudia dos Reis. *O Patrimônio Cultural da cidade de Sorocaba*, 2005. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, são Paulo, 2005.

CURITIBA. *Lei N 8.471. Portaria n° 046/2012, de 28 de Junho de 2012.* Dispõe sobre a padronização das placas de anúncios de venda e locação de imóveis, da estrutura de suporte e cores a serem utilizadas na comunicação visual. Diário Oficial do Município, Curitiba, 28 de Junho de 2012. http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/alvara-de-publicidade-legislacao-especifica-smu/691, Último acesso em: 24/06/2017.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. *"Praças: História, usos e funções"*, citado em: CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. O papel das praças públicas: Estudo de caso da Praça Raposo Tavares na cidade de Maringá. IV EPCT- Encontro de Produção Científica e Tecnológica, Campos Mourão, 2009.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Patrimônio cultural, cidade, sustentabilidade: qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?* Ambiente e Sociedade, São Paulo, vol. 17, nº 2, pp. 91-110, 2014.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. *Patrimônio, cidade e política urbana: Hiatos e equívocos na legislação urbanística de São Paulo*, 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/14.168/5219> , Acesso em: 21/11/2017

FONSECA, Maria Cecília Londres. "Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural" p.65, In ABREU, Regina et. al. *Memória e Patrimônio: Ensaios contemporâneos.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em Processo.* Rio de Janeiro: UFRJ/ IPHAN, 1997.

FREITAS, Fabiano Junqueira de. A mão oculta Estevam Marcolino: Política e modernidade no interior paulista (1889-1914) - Dissertação de Mestrado – História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP, Franca, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Censo de 2010. Disponível em: http://censo2010.ibge.gov.br/. Acesso em: 10/09/2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Regiões de Influência das Cidades, 2007. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf. Acesso em: 10/09/2017.

IPHAN. *Orientações Gerais para colocação de letreiros*, Iguape, SP, 24 de Junho de 2016. Disponível em: <https://patrimonio-valedoribeira.org/2016/06/24/iphan-orienta-sobre-a-colocacao-de-letreiros-em-iguapesp/>. Último acesso em: 24/06/2017.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista.* São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira.* 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de, "O Campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas." In: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG,2009/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação Weber Sutti – Brasília, DF: IPHAN, 2012.

NETO, Pasquale Cipro. *Dicionário da Língua Portuguesa comentado pelo Professor Pasquale.* Barueri, SP: Gold Editora, 2009.

Página do Facebook da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista. Disponível em: < https://www.facebook.com/PrefeituraPatrocinioPaulista/, Acesso em: 27/11/2017.

PATROCÍNIO PAULISTA. *Plano Diretor do Município de Patrocínio Paulista.* Lei Municipal nº 2.132/06 , de 07 de Dezembro de 2006. Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista.

RIBEIRO, Rafael Winter. "Paisagem Cultural e Patrimônio". In: *Série Pesquisa e Documentação do IPHAN* – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

REIS, Wagner Gomes. Fotografia da Igreja de Patrocínio Paulista, 2006. Site Treak Earth Gallery. Disponível em: < http://www.trekearth.com/gallery/South_America/Brazil/Southeast/Sao_Paulo/Patrocinio_Paulista/photo410423.htm> , Acesso em: 03/07/2017.

RODRIGUES, Marly. "De quem é o Patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo". In: *Revista do Patri-*

mônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: SPHAN/Pró-Memória, n.24, 1996.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do serviço do patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968.* Campinas/SP, 1991. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira.* Ed. Hucitec, São Paulo. 1994.

SÃO PAULO. *Lei Nº 14.223, de 26 DE Setembro de 2006.* Dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo. Secretaria do Governo Municipal, São Paulo, 26 de setembro de 2006. Disponível em: <http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/cidadelimpa/conheca_lei/conheca_lei.html>, Último acesso em: 24/06/2017.

SERRA, Josep Maria. *Elementos urbanos : mobiliario y micro arquitectura = urban elements : furniture and microarchitecture.* Tradução de Duuall, S.L. Barcelona. Barcelona : G. Gili, 1998.

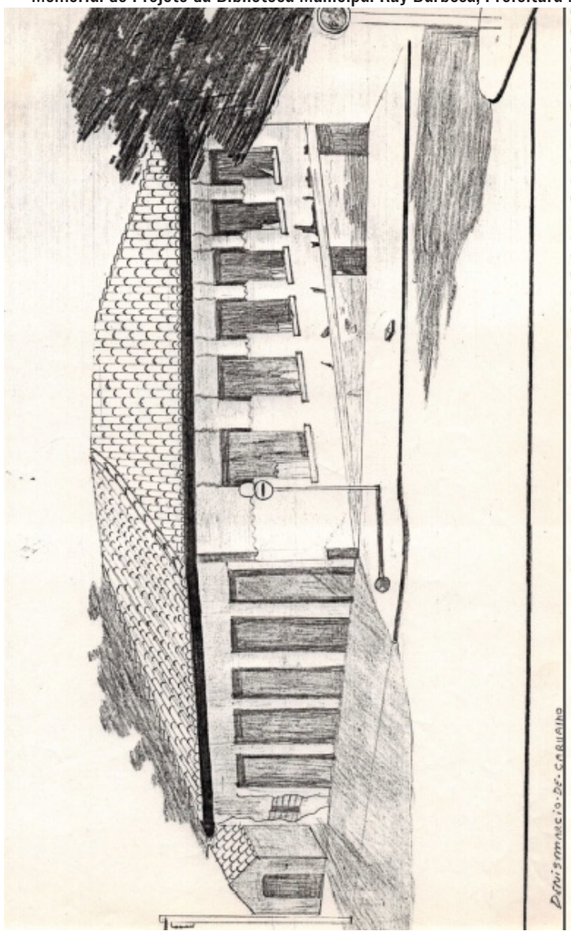
SILVA, Silvio Augusto de Oliveira e. *Revitalização e Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico do Centro de Goiânia*, 2006. Dissertação de Mestrado- Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.

UBERLÂNDIA. *Cartilha de Acessibilidade.* Secretaria de Planejamento Urbano, Prefeitura Municipal de Uberlândia, 2014. Disponível em: http://www.uberlandia.mg.gov.br/?id=148&pagina=Conteudo, Acesso em 10/07/2017.

Vídeo Publicitário do Caminho da Fé, Patrocínio Paulista/SP. Realização Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista. Apoio COMTUR (Conselho Municipal de Turismo de Patrocínio Paulista, SP). Patrocínio Paulista: Studio Marcos Paulo, 2016, 3'32". Disponível em: < https://www.facebook.com/COMTUR.PP/videos/1112244475515952/>, Acesso em: 27 de novembro de 2017.

17- ANEXO 1:

Memorial de Projeto da Biblioteca Municipal Ruy Barbosa, Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista, 1997.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

Biblioteca Municipal

"Ruy Barbosa"

Prefeito Municipal: Nélio Liporoni
Município: Patrocínio Paulista
Endereço: Praça Nossa Senhora do Patrocínio, 1168
Telefones: (016) 745.1211 - (016) 745.1756 fax

Obs: Desenho de capa feito por um artista mirim do município, Denis Márcio de Carvalho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

Apresentação

Como pretendemos comprovar com os documentos que enviamos em anexo, mostra-se de suma importância a transferência de nossa **Biblioteca Municipal "Ruy Barbosa"** para um local mais apropriado.

Com um acervo composto de mais de dez mil obras, a única biblioteca da cidade, está instalada em um barracão velho e abafado, que não atrai em nenhum aspecto propensos leitores.

Através de um processo de desapropriação amigável, a Prefeitura adquiriu, em 1989, um velho casarão situado na esquina das ruas Voluntários Paulistas e Cônego Peregrino, a 70 metros da praça central, uma construção histórica, edificada por volta de 1880. No entanto com o risco de desabamento, fez-se obrigatória a demolição do prédio que antes, porém, foi cuidadosamente medida e fotografada por vários ângulos; e, imediatamente, fez-se o alicerce, obedecendo-se rigorosamente a distribuição original dos cômodos.

Vimos, agora, até a presença de Vossa Excelência com a intenção de reerguer o imóvel, marco dos primeiros tempos da cidade, para acomodar a biblioteca pública. Um levantamento técnico feito por engenheiro da Prefeitura estimou a obra em R$ 79.108,40 (setenta e nove mil, cento e oito reais e quarenta centavos), incluídos material e mão de obra.

Com tantos meios mais fáceis de assimilação de conhecimento, não se faz necessária a comprovação de que uma biblioteca precisa ser em um ambiente agradável, que estimule a leitura principalmente de nossos jovens e crianças.

Patrocínio Paulista, 3 de julho de 1997.

Nélio Liporoni
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

A Prefeitura Municipal de Patrocínio Paullista, através do Departamento de Educação, Esporte e Cultura, sente-se peocupadia com a má instalação e condições inadequadas de funcionamento da Biblioteca Municipal, visto que esta encontra-se em um barracão, coberto com telhas eternit, sem as condições mínimas para atender e propiciar comodidade aos leitores e funcionáriios.

Assim, o projeto requer a construção de uma Biblioteca funcional e confortável, em local pré-estabelecido e de fácil acesso.

Objetivos:

Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças;

Propiciar oportunidades para o desenvolvimento criativo e pessoal;

Promover o conhecimento da herança cultural, apreciação das artes, realizações e inovações científicas;

Apoiar tanto a educação individual e autodidata como a educação formal em todos os níveis;

Estimular a leitura através das seções diversas destinadas a crianças, jovens, universitários, idosos e a pessoas portadoras de deficiência;

Dispor de meios audiovisuais, mapas, globo terrestre, etc;

Diversificar o acervo e a rotatividade de livros;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45 318 185/0001-15

Justificativa:

Este projeto visa promover o bem-estar dos leitores, que há muito aclamam por um espaço cultural mais adequado.

Por ser a Biblioteca Municipal a porta de entrada para o conhecimento, pensamento, cultura, informação e de fonte básica para a aprendizagem permanente, autonomia de decisão e desenvolvimento cultural dos indivíduos e grupos sociais é que a Prefeitura Municipal se empenha em desenvolver o programa com muita dedicação, a fim de propiciar prazer aos leitores e contribuir para a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45 318 185/0001-15

Obs: Esta é a casa que pretendemos reerguer para que nela funcione a Biblioteca Municipal **"Ruy Barbosa"**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45 318 185/0001-15

ESTIMATIVA DE CUSTO

.O: -Construção de um prédio para instalação da Biblioteca Municipal
L DA OBRA: - Rua Voluntários Paulistas, 1417 - Centro
Patrocínio Paulista/SP
RIETÁRIA: - Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista
DO TERRENO: - 344,27 m²
À CONSTRUIR: - 208,18 m² (obs: o alicerce está concluído)

Estimativa de Custo

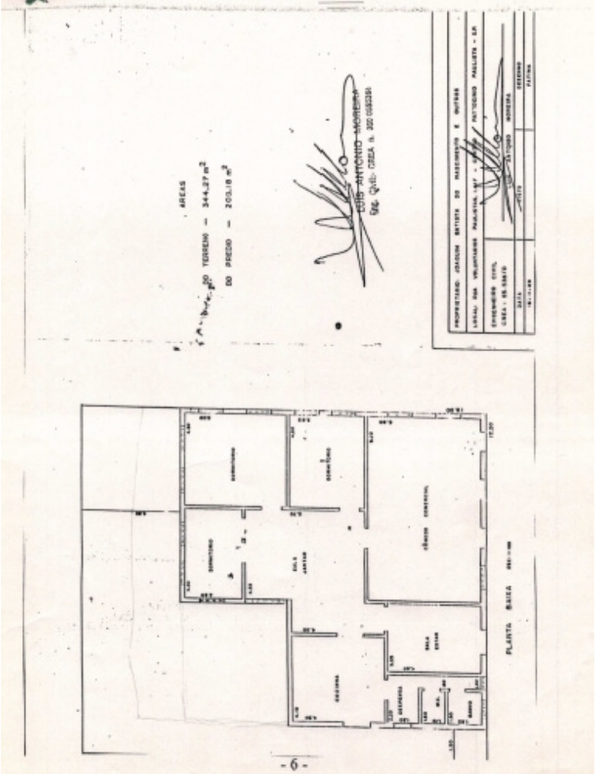
aterial	208,18 m² x R$ 260,00/ m²	=	R$ 54.126,80
ão-de-obra	208,18 m² x R$ 120,00/ m²	=	R$ 24.981,60
CUSTO TOTAL PARA CONCLUIR O PRÉDIO			R$ 79.108,40

(Setenta e nove mil, cento e oito reais e quarenta centavos)

Patrocínio Paulista, 3 de julho de 1997.

Luis Antônio Moreira
Engº. Civil - CREA 0600555368

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCINIO PAULISTA
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45 318 185/0001-15



Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

- DECRETO Nº 1.203 DE 19/DEZEMBRO/1989 -

" Declara como de utilidade pública um prédio e seu respectivo terreno situados na zona urbana para efeitos de desapropriação amigável ou judicial e dá outras providências ".

JOSÉ MILTON FALEIROS, PREFEITO MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO , USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LEGALMENTE LHE SÃO CONFERIDAS, E

CONSIDERANDO, que o Município precisa de um prédio e seu respectivo terreno, localizado no perímetro urbano, com o objetivo de implantar "Casa da Cultura e/ou Biblioteca" neste Município;

CONSIDERANDO, que o prédio expressa valor histórico e cultural, -/ através de sua antiguidade;

-D
E
C
R
E
T
Aí

ARTIGO 1º) - Fica declarado como sendo de UTILIDADE PÚBLICA, para efeito de desapropriação amigável ou judicial o prédio e seu respectivo terreno, localizados no perímetro urbano, à Rua Voluntários Paulistas, nº 1.417, centro, nesta cidade, comaas seguinte medidas, confrontações e descrição, a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA - SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

LAUDO DE AVALIAÇÃO FLS.02

(TOTALIZANDO) - DO 208,18 METROS QUADRADOS DE ÁREA CONTRUÍDA.

Após criterioso estudo e devido ao local do terreno, com frente já asfaltada, avaliamos em Cr$ 379.501,50 (trezentos e se-/tenta e nove mil, quinhentos e um cruzeiros e cinqüenta centavos), sendo que o terreno foi estimado em Cr$900,00 (novecentos cruzeiros) o METRO QUADRADO, sendo que o METRO QUADRADO da área construída foi estimado em Cr$335,00 (trezentos e trinta e cinco cruzeiros), ... totalizando CR$379.501,50 (trezentos e setenta e nove mil, qui-/nhentos e um cruzeiros e cinqüenta centavos).

Esta área de terreno e respectiva construção serão / destinadas à instalação da futura "Casa da Cultura" da cidade;

ASSIM SENDO, com o devido critério, o referido critério, expressa hoje, s.m.j., seu preço real para os efeitos legais e de direito.

AGUARDANDO desta forma, termos dado cumprimento as / instruções a nos confiados, subscrevemos

Patrocínio Paulista, 27 de dezembro de 1989.

- Luis Antonio Moreira - Engenheiro Civil
CREA - 55.536/D - Assessor de Planeja-/mento Municipal

- José Carlos de Almeida - Agente de Estatística e Fiscalização Municipal.

- José Sérgio Saraiva - Advogado - Chefe de Gabinete do Prefeito.

Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

pintura à cal e seu estado de conservação é péssimo, perfazendo um total de 208,18 (duzentos e oito vírgula dezoito) METROS QUADRADOS".

PARÁGRAFO ÚNICO: O prédio e seu respectivo terreno objeto do presente Decreto, constam como proprietários Joaquim Batista do Nascimento, Ana do Nascimento Martins e Maria José do Nascimento, através da Matrícula número 2.359, do Cartório de Registro de Imóveis, nesta cidade.

ARTIGO 2º) - Havendo acordo, quanto ao preço e forma de pagamento a desapropriação do prédio e seu respectivo terreno descrito no artigo primeiro (1º), deste Decreto, deverá se efetuar preferencialmente pela via amigável, na forma da legislação em vigor.

ARTIGO 3º) - AS DESPESAS com a desapropriação do prédio e respectivo terreno descrito no art. 1º correrão por conta de verbas próprias consignadas e constantes do orçamento vigente e ou suplementadas se for necessário.

ARTIGO 4º) - Fica estabelecido o caráter de URGÊNCIA à desapropriação aqui decretada, devendo o prédio e seu respectivo terreno objeto da desapropriação serem utilizados para implantação de "Casa da Cultura e ou Biblioteca" .

ARTIGO 5º) - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários.

Patrocínio Paulista, 19 de dezembro de 1989.

- José Milton Faleiros -
- Prefeito Municipal -

Este decreto foi publicado no jornal Diário da Franca em s/ edição de 20/Dezembro/1989 à pagina 04, transcrito e registrado no livro 07 a fls. 291, afixado e arquivado na Secretaria nos termos da legislação vigente. -
Patrocínio Paulista, 19/Dezembro/89.-
-Ruben Alvarenga de Andrade-
-Secretário-

Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

ÁREA DO TERRENO : "Tem início no ponto de encontro entre as Ruas Cônego Peregrino e Voluntários Paulistas, daí segue pelo alinhamento da Rua Voluntários Paulistas numa extensão de 17,30 metros; daí deflete à direita numa extensão de 19,90 metros, confrontando com o remanescente do terreno de propriedade de Joaquim Batista do Nascimento e outros; daí deflete à direita numa extensão de 17,30 metros, confrontando com o terreno de propriedade do Sr. Joaquim Batista do Nascimento (lote 03 da quadra 04); daí deflete à direita pelo alinhamento da Rua Cônego Peregrino numa extensão de 19,90 metros, indo encontrar o ponto onde teve início a presente descrição; perfazendo um total de 344,27 (trezentos e quarenta e quatro vírgula vinte e sete) METROS QUADRADOS".

ÁREA DO PRÉDIO: " Os serviços de fundações foram executados com pedras brutas, tijolos de barro e barrotes de madeira. O estado de conservação destes serviços são razoáveis. As paredes foram levantadas com tijolos de barro e colunas e vigas de madeira e seu estado de conservação é ruim, apresentando fissuras e parede fora do prumo. O prédio apresenta-se sem forro. O madeiramento do telhado apresenta-se em estado de conservação razoável, porém o seu travamento está comprometendo sua estabilidade e a telha é de barro tipo colonial e estão cobrindo em parte o prédio. As esquadrias são todas de madeira e apresentam um estado razoável de conservação. Os pisos da cozinha e banheiro são de mosaico e o restante é de madeira(assoalho) e de um modo geral os pisos estão em péssimo estado de conservação. As paredes foram revestidas com argamassa de cal e areia e estão em péssimo estado de conservação. O encanamento é todo com material de ferro fundido e o seu estado de conservação é ruim. A fiação não é embutida e seu estado de conservação é ruim. As peças do banheiro são em louça e estão em péssimo estado de conservação. Todo prédio encontra-se com a

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO PAULISTA - SP
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Nossa Senhora do Patrocínio N.o 1168
CGC N.o 45.318.185/0001-15

-" LAUDO DE AVALIAÇÃO "-

Nós abaixo assinados, MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO, designados pela PORTARIA Nº 680, de 01 de março de 1989, após determinação do "Setor" competente para procedermos uma avaliação em um terreno para fins despropriatório localizado e situado à rua Voluntários Paulista, número 1417, centro, nesta cidade de Patrocínio -/ Paulista, Estado de São Paulo, de propriedade de JOAQUIM BATISTA DO -/ NASCIMENTO, ANA DO NASCIMENTO MARTINS E MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO, conforme Matrícula número 2.359, do Cartório de Registro de Imóveis local, **apresentamos o seguinte LAUDO DE AVALIAÇÃO:**

De imediato e com o Cadastro Físico Municipal, bem / como com a certidão expedida pelo Registro de Imóveis local em mãos, / dirigimos ao local do terreno e constatamos o seguinte:-

MEDIDAS:- procedemos e verificamos que tratava-se de um terreno com área de 344,27 metros quadrados e prédio e péssimo estado de conservação com 208,18 metros quadrados de área construída, -/ com as seguintes descrições:

TERRENO: "Tem início no ponto de encontro entre as / ruas Cônego Peregrino e Voluntários Paulista, daí segue pelo alinhamento da rua Voluntários Paulistas numa extensão de 17,30 metros; daí deflete à direita numa extensão de 19,90 metros, confrontando com o remanescente do terreno de propriedade do Senhor Joaquim Batista do Nascimento e outros; daí deflete à direita numa extensão de 17,30 metros, / confrontando com terreno de propriedade do Sr. Joaquim Batista do Nascimento (lote 03 da quadra 04); daí deflete à direita pelo alinhamento da rua Cônego Peregrino numa extensão de 19,90 metros, indo encontrar' o ponto onde teve início a presente descrição" - TOTALIZANDO 344,18 METROS QUADRADOS.

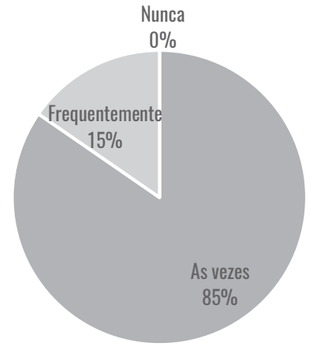
PRÉDIO:- "Os serviços de fundações foram executados' com pedras brutas, tijolos de barro e barrotes de madeira. O estado de conservação destes serviços são razoáveis; As paredes foram levantadas com tijolos de barro e colunas e vigas de madeira e seu estado de conservação é ruim, apresentando fissuras e paredes fora do prumo; O prédio apresenta-se sem o forro; O madeiramento do telhado apresenta-se / em estado razoável de conservação, porém o seu travamento está comprometendo sua estabilidade e as telhas são de barro tipo colonial e estão *cobrindo em parte o prédio*; As esquadrias são todas de madeira e / apresentam um estado razoável de conservação; Os pisos da cozinha e -/ banheiro são de mosaico e o restante é de madeira (assoalho) e de um / modo geral os pisos estão em péssimo estado de conservação; As paredes foram revestidas com argamassa de cal e areia e estão em péssimo estado de conservação; O encanamento é todo com material de ferro fundido' e seu estado de conservação é ruim; A fiação não é embutida e seu estado de conservação é ruim; As peças do banheiro são em louça e estão em péssimo estado de conservação; e toda a pintura do prédio encontra-se' [illegible] a pintura à cal e seu estado de conservação é péssimo" - TOTALIZAN

18 - ANEXO 2:

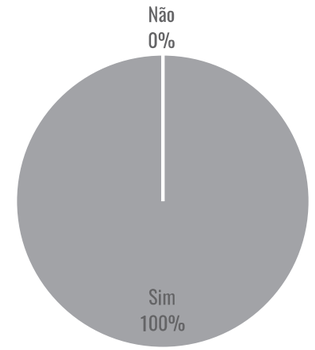
Questionário/Pesquisade Satisfação em relação ao estado atual da Praça Central com patrocinenses..

Após a aplicação da pesquisa de satisfação em relação ao estado atual da Praça Central com 13 moradores de Patrocínio Paulista, de diferentes faixas etárias e sociais, obtém-se o resutado abaixo, com as informações mais relevantes para balizar um novo projeto para o local:

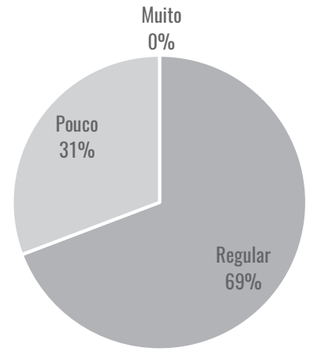
COM QUE FREQUÊNCIA VISITA A PRAÇA?



ACREDITA QUE O LOCAL PODE MELHORAR?

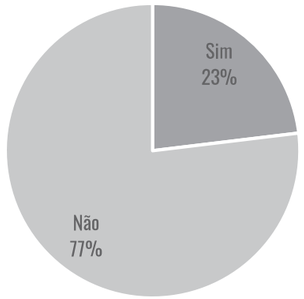


ESTÁ SATISFEITO COM O LOCAL?



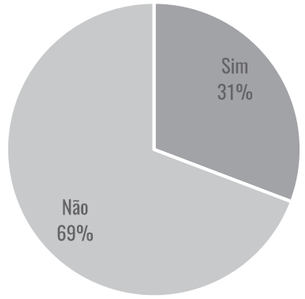
ATUALMENTE ELA TE PROPORCIONA LAZER SUFICIENTE?

SE SENTE SEGURO NO LOCAL?



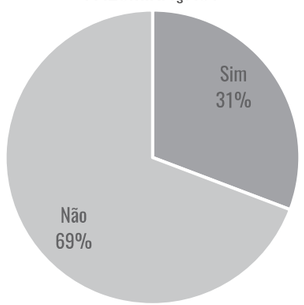
Observação feita para a falta de policiamento e pelas pessoas em situação de rua.

ESTÁ SATISFEITO COM A VEGETAÇÃO?

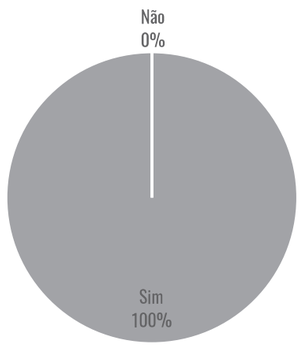


Para as respostas em Não: Muito se questionou as podas das árvores ou falta delas, como as raízes estão destruindo as calçadas, e pela falta de flores e cores.

ESTÁ SATISFEITO COM A ILUMINAÇÃO?

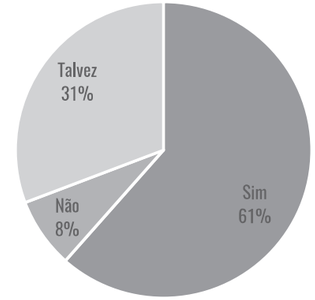


É A FAVOR DO USO DA FONTE?



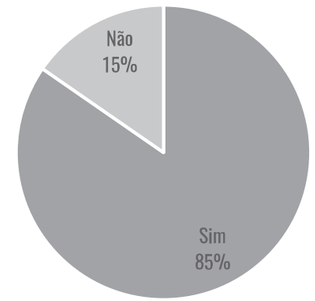
Obs: Ressaltou-se o reúso da água.

ACREDITA QUE O CORETO FAZ FALTA?

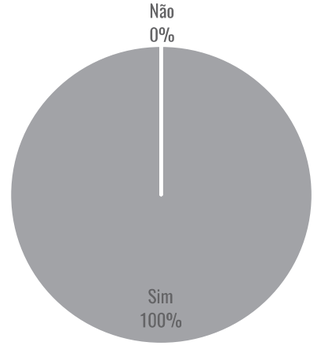


Observações feitas em relação à importancia do antigo, como elemento histórico, além da visão relacionada à praça tradicional: Igreja, praça, fonte e coreto.

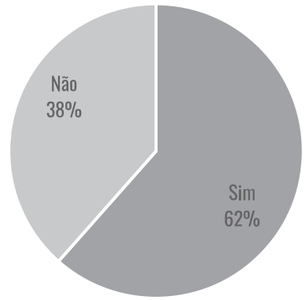
ALGUM ELEMENTO PARA APRESENTAÇÕES PODERIA SUBSTITUIR O CORETO?



APOIA EVENTOS NA PRAÇA?



APOIA A FEIRA DO PRODUTOR RURAL NO LOCAL?



Para as respostas em Não: Acredita-se ser necessário maior infraestrutura para que ela aconteça, além de mais horáriospara funcionamento.